



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CAMPUS V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
REGIONAL E LOCAL**

IVANICE TEIXEIRA SILVA ORTIZ

**TRABALHO ESCRAVO, LAÇOS DE FAMÍLIA E LIBERDADE NO
ALTO SERTÃO DA BAHIA: CAETITÉ (1830-1860)**



SANTO ANTÔNIO DE JESUS, BA

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes- CRB: 5/592

Ortiz, Ivanice Teixeira Silva
Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetité (1830 1860) / Ivanice Teixeira Silva Ortiz . –Santo Antônio de Jesus, 2014. 150f.

Orientadora: Isabel Cristina Ferreira dos Reis.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V.

Contém referências.

1. Escravos libertos - Caetité (BA) - História. 2. Escravos - Emancipação - Bahia - História. 3. Família. I. Reis, Isabel Cristina Ferreira dos. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 305.56098142

IVANICE TEIXEIRA SILVA ORTIZ

**TRABALHO ESCRAVO, LAÇOS DE FAMÍLIA E LIBERDADE NO
ALTO SERTÃO DA BAHIA: CAETITÉ (1830-1860)**

Dissertação apresentada como requisito parcial de avaliação para a obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação e História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – *Campus V*, Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da professora Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS, BA

2014

IVANICE TEIXEIRA SILVA ORTIZ

**TRABALHO ESCRAVO, LAÇOS DE FAMÍLIA E LIBERDADE NO
ALTO SERTÃO DA BAHIA: CAETITÉ (1830-1860)**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História.
Santo Antônio de Jesus-BA, 04 de novembro de 2014.

Banca Examinadora:

Isabel Cristina Ferreira dos Reis

Prof^ª. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis – UNEB/UFRB
Orientadora

Isabel Cristina Ferreira dos Reis

Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires – UFBA
Examinadora

Maria de Fátima Novaes Pires

Prof^º Dr. Walter Fraga Filho- UFRB
Examinador

*À minha avó **Nélia Lôbo** pela inspiração e paixão pela História.*

AGRADECIMENTOS

O fim de um trabalho acadêmico é sempre cansativo, mas, sobretudo, um momento de plenitude, de absoluta paz de espírito e da sensação particular de missão cumprida.

A longa trajetória da operação historiográfica que travamos nos últimos dois anos agradeceu-nos com uma grande rede de solidariedade por todo o percurso, por isso, lembramo-nos daqueles que conosco dividiram alegrias, angústias, dúvidas e trabalho – nossos parceiros nesta prazerosa caminhada.

Começo pela minha mãe Maria Regina, parceria incondicional deste trabalho, meu porto seguro após dias de estrada Bahia afora, ou quando me sentia cansada e desanimada. Ela sempre estava lá pronta para ditar os difíceis e longos registros de batismo para o preenchimento das planilhas. Minha gratidão e amor eternos.

Ao meu irmão que me permitiu não esquecer que fazer um estudo sobre família, liberdade e escravidão é também lembrar que os anos de pesquisa não significam o isolamento da sua própria família e de seus momentos de lazer e confraternização. Ele alegrou minha jornada.

Aos meus filhos Gustavo e Bruno que me acompanharam, às vezes adentrando a madrugada, na escrita do texto. Eles encantaram-me com as estratégias típicas da infância para disputar a atenção, como desligar o computador ou dizer que estavam com dor no braço ou na perna. Essas estratégias viam sempre acompanhadas da frase: “Mãe, isso não acaba mais?”. Também incluo neste cenário meu lindo sobrinho Ícaro, que nas férias, desejoso da minha atenção, também dizia: “Ainda tia?”.

Ao meu esposo Guillermo Ortiz pelo auxílio incondicional e por idealizar comigo a realização deste trabalho.

À minha amada avó Nélia Lôbo, grande fonte de inspiração. Suas memórias foram cruciais para a definição dos capítulos e delineamento da pesquisa. Este trabalho é nosso!

À toda a minha grande família materna que dividiu comigo alegrias e tristezas no percurso desta pesquisa. Em especial, à tia Tati pelo acolhimento e disposição de acompanhar-me em Salvador; às primas Jéssica e Tânia pela ajuda no primeiro dia ao arquivo da Cúria de Caetité; à tia Lay pela disposição e atenção quando acionada; à Jú, pela ajuda inestimável na árvore genealógica e por ouvir-me nos momentos mais tensos da pesquisa. À Baila, minha tia-irmã, pela parceria e leitura dos primeiros textos; Ítalo pela ajuda nas primeiras tabelas; e tia Antônia grande incentivadora dessa caminhada.

À minha sogra pela paciência, dedicação e disposição em ajudar-me; Renato Cerqueira pelas caronas à rodoviária de Salvador e por ouvir os relatos dos sujeitos que pesquisei. Ao meu primo João Victor que leu minha introdução com o olhar crítico de um bom escritor, e aos meus tios, Valdemar, Neide, Dalcy e Zequinha pelo incentivo e carinho.

À professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis pela paciência e por indicar caminhos que iluminaram os desafios impostos pela pesquisa. Parceira incondicional, que mesmo diante de uma nova etapa da sua carreira acadêmica, com inúmeras demandas, não hesitou em orientar este trabalho com muita competência. Muito obrigada pelas correções criteriosas com sugestões e críticas que permitiram seguir os trilhos e não afastar dos objetivos.

Aos professores, Walter Fraga e Fátima Pires de Novais, pelas observações imprescindíveis durante o processo de qualificação e palavras de incentivo que me impulsionaram na fase final deste trabalho. Destaco a paciência e o carinho com que se dedicaram a leitura.

À professora Graça Leal por ter aceitado prontamente o convite de presidir a banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da UNEB – *Campus V* e seus professores que compartilharam conosco parte de seus conhecimentos. Um agradecimento especial à Ane por gentilmente resolver as questões burocráticas; à SEC pela liberação das minhas funções como professora, e a UNEB pela bolsa PAC nos últimos meses da pesquisa.

Aos funcionários dos arquivos visitados, a saber: Arquivo Público da Bahia, Arquivo Municipal de Rio de Contas e Arquivo Municipal de Caetité. Neste último, agradecimento especial para Rosália Junqueira, antiga parceira de trabalho. No arquivo da Cúria de Caetité destaco a tolerância e compreensão das secretárias Sônia e Nilta, o Diácono Jordano Vianna, e principalmente, o Padre Osvaldino Alves que gentilmente compreendeu a importância da pesquisa.

Agradeço aos amigos e colegas de pós-graduação pela companhia, pelas trocas bibliográficas e de fontes; em especial Lucas e Tharles, companheiros de estrada e de angústias nesta empreitada.

Ao colega Marcelo pela gentil ajuda na localização das dispensas matrimoniais.

Ao André Koene por disponibilizar seu tempo em um proveitoso bate papo sobre Caetité.

Aos meus amigos: Célia, Sandra, Francisco e Carol, companheiros dos momentos de angústias e conquistas, manifesto aqui, minha gratidão especial.

À minha amiga Joceneide, devo-lhe além de inúmeras conversas informais e acadêmicas, a decisão pelo tema de pesquisa. Agradeço ainda sua família pela companhia inesquecível nas seleções de mestrado na Bahia e em Sergipe.

Ao professor Luís Resende da UNEB de Caetité pela leitura e atenção para sanar dúvidas sobre o abstract.

Aos alunos André Galina, Caroline e Cláudia pela ajuda na composição dos primeiros gráficos e algumas planilhas.

Aos meus amigos do Colégio Modelo pela torcida e incentivo, em especial Jeans, Susy, Olinto, Cléria, Sandra, Salatiele, Lauristênia, Dione e Simone.

A todos que compuseram essa trajetória, meus agradecimentos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar as relações familiares de negros livres, libertos e cativos na vila do Príncipe e Sant'Anna de Caetité, região do Alto Sertão da Bahia, entre 1830-1860. Esses laços familiares acionados na luta diária pela sobrevivência apresentaram nuances e estratégias empreendidas no âmbito do cativo e na vida em liberdade que foram fundamentais para tentar entender um pouco da organização socioeconômica de Caetité e, fundamentalmente, as experiências desses sujeitos. O trabalho também reflete sobre o papel dessas pessoas na dinâmica socioeconômica da vila, tendo em vista sua significativa presença na composição demográfica e nos diferentes negócios da região. No caso dos cativos avança na compreensão dos tipos de estabilidade dos arranjos familiares e na importância dos mesmos para os projetos da liberdade por meio da alforria. Para tanto, foi feito o intercruzamento de fontes variadas, em especial as cartoriais e eclesiásticas, que permitiram vestígios das vivências dessas pessoas, inclusive, acompanhando sempre que possível algumas delas no tempo.

Palavras-chave: Escravidão; Família; Liberdade.

ABSTRACT

This work aims to study the familiar relationships of free, freed and captive negros between 1830 to 1860 from Principe and Sant'Anna village in Caetité which is placed in the region of "Alto Sertão" (Dry Highland) in the State of Bahia. These familiar laces that actioned in the daily struggle for surviving show diversity and strategies done in captiviness and in free life of negros. These laces were so important to try to understand a little about social and economical organization in the village and they were also fundamental to understand these people's experiences. This work also makes reflection about these negros role-plays in social and economical village's dynamism considering their significant presence in demographic composition and different negotiation in the region. In the case of captive people, the work goes over the comprehension of types of stability in the familiar arrangement and the importance of them in the projects of freedom by emancipation. For that, it was done mixing of varied sources, specially notarial and ecclesiastical ones, which allow me to take traces of experiences from these people. The mixing of sources also permit me to follow some of these people from in their historical time whenever it was possible.

Key words: slavery; family; freedom.

ABREVIATURAS

APMC: Arquivo Público Municipal de Caetité

AMRC: Arquivo Municipal de Rio de Contas

APB: Arquivo Público da Bahia

CPAB: Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

Figura 1	Família extensa de Ventura e Maria	123
Fotografia	Maria Afra da Costa - APMC (capa)	01
Fotografia 1	Igreja de Sant'Anna de Caetité	60
Fotografia 2	Igreja de São Benedito	61
Fotografia 3	Casa do Brejo dos Padres	113
Fotografia 4	Capela de São Sebastião, Fazenda Hospício	114
Gráfico 1	Percentual de mulheres, homens e crianças nos assentos de batismos e casamentos de Caetité (1830-1860)	47
Gráfico 2	Filhos das escravas Balbina e Sebastiana	90
Gráfico 3	Faixa etária dos escravos de Manuel Rodrigues Ladeia	116
Quadro 1	Famílias de cativos em duas propriedades de Caetité (1830-1860)	73
Quadro 2	Casamentos de cativos, Caetité (1830-1860)	76
Quadro 3	Escravos de Manoel Rodrigues Ladeia: Naturalidade x Sexo	114
Quadro 4	Escravos de Joaquim Antônio de Carvalho: Naturalidade x Sexo	117
Quadro 5	Casais legítimos da posse do capitão Joaquim Antônio de Carvalho	118
Quadro 6	Escravos doentes e seus respectivos valores na posse do capitão Joaquim Antônio de Carvalho	120
Tabela 1	Número de escravos entre os trabalhadores com ofício em Caetité	31
Tabela 2	Número de africanos e crioulos batizados, Caetité (1830-1860)	46
Tabela 3	Batizados de cor, Caetité (1830-1860): Filhos legítimos x filhos naturais	48
Tabela 4	Estatuto jurídico dos padrinhos de escravos, Caetité (1830-1860)	52
Tabela 5	Faixa etária dos africanos batizados em Caetité, 1830-1860	54
Tabela 6	Estatuto jurídico dos padrinhos e madrinhas dos africanos batizados	55
Tabela 7	Casamento x estatuto jurídico, Caetité (1830-1855)	75

Tabela 8	Situação conjugal por gênero	76
Tabela 9	Comércio de escravos em Caetité (1830-1860): Gênero x Faixa etária	99
Tabela 10	Alforrias em Caetité, 1830-1860: Gênero x Faixa etária dos alforriados	106
Tabela 11	Condição das alforrias, Caetité 1830-1860	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 VILA NOVA DO PRÍNCIPE E SANT'ANA DE CAETITÉ: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	23
1. 1“O celeiro provido dos sertões”	26
1. 2 Espaços de vivência da população	36
1. 3 População, absenteísmo e compadrio	41
1. 3. 1 Terra e o absenteísmo	41
1. 3. 2 Perfil da população e o compadrio	45
1. 3. 2. 1 Batismo dos crioulos e africanos escravizados	51
2 REDES FAMILIARES E SOBREVIVÊNCIA: EXPERIÊNCIAS MÚLTIPLAS	59
2. 1. “Matrimônios de palavras e celebrações”: as uniões legítimas	62
2.1.2 O casamento entre os escravizados	67
2.2 Diferentes arranjos: mulheres “levadas do amor materno”	80
2. 2. 1 As mulheres negras dentro e fora do cativeiro	82
2.3 As uniões consensuais e a figura paterna: vestígios de família	92
3 FAMÍLIA, TRÁFICO E LIBERDADE	97
3. 1 Tráfico e família	97
3. 2 Entre “minha cria” e meu filho: a conquista da liberdade	103
3. 3 Três fazendas e os laços dos escravos	113
3. 4 A fazenda Mandacaru	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
FONTES E BIBLIOGRAFIAS	128

INTRODUÇÃO

Em primeiro de maio de 1842, Venâncio casava-se com Rita, ele, filho de Florência, ela, filha de Maria africana. Ambos escravos de José Liberato das Neves, todos moradores da freguesia de Sant'Anna.¹Esta união, realizada de acordo com as normas católicas vigentes, somada a muitos outros arranjos familiares citados ao longo desse trabalho, foi buscada com o objetivo de refletir a importância da família para a vida da população negra de Caetité entre 1830-1860. Durante esse período o termo de Caetité tinha como cenário o domínio das pequenas e médias posses de escravos e uma economia pujante que atendia principalmente o mercado interno.

A cena do matrimônio cativo não faz parte da memória oficial da cidade de Caetité, alimentada pelos desfiles homéricos do Dois de Julho, ou pelo discurso da erudição das letras e da língua, tão peculiares à região, legado do desbravador português e de suas famílias. A cidade, exaltada no vulto da “Corte do Sertão”, “de maioria branca”, teceu seus primórdios com genealogias alicerçadas nos sobrenomes consolidados à época do povoamento com a ação dos sertanistas e a presença dos currais, ou ainda no Império, com as lutas de independência na Bahia.

Foi no seio do convívio familiar e das redes sociais em Caetité, que o tema escravidão tocou-me profundamente, não para adentrar em uma instituição que se opera aquém da vontade cativa, mas ao contrário, perscrutar o sujeito negro como agente histórico. Desse modo, esta pesquisa contempla uma das regiões das “agrestidões sertanejas”, especificamente a antiga vila do Príncipe e Sant'Anna de Caetité, atual cidade de Caetité, localizada na Serra Geral, na região Sudoeste da Bahia. O corte temporal de 1830-1860 foi delimitado pela constatação de um acervo documental significativo para esse período, bem como pela consciência de que a desagregação do universo familiar cativo na região foi mais intensa na segunda fase do século XIX, com o acirramento do tráfico interno e advento da grande seca.

As fontes consultadas para a pesquisa foram exploradas através de um longo trabalho solitário nos acervos históricos e eclesiásticos de Salvador e Caetité. Percorri 12 mil assentos de batismos, 2.119 de casamentos e 9 livros de tabelionato, dois quais compilei 369 cartas de

¹ Livro de Registro de Casamento (1831-1848), da Cúria da Matriz de Caetité. p.59.

alforrias, 418 escrituras de compra e venda, 49 de doação, 87 de débito e hipoteca e 11 de habilitação e reconhecimento de filhos. Essa documentação acumulada, durante longos dias e inúmeras viagens, descortinou detalhes das relações familiares da população de Caetité nos oitocentos, especificamente entre 1830-1860.

O debruçar sobre as fontes permitiu encontrar homens, mulheres e crianças negras, que apesar da adversidade, firmaram laços familiares e empreenderam lutas cotidianas para sobreviver e realizar seus sonhos. Portanto, este trabalho, ocupa-se das formas de vida de negros livres e cativos, com ênfase na composição e preservação dos arranjos familiares. O objetivo é entender no cenário de importantes mudanças do século XIX como essas pessoas organizaram suas famílias, e como no seio dessa instituição empreenderam conquistas e estratégias que permitiram mudanças em suas vidas. Para isso mapeamos ações cotidianas em diferentes espaços em busca dos indícios de suas trajetórias e dos mecanismos acionados para sobreviver materialmente, preservar os laços parentais ou conquistar a liberdade.

A documentação utilizada na pesquisa para composição e problematização desses laços familiares subdividiu-se principalmente em duas naturezas: a de fundo jurídico e a paroquial. Os documentos do judiciário, disponíveis nos arquivos públicos de Salvador e Caetité, contribuíram para entender o patrimônio familiar, a família escrava e sua relação com a partilha e o tráfico. Com os acervos paroquiais, a coleta de dados foi feita nos livros de registro de casamento e batismo da Catedral de Nossa Senhora Santana da Arquidiocese de Caetité. Essas fontes possibilitaram a reconstituição de famílias e de algumas redes sociais, como também analisar o compadrio, traçar o perfil dos nubentes e escolhas matrimoniais. Também recorri ao Recenseamento Geral do Império de 1872, as posturas municipais da vila de Caetité, as atas de vereações da Câmara Municipal e a legislação eclesiástica vigente.

A realização da consulta nos livros paroquiais só foi possível porque a diocese de Caetité preservou parte da documentação, mas o manuseio dessas fontes seriais demandou um trabalho longo e artesanal de compilação manual dos dados, principalmente porque a produção de imagens não foi autorizada.² Uma preocupação despertada durante a coleta dos dados nas fontes foi, justamente, o estado da documentação em Salvador e na cúria de Caetité; em vários momentos evitei manusear algumas páginas dos livros para evitar danos maiores e irreparáveis.

² Noberta Amorim salienta que esses dados encontrados a partir da abordagem demográfica fornecem os elos fundamentais para a história da família, pois convergem para o cruzamento das fontes e levam a “tocar o homem comum [...] em benefício do lançamento de uma nova história social e de uma nova história da família do século XVI ao XX”. AMORIM, M. Noberta. *Demografia Histórica e Família*. Uma Proposta Metodológica. Stud. his., H. amod, 18. Ediciones Universidad de Salamanca, 1983 p. 29-54. ISSN: 0213-2079.

Dito isto, procurei analisar as famílias negras a partir da acepção de experiência adotada por E. P. Thompson. O autor mostrou que o funcionamento da sociedade inclui a experiência humana, de homens e mulheres, em suas relações produtivas, com formas culturais peculiares e com seus meios de sobrevivência, “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e como antagonismos”.³ Assim, enveredo pelos aspectos culturais da experiência da população negra buscando realçar seus projetos, conflitos e estratégias para conduzir suas próprias vidas e melhorá-las dentro ou fora do cativeiro.

Optei por usar em todo o trabalho o conceito extenso de família negra utilizado por Isabel Cristina Ferreira dos Reis, por também acreditar que a categoria escrava não é capaz de contemplar a realidade dos arranjos instituídos na região. Sempre que possível recorri ao método de “ligação nominativa de fontes”, aplicado por autores como Robert Slenes e Walter Fraga, capaz de permitir nas trilhas de vidas individuais encontrar biografias coletivas que levam às experiências sociais dos sujeitos escravos e libertos.⁴

Todos os conceitos e aportes metodológicos utilizados foram definidos paralelamente à leitura bibliográfica. Essa incursão pela historiografia sobre escravidão iniciou-se com a abordagem antropológica-cultural de Gilberto Freyre durante a década de trinta do século XX. O autor enfatizou uma instituição escravista inserida em uma sociedade patriarcalista e paternalista onde as relações entre senhores e escravos se destacavam pela vivência harmoniosa e certa devassidão. As relações legitimadas e consensuais dos escravos também estavam permeadas pela devassidão, promiscuidade e a justificativa econômica de aumento das posses.⁵

A partir de 1960, novos estudos apresentados pela chamada “Escola Paulista” questionaram as teorias de Gilberto Freyre e destacaram o papel passivo do escravo. Compreendido como uma “peça” dentro do processo de produção, a instituição escravista não teria dado ao cativo a possibilidade de constituir relações familiares e de parentesco, portanto,

³THOMPSON, E. P. *A Teoria da Miséria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981, p.180-200.

⁴ Esses aportes teórico-metodológicos foram buscados na vertente da história social, a micro-história italiana. Ver: CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992. Ver ainda: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record. 1992.

a resistência à escravidão não estaria nas relações familiares, mas nas estratégias diretas contra o regime escravista.⁶

As abordagens de Gilberto Freyre e da chamada “escola paulista” foram cruciais para entender como os novos estudos sobre diferentes regiões do Brasil têm possibilitado romper seus limites, entre eles, a caracterização da família patriarcal como modelo padrão dessa instituição ou a compreensão do escravo como componente dentro do processo de produção. Nos dois casos não haveria possibilidade de o escravo constituir a “família escrava”.

A contribuição da História Social e os debates realizados sobre os estudos da escravidão nos Estados Unidos permitiram que os novos estudos no Brasil ampliassem as pesquisas sobre a população africana e afro-descendentes, com temas sobre a vida dos negros escravos e libertos.⁷ Logo, a leitura dos trabalhos sobre a escravidão empreendidos a partir de 1980, sob o viés dessa nova História Social, mostrou como os autores dessa perspectiva historiográfica romperam com a visão tradicional e negativa da inexistência das famílias escravas e comprovaram não só sua existência, como suas diferentes formações e significados para as vidas dos negros cativos, libertos e livres.⁸

O escravo, do estado de anonimato ou de sujeito passivo, passou à condição de agente histórico a partir das pesquisas realizadas por autores como João José Reis, Robert W. Slenes e Sidney Shalhoub.⁹ O objetivo desses estudos não era mais o escravismo, e sim os escravos, pessoas capazes de ações autônomas.

A minha abordagem foi costurada em consonância com essa historiografia, pois além de permitir ver o escravo como agente histórico, possibilitou-me aportes metodológicos para perscrutá-lo além das *plantations* do Sudeste ou do Recôncavo Baiano, observando as especificidades locais e regionais.

⁶ Ver: FERNANDES, Florestan, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, 2 vols., São Paulo, Editora Ática, 1978; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed., São Paulo: UNESP, 1997.

⁷ Sobre os avanços da historiografia da família nos Estados Unidos e no Brasil ver: CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997; CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 3 (maio, 1981), p. 5-16; MOTTA, José Flávio. “Família Escrava: uma incursão pela historiografia”. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 9, n.16, (jun. 1988), p.104-159. QUEIRÓZ, Sueli Robles Reis de. “Escravidão Negra em Debate”. In: FREITAS, Marcos. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.104–432; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.35-52.

⁸ MACHADO, Maria Helena P.T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, (mar./ago. 1988), p.143-160.

⁹ CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Robert Slenes. *Na senzala uma flor*, 1999.

As pesquisadoras Eni de Mesquita Samara e Maria Helena Machado mostraram que o interesse pela História Social e por temas pouco explorados, como aqueles que focalizam as minorias sociais, fomentaram a recuperação do processo histórico e de um novo conhecimento histórico da realidade brasileira.¹⁰ Os historiadores passaram a se debruçar sobre as fontes a partir de novos olhares, ou como bem observou Maria Helena Machado, “têm sido desafiados a reavaliar as fontes documentais disponíveis sob uma nova perspectiva”.¹¹

Já Robert Slenes, ao debater sobre as novas fontes para o estudo da escravidão, advertiu sobre a importância dos documentos censitários presentes nos arquivos por guardarem vestígios significativos sobre os diferentes aspectos das experiências dos escravos. Pontuou que essa documentação analisada de forma independente, ou, em conjunto com outras fontes, é passível de diferentes interpretações, entre elas, as que se estendem além do olhar branco.¹² O mesmo autor enfatizou ainda que a imagem de devassidão sobre a vida familiar dos cativos foi reflexo dos preconceitos culturais dos observadores brancos, sobre os quais historiadores que discutiam a família escrava embasavam suas análises “numa leitura rala”.¹³

Coaduneiei com a concepção desse mesmo pesquisador de que a família “não satisfazia nem aos senhores nem ao grupo subalterno”, e que esta, era palco de embate entre os dois grupos. Portanto, se a família escrava chegou a possibilitar a manutenção do escravismo, seguramente a situação oposta foi fundamental, pois possibilitou romper laços do cativo.

Nessa nova historiografia, transitei ainda pelos trabalhos de Hebe Maria Mattos de Castro, Sheila Siqueira de Castro Faria, Manolo Florentino e Jose Roberto Góes para discutir as conquistas e as características das famílias, a liberdade e seus significados, e a presença e atuação do cativo africano.¹⁴ Destaco também a contribuição dos trabalhos sobre a população

¹⁰ SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. São Paulo: Humanitas, CEDHAL-FFLCH/USP, Nova Série, nº 3 (julho, 2002), p. 7-25; e MACHADO, Maria Helena P.T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, (mar./ago. 1988).

¹¹ MACHADO, op., cit.p.144.

¹² SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 13, n. 1, (jan./abril 1983), p. 117-149. Outra referência do autor para a discussão sobre família escrava e a leitura das fontes primárias é: “Lares negros, olhares brancos”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 8, n. 16 (mar./ago. 1988), p.189-203.

¹³ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.35-52.

¹⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 2011. REIS; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1750 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

negra em outras áreas do Nordeste brasileiro, como os estudos de Cristiane Pinheiro Santos Jacinto, Joceneide Santos Cunha e Solange Pereira da Rocha. Esses estudos permitiram dados para reflexão de como os sujeitos que pesquisei viviam, estabeleciam laços familiares e como lutavam para preservá-los.¹⁵

Na historiografia baiana meu ponto de referência foi o estudo de Isabel Cristina Ferreira dos Reis, que afirmou o extenso relacionamento entre escravos e a sua diversificada rede de parentesco. Sua abordagem questionou a identificação do escravo como coisa ao enfatizar nesse universo familiar a vida afetiva e a preocupação com os significados africanos de família. Dividi com a pesquisadora a relevância das análises demográficas e concordei que delas devem emergir, além do cenário estatístico, o calor humano, ou seja, “a capacidade de os escravos criarem e manterem laços de associação, afeição e sangue”.¹⁶

Entre os estudos sobre a população negra no Recôncavo Baiano, realço a importância do trabalho “Encruzilhadas da Liberdade” de Walter Fraga Filho. O historiador ao enfatizar indivíduos, mas sempre atento aos grupos familiares e as comunidades, permitiu no último capítulo deste trabalho o desafio de pensar a liberdade e a família em uma sociedade marcada pela desigualdade.

Para a compreensão das relações escravistas no sertão baiano enveredei pelos trabalhos de Gabriela Nogueira, Napoliana Santana, Isnara Pereira Ivo e Kátia Lorena Almeida.

Gabriela Nogueira pesquisou vivências escravas nas fazendas setecentistas na região do Rio São Francisco, onde destacou a herança das culturas africanas, a reprodução natural, a autonomia dos cativos e sua importância na microeconomia regional do alto sertão. Sua pesquisa foi muito importante para que eu pudesse pensar a presença do africano no sertão.¹⁷

Napoliana Pereira Santana apresentou o escravo como sujeito histórico capaz de estabelecer laços estáveis. A pesquisadora acompanhou trajetórias familiares em fazendas do São Francisco, identificando famílias que permaneceram unidas por décadas, apesar das

¹⁵JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados*, São Luís – Século XIX. São Luís: EDUFMA, 2008; SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinha e procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004; ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁶ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, p.24.

¹⁷ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

partilhas dos bens entre os herdeiros. Traço que também pode constatar no termo da vila de Caetité.¹⁸

Os trabalhos de Isnara Pereira Ivo e Kátia Lorena Almeida possibilitaram mergulhar no cotidiano do povo do alto sertão e sertão da ressaca. A primeira pesquisadora trouxe a mistura dos diálogos culturais do povo e a desmistificação da ideia de atraso e isolamento dos sertões da Bahia, apresentados através das diferentes relações estabelecidas entre escravos e livres. A segunda pesquisadora permitiu conhecer e refletir aspectos importantes do universo da manumissão na região, bem como pensá-la no âmbito da família.¹⁹

Vale ressaltar que os estudos de Fátima Pires e Erivaldo Fagundes Neves foram pilares básicos dessa pesquisa.²⁰ Os dois pesquisadores proporcionam aos jovens pesquisadores um acervo documental e bibliográfico imprescindível sobre o alto sertão.

Nos trabalhos de Erivaldo Fagundes Neves pude dispor de aspectos quantitativos, cartográficos e dados econômicos que ampararam a contextualização da região e o perfil da população cativa. No mesmo grau de importância, debruicei-me sobre as produções da historiadora Maria de Fátima Pires, que ainda na graduação e em trabalho no Arquivo Público Municipal de Caetité, provocou-me as primeiras inquietações e a emergência de estudos sobre a escravidão na região. Seus dados demográficos e qualitativos, tecidos inúmeras vezes a partir das histórias dos escravos de Caetité e Rio de Contas, foram fundamentais para transportar-me para a atuação de homens e mulheres em diferentes espaços neste sertão, sempre na perspectiva de compreender o “chão social” das experiências desses sujeitos que desenharam com suas trajetórias o perfil da região.

Recorri também às obras de intelectuais que significativamente contribuíram para melhor contextualizar a região com seus dados sobre a cartografia, ocupação, povoamento, além das transcrições de documentos. Entre eles: *Província da Bahia*, de Durval Vieira de Aguiar; *Viagem pelo Brasil* de Spix&Martius; *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*

¹⁸ SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Currealinho e Rio das Rãs-Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850–1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

¹⁹ IVO, Isnara. P. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas- Bahia, Século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.

²⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005; Ver também do mesmo autor: “*Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*”. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998. PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003; ou “*Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima–BA (1860-1920)*”. São Paulo: Annablume, 2009.

(Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX), de Licurgo Santos Filho; *Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité*, de Pedro Celestino da Silva; *Caetité Pequeninna e Ilustre* da professora Helena Lima.²¹

O resultado da pesquisa documental, amparada na bibliografia sobre o tema e região, está exposto nos três capítulos deste trabalho. No primeiro capítulo, “A Vila Nova do Príncipe e Sant’Anna de Caetité: primeira metade do século XIX”, analiso a paisagem agrária e urbana da vila de Caetité. Para isso, recuo no tempo e parto da ocupação e criação da vila, destacando a geografia do espaço, as atividades econômicas, as medidas administrativas e o perfil da população. Também adentro o universo do compadrio, traço os perfis dos padrinhos e madrinhas, as redes de compadrio entre escravos e livres, buscando entender a constituição da família extensa. Tentei fazer esse panorama com muita fidelidade ao sujeito, enquanto agente de tais aspectos.

No segundo capítulo, “Redes familiares e sobrevivência: experiências múltiplas”, amplio a discussão de família. Nesse momento mostro que as famílias consanguíneas, de parentesco simbólico ou espiritual, possuíram um significado social de integração e de identidade de grupo maior do que presumem as teorias que versam sobre o impacto negativo do cativo sobre a família em pequenas posses. Todos estes arranjos estavam articulados à vontade do indivíduo e às suas estratégias que explicam alianças políticas e sociais que viabilizaram ganhos, como certa autonomia cotidiana, acúmulo de pecúlio, acesso a terra e alforria.

No terceiro capítulo, “Família, tráfico e liberdade”, enveredo pelas agruras promovidas pelo tráfico interno e as perspectivas de liberdade. Teço algumas estratégias e astúcias empreendidas pelos sujeitos escravizados, acionadas para a conquista da liberdade ou para a preservação dos laços parentais, mesmo com a iminente ameaça da desagregação familiar pelo comércio de cativos. Fiz essa discussão sem perder de vista a força do tráfico interno e a existência de uma sociedade, onde muitas vezes a conquista da alforria não significava o fim do controle social e da exploração da força de trabalho do ex-cativo. Neste capítulo também analiso duas posses de escravos, em três propriedades rurais, para uma compreensão de peculiaridades e singularidades da vivência cativa na região.

²¹SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956; SILVA, Pedro Celestino da. *Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité*. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 58, 1932, p. 230; SANTOS, Helena Lima. *Caetité “Pequenina e Ilustre”*. 2ª Ed. Brumado - Ba: Ed: da Tribuna do Sertão, 1995; SPIX, Johann Baptiste Von, e Martius, Carl Friedrich Phillip Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. Ed. (1. Ed. 1823, 1828 e 1831). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981, p. 123-124; AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 2. ed. (1. Ed. 1888). Rio de Janeiro, Graal, 1984.

1 A VILA DO PRÍNCIPE E SANT'ANNA DE CAETITÉ: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Vila nova do Príncipe, anteriormente Caiteté, criada em mil oitocentos e dez, está num sítio lavado dos ventos junto à margem duma ribeira, que vai engrossar o Rio do Antônio, obra de dezesseis léguas ao sudeste da de Rio de Contas. A sua igreja matriz é dedicada a Sant'Ana. Nos seus arredores cria-se muito gado vacum [...].²²

Como outros lugares do alto sertão baiano, a vila do Príncipe e Sant'Anna de Caetité, citada na epígrafe acima, teve sua origem vinculada ao itinerário de colonizadores, sertanistas, vaqueiros e tropeiros que no final do século XVI, e por todo o século XVII, transitaram ou povoaram a região sertaneja nos moldes da colonização portuguesa. Pedro Celestino da Silva, na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, reitera que a vila de Caetité, assim como outros dos focos de população do sertão, teve por “[...] gênese a aldeia de índio ou a fazenda de gado”.²³

Segundo registra a memória popular, o povoado de Caetité, foi erguido nos arredores dos sítios que serviam de ponto de pouso e descanso das tropas que seguiam para Goiás, Minas Gerais e a cidade de Salvador.²⁴ A localização nas proximidades das áreas auríferas de Rio de Contas, entre o vale do São Francisco e a região da Chapada Diamantina, teria contribuído significativamente para sua ocupação e desenvolvimento.

²²Corografia Brasílica do padre Manuel Alves de Casas com a descrição geográfica do reino <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/> p. 241.

²³ SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 58, p. 96-102, 1932. O desbravamento do sertão que legou esses focos populacionais teve como itinerário o curso d'água do Rio São Francisco e como enredo a trama de conflitos entre os Ávila e os Guedes de Brito, respectivamente, a Casa da Torre representada por Francisco Dias d'Ávila, e Casa da Ponte por Antônio de Guedes Brito. O dois foram senhores de imensos currais no sertão, contemplados com concessões de sesmarias, que foram paulatinamente sendo ocupadas por latifúndios para a pecuária bovina, ou por médias e pequenas propriedades arrendadas pelos herdeiros dos dois clãs. Ver: ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: Codevasf, 1946; SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2ª. Ed. Salvador: Progresso, 1938. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX*. 1. Ed. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS, 2005. Sobre as comunidades indígenas e a presença dos jesuítas ver “História da Companhia de Jesus no Brasil”, onde o autor discute a catequese nas denominadas missões rurais no sertão de Jacobina, do Kiriri e do Rio São Francisco. LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/ Lisboa, Instituto Nacional do Livro/ Livraria Portugal, 1945, p. 269. Quanto à presença indígena na região do Alto Sertão, Erivaldo Fagundes Neves destaca os tapuias divididos em vários bandos como os Maracás e os Coroados. Vide: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo regional e local)* 1 ed. 1998. 2ª.ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, 2008, p. 95-96.

²⁴ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p.21-34.

Essa localização viabilizou um fluxo constante de homens e mulheres que transitavam por seus caminhos envolvidos com a exploração do ouro, o comércio de gêneros alimentícios, tráfico de escravos, comboio das boiadas, além é claro, dos viajantes estrangeiros.²⁵ Mas, se a movimentação das tropas permitiu a circulação de mercadores e produtos, também engendrou a fixação de moradores que procuravam usufruir das possibilidades de comércio advindos da localização entre pólos mineradores, ou das condições geográficas que favoreciam a prática agrícola e a pecuária.²⁶

Entre esses moradores estavam escravos africanos e crioulos negociados por traficantes para o trabalho nas minas e fazendas de gado; ou negros libertos que constituíram laços fixos com a região, como bens e famílias. Essa população negra participou intensamente da composição demográfica da região através da concepção de laços familiares legitimados ou consensuais, firmados desde os primeiros núcleos de povoamento.

A pesquisadora Isnara Pereira Ivo destacou que o relatório de Miguel Pereira da Costa elaborado em 1754,²⁷ já demonstrava que praticamente não existiam famílias brancas na região, pois os moradores encontrados predominantemente “eram casados com negras e mulatas”.²⁸ Já a historiadora Gabriela Amorim constatou que o povoamento do alto sertão se deu através da presença de famílias luso e afro-brasileiras, com ênfase nos africanos, que foram responsáveis pela formação de laços de parentesco e amizades consolidados com o avançar das boiadas pelos sertões baianos sob o domínio da Casa da Ponte.²⁹ Esses laços familiares foram cruciais para resistir à tentativa de coisificação imposta pela instituição escravista que se expandia pelo alto sertão, bem como para a permanência desses sujeitos

²⁵ Fátima Pires cita entre os viajantes estrangeiros Spix, Martius e Alcides D’ Orbigny; e a serviço do Estado como Theodoro Sampaio e Durval Vieira de Aguiar. Vide: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – 1830- 1888*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, p.4.

²⁶ Caetité estava localizada nas rotas que ligavam às minas de Rio de Contas às de Jacobina, áreas de exploração aurífera.

²⁷ Miguel Pereira da Costa foi um dos mestres-de-campo de engenheiros, encarregado pelo conde de Sabugosa de elaborar um relatório em 1734 sobre o caminho entre Cachoeira e Rio de Contas. Os engenheiros deviam observar distâncias, povoações e pontos de referências para elaboração de mapas sobre os sertões. Ver: SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado*. Várias Histórias, Belo Horizonte, v. 24, n° 40, jul./dez. 2008. Disponível em: <[http:// www. scielo. br /scielo.](http://www.scielo.br/scielo)> [Acesso em 25-maio-2013].

²⁸ IVO, Isnara. P. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p.155.

²⁹ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790). 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)–Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, p.46.

sociais na região de Caetité durante o século XIX, apesar do tráfico interno, da seca e dos fluxos migratórios.³⁰

No primeiro decênio desse século, Caetité já significativamente povoada por famílias luso e afro-brasileiras consolidava-se como um ponto de passagem importante nas rotas de comércio que cortavam a província da Bahia, entre elas estavam as vias tradicionais pelo rio São Francisco, rio Paraguaçu e a de Juazeiro. Com a criação dos núcleos oficiais de povoamento sertão adentro novas rotas passaram a integrar os caminhos dos tropeiros, como as estradas que ligavam Jacobina a Rio de Contas e Minas Novas, Camamu a Palmas de Monte Alto, Vitória da Conquista a Poções e, Ilhéus a Itabuna.³¹

O fluxo de pessoas e produtos que percorriam essas rotas dinamizava o polo distribuidor de Caetité e confirmava a importância do Alto Sertão como mercado consumidor, mas, sobretudo, de venda e distribuição de diferentes produtos, como algodão, rapadura, farinha de mandioca, gado, minérios, sal e óleos vegetais.³²

Esse dinamismo comercial permitiu a formação de uma elite local consolidada pela posse da terra, de escravos e por alianças consanguíneas firmadas por famílias abastadas que lideraram o movimento em 1810 para a elevação do arraial à Vila Nova do Príncipe e Sant'Anna de Caetité. Segundo Pedro Celestino o evento se realizou unindo “a tradição civil e religiosa, com penhor de um culto fervoroso e popular”, portanto, nascia sob os cânones da Igreja e do Estado, e como espaço político materializado nos projetos da elite latifundiária e comercial em detrimento dos outros grupos sociais.³³ Os vínculos identitários do tipo regional foram projetados pela presença da base familiar com sobrenomes, alguns criados, e por títulos da Guarda Nacional.

³⁰ O registro estatístico indicativo dessa população negra na região durante século XIX aparece oficialmente no primeiro recenseamento geral realizado em 1872. Este censo constatou no termo de Caetité 25.338 negros entre os 54.622 habitantes. Dados do Censo de 1872 retirados de PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM). Quanto à permanência dos libertos na região ver: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. Ver também sobre a temática o livro “Encruzilhadas da Liberdade”, onde o autor Walter Fraga apresenta muito bem a importância da família para projetos das comunidades de ex-escravos e descendentes no Recôncavo Baiano nos últimos anos do século XIX. O autor enfatiza que as escolhas e decisões desses sujeitos “foram norteadas pelas vivências comunitárias e pelos laços familiares penosamente engendrados ao longo da vida escrava”. Vide: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1a. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p.283.

³¹ PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros no Alto Sertão da Bahia no século XIX*. 2001. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

³² PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – 1830-1888*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2003, p.38.

³³ SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 58, p. 96-102, 1932, p.108.

A fundação da vila buscou contemplar os anseios políticos e administrativos desse potentado local que acenava com a construção da câmara e cadeia competente, implantação imediata das justiças ordinárias, capitão-mor, posturas, bem como a delimitação das fronteiras. Esse grupo almejava administrar os impostos dos produtos e controlar as atividades produtivas em uma área importante para a microeconomia local, baiana e internacional.³⁴Os negócios foram enfaticamente realçados na ata de criação da vila como bandeira oficial de sua importância comercial e política no Alto Sertão:

[...] sendo a situação e limites de aquelle Arraial o termo mais próprio para aplantação de algodão e criação de gados vacum e cavalar, que por isso presentemente *abunda em um avultado giro de negocio*, com sua indivisível importação de fazendas europeas, e exportação de gêneros próprios do paiz: acontece o serem eles suplicantes vexados, oprimidos pelos vadios e facinorosos que infestam os fins d' aquelles contornos, sem temor da justiça pela longitude em que ella fica, qual a da Villa do Rio de Contas em distancia de cincoenta e quarenta léguas[...].³⁵(grifo nosso).

O giro de negócios legou a Caetité, o lugar de “celeiro provido desses sertões”, com ênfase na criação de gado e no cultivo do algodão. Este último produto permaneceu entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX como um dos principais artigos de exportação da Bahia.³⁶

1.1 “O celeiro provido desses sertões”

Na primeira metade do século XIX, Caetité continuou como “celeiro provido do sertão”, por ainda ser um centro importante do comércio de víveres e gêneros alimentícios, e responder por significativa produção de algodão da província da Bahia. A posição de celeiro de alimentos foi incrementada com o trabalho de cunho familiar, de meeiros e diaristas, mas fundamentalmente pela mão-de-obra escrava.

A preservação de Caetité como ponto de pouso e distribuidor de produtos no Alto Sertão foi tema de várias sessões da Câmara Municipal programadas para a efetivação de melhorias no tráfego e na hospitalidade dos viajantes. Uma das sessões deliberou que as

³⁴ Segundo Victor Leal as câmaras coloniais exerciam funções administrativas próprias do município, mas também policiais e judiciárias. Vide: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto- o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 82.

³⁵ Termo de Criação da Vila do Príncipe e Sant'Anna de Caetité. In: SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 58, 1932, p. 110.

³⁶ SILVA, op. cit., 1932, p. 110-112.

estradas que ligavam seu termo à cidade da Bahia fossem limpas e recuperadas,³⁷ com a obrigação dos proprietários de terras prepararem ranchos de pouso com cômodos suficientes para viajantes e tropeiros sob pena de pagarem 6\$000 (seis réis) de multa para Câmara Municipal ou cumprirem 30 dias de cadeia.³⁸ A aplicabilidade dessa obrigação possivelmente não foi frequente, seja por carência de pessoas encarregadas de fazê-la; seja pela falta de interesse ou condições financeiras dos proprietários para realizá-la.

A preocupação com as vias terrestres do interior e adjacências de Caetité agregou-se às reformas e aberturas de outras estradas no século XIX, que objetivavam atender ao dinamismo comercial entre os sertões e a capital da província. Muitas estradas começaram a ser reformadas a partir de 1840, a exemplo da Ilhéus-Conquista, Caetité-Rio de Contas e Nazaré-Conquista.³⁹

Assim como as estradas, as terras cultivadas no campo deviam atender a demanda regional e internacional. Como a região convivía com as características típicas da caatinga e do cerrado, havia uma preocupação com a produção de gêneros de primeira necessidade, principalmente a farinha de mandioca, para atender a demanda da escassez nos períodos de seca. Em decorrência dos problemas climáticos, as áreas cultivadas tinham que ser divididas entre plantações de raízes como mandioca, aipim, batata doce, cará e inhame e grãos, como arroz, feijão e milho, além do algodão e mamona.⁴⁰

Elencados nos inventários estudados para essa pesquisa, entre os produtos consumidos em Caetité estavam: garrafas de vinhos portugueses, copos de vidro, tecidos de chita, seda e brim, botões de aço, seda e madre pérola, canela, potes de rapé, biscoitos, manteiga, tintura de arnica, velas, lenços americanos, uvas passas, chapéus, panos da costa e de seda, sacas de sal, convites de enterro, sabão de pedra, anil, luvas, farinha, pimenta e azeite. Os registros dessa variedade de produtos nacionais e internacionais nas boticas e vendas demonstram o intercâmbio comercial significativo na primeira metade do século XIX.

Dentre os produtos cultivados no seu termo, o algodão foi um dos mais importantes, e compôs por muito tempo, junto com o fumo e o açúcar, a pauta de exportação da província da Bahia. O plantio do algodão se estendia da serra de Monte Alto à Conquista, cabendo a Caetité o papel de principal centro produtor e fornecedor da Bahia.⁴¹ O auge dos preços e da produção se estendeu do final do século XVIII ao início do século XIX, o que demandou da

³⁷ A cidade da Bahia que o texto refere-se é Salvador, capital da província.

³⁸ APMC. Atas de sessões de vereações, 1810-1815, maço 05, cx 01, p. 96.

³⁹ PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros no Alto Sertão da Bahia no século XIX*. 2001. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁴⁰ APMC. Livro de Registro das Posturas Municipais, Nº 74, Artigo 1º, fl.10.

⁴¹ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p.151.

Câmara Municipal uma maior fiscalização dos negócios, já que para sonegar impostos era comum os comerciantes e produtores desviarem cargas de algodão por Tucano, distante uma légua da vila.⁴²

Descarçado em enghocas de madeira, o algodão era beneficiado nos teares artesanais ou em rodas de fiar para ser usado na produção de vestuário, sacaria, cheio de colchões, forragem para o gado e fabricação de óleo. Para a venda fora de Caetité, era descascado ainda nas fazendas, depois embarcado em bruacas e transportado por mulas para a comercialização no Recôncavo ou cidade de Salvador.⁴³ A câmara estipulava que para a carga de algodão comercializada fora de Caetité teria que ser pago 80\$00 (oitenta réis) fracionados entre o lavrador e o comerciante.⁴⁴

Segundo Rômulo Almeida, Caetité chegou a fornecer mais algodão a Minas Gerais que à Bahia, tendo em vista que para os mineiros a distância dos portos era um fator fundamental para o consumo do algodão produzido no sertão baiano. Nos dois casos, tanto para a Bahia como para Minas Gerais, as péssimas condições do transporte compunham um entrave importante, principalmente quando os preços declinavam no mercado externo, onerando a logística da produção e distribuição.⁴⁵

Em Campo Seco que dispunha da mão-de-obra dos escravos,⁴⁶ armazém e transporte para comercialização, o algodão foi importante fonte de lucro:

O comercio algodoeiro proporcionou bons lucros ao fazendeiro do campo seco, sendo de se notar que alguns negócios foram realizados na própria vila de Caetite, segundo anotações deixadas por Pinheiro Pinto. Apesar de a vila distar da fazenda bem mais do que a de rio de contas, umas seis léguas a mais, o fazendeiro preferiu Caetite para centro de suas múltiplas atividades [...].⁴⁷

⁴² APMC. Atas de sessões de vereações, 1810-1815, maço 05, cx 01, p.85.

⁴³ NEVES, Erivaldo Fagundes. Dimensão histórica-cultural: Chapada Diamantina. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional- CAB, 1997, p.40. Na Bahia do século XIX o algodão chegou a corresponder a 22, 4% das exportações baianas. Ver: JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: História do ensaio de sedição de 1789*. São Paulo: HUCITEC: Salvador: EDFA, 1996, p.65-66.

⁴⁴ Termo do estabelecimento das Rendas da Comarca e Posturas, In: SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité, *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, Bahia, n°58, 1932, p.140.

⁴⁵ ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano XI, n°19, janeiro de 2009, Salvador, Ba.p.90.

⁴⁶ Campo Seco era um dos latifúndios do termo de Caetité e serviu de cenário para o livro de Lycurgo Santos Filho; também constituiu uma fonte fundamental para esse trabalho. A partir dos documentos da fazenda “Brejo Seco” (atual Brumado), o autor agracia-nos com informações sobre as atividades desenvolvidas pela família Canguçu, na sequência de gerações, realçando os aspectos sociais e econômicos que se projetam além dos limites da fazenda. Vide: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p.21.

⁴⁷ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 35-36.

Há registro entre 1817 e 1820 da produção do algodão em obras de viajantes que fizeram considerações sobre a relação do clima da região com o cultivo da variedade de seda, bem como dos lucros e posição de Caetité no mercado interno e externo. Também há dados em inventários, a exemplo do espólio da fazenda Barrocas, onde em 1822 Antônio Soares Maciel inventariou 400 arrobas de algodão e uma roça de algodão, ou no de Bento Garcia Leal, capitão-mor de Caetité, que arrolou:

[...] 209 cargas de algodão descaroçado, despachados aos correspondentes no porto de São Felix, no Recôncavo, e mais 80 cargas em caroço. Informou, ainda, um crédito na casa de Pedro Rodrigues Bandeira, em Salvador, correspondente ao envio, por esse exportador, para a Inglaterra, de 2.200 arrobas de algodão [...].⁴⁸

Segundo Argemiro Filho durante as lutas pela independência do Brasil na Bahia, no momento em que as atividades econômicas estavam comprometidas com o cenário de guerra, Caetité foi uma importante fornecedora da fibra de algodão para a confecção do fardamento do exército. O autor destaca a precariedade manufatureira da vila com a impossibilidade de doação do produto acabado.⁴⁹

Já em meados do século XIX, com a baixa nos preços internacionais, o valor da arroba de algodão não correspondia aos anos áureos do final do século XVIII, mas sua produção ainda propiciava um dinamismo comercial importante no Alto Sertão. Portanto, mesmo com a queda dos preços, o fisco local, problemas de transporte e insegurança das estradas, a produção do algodão permitiu a prestação de serviços, arrecadação de tributos, e bem em estoque a produtores de Caetité e negociantes de Salvador, que aguardavam uma situação favorável de mercado para negociação.

A crise do algodão, as guerras de independência e o fim do tráfico internacional de cativos deixaram mais evidente para comerciantes e proprietários da região, que o escravo era o maior bem a ser legado aos familiares e ex-cativos. O proprietário Antônio Pinheiro de Azevedo, dono da Fazenda da Faca, é um bom exemplo dessa realidade, pois, acumulou na vigência da crise 18:150\$000 em escravos e 9:156\$666 em casas; bens que foram inventariados na década de 1870 por seus herdeiros.⁵⁰ Em seu testamento, entre os parentes

⁴⁸ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX*. 1. Ed. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS, 2005, p. 286.

⁴⁹ SOUSA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A guerra da Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.116-129.

⁵⁰ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Inventário de Antonio Pinheiro de Azevedo, 1876, p.60.Classificação:02/883/1352/14.

que herdaram os escravos estava o seu filho Daniel com a escrava Porfíria que recebeu o escravo Amâncio de 6 anos de idade comprado por 500\$000.⁵¹ O alto valor de Amâncio nessa fonte deve-se, provavelmente, ao fim do tráfico internacional de escravos que elevou significativamente o preço unitário do cativo em todas as faixas etárias.

Joaquim Antônio de Carvalho, outro proprietário da região, também deixou para a liberta Valentina Maria de Matos, a escrava Paulina e a filha dela, denominada Luisa.⁵² Segundo o proprietário, a liberta Valentina nunca fez parte da sua posse de cativos, mas passou a residir e trabalhar na sua propriedade por gratidão, após ele ter quitado (a mais de vinte um anos) suas dívidas com a compra da liberdade. Valentina, assim como outros libertos, teria com a aquisição de um escravo capital ou mão-de-obra para ajudá-la em uma atividade rentável no começo de uma vida fora do cativo.

A aquisição de um escravo demandava um capital significativo, então possuir um podia significar *status* e renda para os libertos, assim como manter a regularidade numérica da posse ou ampliá-la estimulando a reprodução natural podiam ser alternativas almejadas pelos proprietários. Como as posses da região, predominantemente, dispunham de 1 a 10 cativos, vários escravos assumiram muitas funções na propriedade, a exceção provavelmente estava nos artífices pela especialização e demanda do seu trabalho sob o sistema de aluguel.

Era comum ver trafegar nas ruas e estradas da vila, cativos que exerciam várias funções no mercado de trabalho, entre elas estavam atividades comerciais e serviços realizados no campo ou área urbana, como a condução de caixões nos enterros e entrega de encomendas que podiam render até 10\$00.⁵³

Na documentação os escravos que aparecem identificados pelos ofícios concentravam-se em ocupações de roça ou de cunho doméstico, e, mais raramente, como vaqueiros e feitores. Entre outros ofícios estavam os de costureiros, tropeiros, marceneiros, alfaiates, pedreiros, garimpeiros e ferreiros. Esta mesma constatação também aparece na pesquisa de Erivaldo Fagundes feita nos inventários de Caetité por todo o século XIX.⁵⁴

⁵¹ Daniel foi batizado como forro. APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Traslado de Testamento: Antonio Pinheiro de Azevedo, 1876, f.1. Classificação: 02/883/1352/14.

⁵² APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Inventário de Joaquim Antônio de Carvalho, 1842, p.35.

⁵³ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Antonio Joaquim Xavier de Carvalho, 1860, p.11. Classificação: 05/1855/2326/15.

⁵⁴ Erivaldo Fagundes Neves encontrou em inventários do século XIX de Caetité uma média de 47% dos escravos como agricultores, 19,3% como vaqueiros, 13% como domésticos. O restante do percentual estava entre os escravos que aparecem como costureiros, tropeiros, marceneiros, alfaiates, pedreiros, garimpeiros e ferreiros. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 88.

O censo de 1872, para a localidade em estudo, confirma a concentração dos escravos nas mesmas atividades dos inventários. O que chama atenção é o pequeno número de escravos em proporção ao número total dos trabalhadores, o que condiz com o cenário da seca, epidemias, fim do tráfico internacional e aumento do tráfico interprovincial, que acabou por impactar negativamente na capacidade de manutenção da propriedade escrava.⁵⁵No entanto, o mesmo censo aponta que a grande maioria da mão-de-obra da localidade estava constituída por pessoas de cor fora da situação de cativo, ou seja, trabalhadores negros e/ou mestiços livres e libertos.

Tabela 1: Número de escravos entre os trabalhadores com ofício em Caetité

PROFISSÕES	TOTAL	ESCRAVOS	%
Lavradores	9.088	542	5,96
Serviço Doméstico	1.424	226	15,87
Criados e Jornaleiros	619	34	5,49
Operários	266	24	9,02
Costureiras	879	21	2,38
Sem Profissão	4.733	211	4,45

Fonte: Dados do Censo de 1872 retirados de PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

Os números apresentados na *tabela I*, adicionados aos dados de outras fontes consultadas para esta pesquisa, como os documentos jurídicos e cartoriais que serão apresentados ao longo deste trabalho, dão elementos para pensar que os homens e mulheres negros da vila de Caetité fizeram parte intensamente da economia local. No caso dos cativos, eles contraíram dívidas, fizeram empréstimos, assumiram atividades remuneradas, cultivaram terras, criaram animais, quitaram suas dívidas e acumularam pecúlio. Na fazenda Barrocas, por exemplo, os escravos apareceram com ocupações definidas, seis eram vaqueiros, um mestre de carpinteiro, um oficial de carapina, um curioso de carapina, uma rendeira, duas costureiras, um oficial de ferreiro, atividades importantes que conferiram *status* e pecúlio ao cativo. Em Campo Seco, o escravo Jacinto, possuiu “apreciável quantia em mãos do senhor, sendo extensa a sua conta corrente [...]”.⁵⁶

⁵⁵ Ver sobre a crise da economia baiana em: MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Salvador-BA: Corrupio/CNPq, 1988. BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar; fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁶ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 118.

Os proprietários que contaram com um escravo de ofício puderam usufruir da especificidade do trabalho e receber pelo produto fabricado. Nas atas da Câmara de Caetité entre 1810 e 1815 alguns produtos tinham seus valores discriminados pelos regimentos dos ofícios, podiam variar de 600\$00 (seiscentos réis) para uma foice, 720\$00 (setecentos e vinte réis) por vestido, 1: 200\$00 (hum mil conto e duzentos réis) para um capote masculino e 2:500\$00 (dois mil contos e quinhentos réis) a 4:400\$00 (quatro mil contos e quatrocentos réis) por um par de botas.⁵⁷ É possível que os mesmos regimentos ainda vigorassem entre 1830 e 1860, pois não há na documentação da Câmara novos registros. Outro indicativo dessa vigência dos regimentos está nos valores similares desses produtos encontrados em inventários consultados para esta pesquisa.

O escravo com ofício era tão importante e rentável que José Fialho de Carvalho deixou em testamento o escravo João, ferreiro de 40 anos de idade, para servir por 10 anos a sua mulher, sendo que a cada ano trabalhado, seis meses ficariam para ela, e os outros seis meses para o escravo. Esse é um dado muito importante porque indica que havia um acordo entre João e o seu proprietário que poderia facultar-lhe a oportunidade para que amealhasse recursos para sua liberdade. O proprietário também deixou a escrava Porfíria, costureira de 8 anos de idade para seu filho, com a condição de servi-lo por 21 anos.⁵⁸ Embora o escravo estivesse submetido a cumprir os anos forçados de trabalho, podia conseguir angariar pecúlio ou realizar investimentos como a aquisição de animais, o que no futuro lhe possibilitaria pagar pela alforria de familiares e companheiros de cativo.

A circularidade desses cativos no campo e na cidade, no exercício de ofícios especializados, no manejo do gado e no comércio, ampliou as suas redes de sociabilidades e preocupou a elite e justiça locais que imputavam a cativos e libertos a responsabilidade por várias transgressões sociais. Além de certa autonomia espacial e quiçá econômica, também incomodavam a fuga e a formação de comunidades quilombolas nos arredores da área urbana de Caetité, onde muitos companheiros de cativo e grupos familiares estabeleceram-se.

O termo de vereação elaborado após uma reunião do juiz ordinário com vereadores, capitães e procuradores de Caetité, firmou desde cedo à necessidade de criar o capitão do mato e assalto por todos os seus currais para prender escravos fugidos e em quilombos:

Para capitão do mato e assalto nomearão o cabra Pedro da Silva Lino, que já serve pra emprego por provisão da camara de Rio de Contas. Mandaram

⁵⁷ APMC. Atas das sessões de vereações, 1810-1815, maço 05, cx 01, p. 33-35.

⁵⁸ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Jose Fialho de Carvalho, 1871, p.2. Classificação: 3/1188/1637/19.

mais os seguintes. Manoel da Rocha, pardo, casado, morador do carrapato, o cabra Miguel de Saldanha, solteiro, o pardo Francisco de Melo, moradores no arraial do gentio, Bernardo da Cunha, pardo, casado, morador nesta vila.⁵⁹

Na esfera particular essa iniciativa também foi comum, em Campo Seco, entre o final do século XVIII e início do XIX, os senhores já forneciam mantimentos e pólvora ao capitão do mato para o cerco a escravos fugidos.⁶⁰

A atividade do capitão do mato e assalto passou a ser mais solicitada para atender as ocorrências do comércio de animais como gado, muares e bestas. Esse comércio de animais que atendia ao mercado das áreas mineradoras e do Recôncavo baiano sempre foi importante para a economia de Caetité e pauta das sessões da Câmara Municipal, tanto que em de 27 de fevereiro de 1849 ficou determinada a presença de fiscais para o controle de bestas que entravam na vila, principalmente na fazenda Santa Rosa do capitão Clemente Alves de Carvalho, onde havia um fluxo constante desses animais.⁶¹

A preocupação com a fraude ou sonegação de impostos acarretou a exigência que os agentes efetuassem a cobrança de impostos de bestas com bilhetes em talões, com a taxa estipulada de 500\$00 (quinhentos réis) por besta não carregada.⁶² Já na tentativa de controle sobre a carne, a Câmara Municipal estipulou pesos, critérios de arrecadação, subsídios, legalização dos açougues e proibição da sua venda em casa particular. O imposto de 820\$00 (oitocentos e vinte réis) sobre cabeça de gado vacuum no consumo passou a ser cobrado pelo procurador no matadouro público, curral e açougues em 1841.⁶³

O furto e o contrabando foram estratégias usadas pelos comerciantes para driblarem os tributos e o controle da Câmara Municipal. Segundo Fátima Pires o aproveitamento quase total do animal abatido, a conivência dos envolvidos no comércio e o mercado receptor distribuído em outras regiões eram ingredientes para a ação ilícita.⁶⁴

Os primeiros termos de vereação, elaborados a partir da criação da Câmara Municipal, já deixavam explícita a preocupação com o contrabando e o assalto que colocavam em risco as altas somas advindas dos impostos cobrados sobre esse comércio de animais, uma das principais fontes de renda de fazendeiros e comerciantes da vila de Caetité. Diz um dos textos de vereação que era necessário o “cobrador de impostos na estrada para cobrar sobre o aluguel

⁵⁹ APMC. Atas da Câmara de Vereadores, Termo de Vereação (1810-1815), cx 01, p. 37 -38.

⁶⁰ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 125.

⁶¹ APMC. Atas de sessões da Câmara, 1847-1849, mc 02, cx1, p.264.

⁶² APMC. Atas de sessões da Câmara, 1847-1849, mc 02, cx1, p.231.

⁶³ APMC. Atas de sessões da Câmara, 1838-1842, mc 01, cx 01, p. 205-206.

⁶⁴ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 217.

de aguardente, mulas e bestas e a nomeação de Manoel Ramos como capitão do mato e assalto”. Determinava ainda, que as prisões fossem feitas pelos oficiais da polícia ou por qualquer pessoa do povo que encontrasse em flagrante *forro ou cativo*, principalmente a vender carne de gado.⁶⁵

Para a Câmara o culpado dos assaltos era o negro cativo ou liberto. O trânsito dos cativos pelas estradas e ruas da vila, que já era alvo da vigilância direta e indireta da instituição escravista, passou oficialmente a ser policiado, e para isso foi estabelecido indenizações por captura, cujos valores tinham como referência a idade e o sexo dos indivíduos. Para escravo de mocambo e salteador de estrada a indenização era maior, até porque o primeiro era uma ameaça à própria instituição escravocrata, e o segundo, atingia diretamente o alto negócio de gado e muares. Em três de novembro de 1810 a Câmara determinou o subsídio literário por escravo capturado que vigorou por toda a primeira metade dos oitocentos:

[...] por negro que pegarem em mucambo levarão dez mil reiz
 Por negro salteador de estrada que pegarem dez mil reiz
 Por negra pegada em mucambo ou estrada, cinco mil reiz
 Por moleque em mucambo ou estrada, cinco mil reiz
 Por negro pegado na vila ou ao redor duma legoa, oitocentos reiz
 Sendo pegado duas legoas ao redor da vila, mil e seycentosreiz
 Sendo pegado três legoas distante da vila, dois mil reiz
 Sendo pegado em distancia de 4 até seis legoas levará trez mil reiz
 Sendo pegado na distancia de deis até dez legoas levarão 4 mil reiz
 Sendo pegado de dez legoas p/ cima, em qualquer distância, seis mil reiz e nada maiz.⁶⁶

Kátia Lorena Almeida, ao estudar as alforrias em Rio de Contas, destacou a preocupação da Câmara com os ataques realizados por negros nas estradas e a exigência para que os senhores concedessem aos cativos uma licença por escrito, para que estes transitassem nelas, o que para a autora, atingia diretamente o liberto e ampliava a preocupação com a posse da carta de liberdade:

[...] fato de o capitão-do-mato fiscalizar as estradas tornava vulnerável a condição de muitos dos libertos que por ali transitavam e, por isso, portar uma carta de alforria tornava-se uma necessidade a fim de estes sujeitos comprovarem sua condição jurídica.⁶⁷

⁶⁵ APMC. Atas da Câmara de Vereadores, Termo de Vereação (1810-1815). Cx 01, p. 38,55.

⁶⁶ APMC. Atas da Câmara de Vereadores, Termo de Vereação (1810-1815), Cx 01, p. 38.

⁶⁷ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas- Bahia, Século XVIII*. 2012. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, p. 39.

Quando os cativos não aparecem como responsáveis pelos possíveis assaltos, são usados como moeda ou garantia nesse comércio de animais de carga e corte nas escrituras de débitos, obrigação e hipotecas. Como exemplo, temos os escravos Fellipe de sete anos de idade e Mauricio africano de quarenta anos, que foram dados como garantia na escritura de débito e hipoteca feita em 1858 por Francisco de Paula Cardoso, morador na Barriguda, a seu credor, o capitão João Antero Ladeia Lima, morador na Fazenda Hospício, pela dívida contraída com a compra de burros.⁶⁸

No entanto, surpreendentemente constatamos que os escravos também aparecem nas cartas como herdeiros de lotes que já cultivavam, e como possíveis donos de animais de criação. Encontramos na cópia da carta de liberdade do crioulo Jerônimo, escravo de José Antônio Ribeiro, em janeiro de 1851, o registro do direito de gozar da sua liberdade por 101\$00 (cento e um réis) e sete animais cavalari a preço de 28\$00 (vinte e oito réis) cada um. Além do custo, Jerônimo teria ainda que servir ao proprietário até o seu falecimento. É possível que Jerônimo, ainda cativo, tenha tido acesso na propriedade do seu senhor a uma área para criar seus próprios animais.⁶⁹

Os viajantes Spix e Martius,⁷⁰ ao passarem por Caetité, compraram milho para a alimentação dos seus animais nas mãos de escravos que cultivavam suas roças; em Campo Seco, alguns escravos tinham autorização para o plantio e criação de animais. Essa possibilidade de “economia própria” deve ter assumido na região o importante papel econômico e psicológico citado por João Réis e Eduardo Silva,⁷¹ e pode ter sido viabilizada pelo proprietário para evitar as fugas ou minimizar os custos com alimentação dos cativos, o que não deixa de ser uma conquista dos próprios cativos.

Para Robert Slenes, as roças dos escravos viabilizaram uma alimentação mais variada para eles e suas famílias e, a comercialização do excedente da produção, o acúmulo de pecúlio; já para Stuart Schwartz, as roças dos cativos podiam funcionar como um mecanismo para mantê-los presos na propriedade, portanto, desestimulava a fuga.⁷² Maria Helena

⁶⁸ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 15 (1856-58), p.195.

⁶⁹ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 12 (1848-1853), p.143.

⁷⁰ Os naturalistas bávaros estiveram na região na primeira década do XIX. Em 1818 ao passarem pela fazenda Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, termo de Caetité, relataram ter encontrado mais de 160 escravos. Vide: SPIX, Johann Baptiste Von, e Martius, Carl Friedrich Phillipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. Ed. (1. Ed. 1823, 1828 e 1831). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981, p. 123-124.

⁷¹ Silva e Reis afirmam que os escravos lutaram para manter e ampliar as possibilidades do exercício de uma economia própria. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62. Silva e Reis, 1989, p. 31.

⁷² SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SCHWARTZ, Stuart. *Vida nos engenhos e vida dos escravos*. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001.p.94.

Machado, em estudo sobre a autonomia escrava em áreas paulistas do século XIX, constatou a luta dos escravos e os interesses dos senhores pelas margens de autonomia que permitiam uma economia independente ao modelo de *plantation*. A pesquisadora afirmou que havia uma variedade de atividades autônomas exercidas pelos escravos em tempo livre ou permitidas pelos senhores. Entre essas atividades estavam:

[...] o artesanato, a pesca e coleta, a prestação de serviços remunerados realizados dentro ou fora da fazenda, no tempo livre disponível pelo escravo, as gratificações e prêmios embutidos no próprio regime de trabalho nas fazendas, finalmente, e por que não, os furtos e desvios da produção agrícola empreendidos pelos escravos, que constantemente atormentavam a vida dos senhores.⁷³

Em Caetité, nas lavouras de latifúndios e sítios, nas atividades urbanas e domésticas, a mão-de-obra escrava conseguiu através da concessão dos senhores, das possibilidades facultadas pelo absenteísmo, e principalmente, através de estratégias engendradas pelos próprios escravos, de forma individual ou coletiva, usufruir dessa margem de autonomia, embora a compra de um escravo demandasse um custo alto, e a posse de apenas um pudesse significar para muitos um parâmetro de riqueza. Essa margem de autonomia pode ter contribuído muito para a conquista e manutenção dos laços familiares.

Enfim, em uma região onde predominaram as pequenas posses de escravos, onde a presença de crianças e idosos cativos era muito importante, o trabalho dos negros livres, libertos e cativos foi um dos pilares cruciais para o desenvolvimento econômico e cultural de Caetité, cujo cenário apresentamos na seção seguinte com o objetivo de perceber os lugares das práticas cotidianas da população.

1. 2 Espaços de vivência da população

Em termos políticos, na primeira metade do século XIX, a vila de Caetité exercitava certa autonomia para tomar providências sobre solicitações do presidente da província através de decisões homologadas na Câmara Municipal. Os administradores da vila buscavam manter uma comunicação direta com o imperador através de correspondências oficiais que apresentavam saudações e características econômicas do seu termo, prática que prossegue por

⁷³ MACHADO, Maria Helena P.T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar./ago. 1988. p.148.

todo o século XIX em ocasiões especiais como a visita de D. Pedro II à Bahia em 1859, época que a Câmara dirigiu ao imperador um requerimento dos moradores solicitando atenção àquela porção do reino:

A Camara, Senhor, vê neste feliz acontecimento uma origem de inúmeros benefícios, de que não poderá deixar de participar com toda a provincao o município por ella representado[...] V.M.I tomando por si mesmo conhecimento das necessidades desta importante porção do seu vasto império, melhor se habilita a continuar-lhe os grandes melhoramentos de civilização e progresso[...].⁷⁴

Em termos administrativos a vila estava envolvida com as definições dos limites territoriais advindos do desmembramento do arraial de Vitória. Assim, sua composição territorial ficou circunscrita pela sede da vila, pelo segundo distrito Canabrava, o terceiro distrito de Umburanas, o quarto das Almas, o quinto de Bom Jesus do Campo Seco e o sexto de Duas Barras. Seu território limitava-se com o termo da Vila da Santa Mãe dos homens de Monte Alto, aproximando-se dos gerais do Morro de Chapéu, Rio de Contas e a Imperial Vila da Vitoria, recém-desmembrada.⁷⁵

Seu espaço territorial descrito pela décima urbana não separava-se rigorosamente do rural, não só nas suas características arquitetônicas como nos modos de vida dos moradores. As posturas, que foram revistas na década de 1840, previam penalidades para os moradores que burlassem o projeto de higienização e civilidade, e para os atravessadores de víveres de primeira necessidade.⁷⁶

A Câmara Municipal em várias de suas sessões de vereação alertava sob os costumes dos habitantes de criarem seus animais às soltas como nos sítios comprometendo a modernização que buscava-se desde 1810 com a criação da vila de Caetité, e que incluía criação e reformas das ruas e praças, instalação de logradouros, prédios públicos e cuidados especiais com as fontes d'água.

Havia uma preocupação com as fontes d'água, que deviam servir para uso doméstico e não podiam ser desviadas ou poluídas. Em caso de infração os forros eram punidos com multas e os escravos com açoites no pelourinho ou prisão.⁷⁷ Aos brancos não havia punição descrita na documentação. Joceneide Cunha Santos, em estudo sobre a vila de Lagarto em

⁷⁴ SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 58, p. 96-102, 1932, p. 110.

⁷⁵ APMC. Atas de sessões da Câmara, 1838-1842, mc01, cx 01, p. 207.

⁷⁶ O historiador Paulo Henrique Duque, em estudo sobre as dimensões da vida urbana em Caetité, destacou durante o primeiro capítulo da dissertação que desde o século XIX o alvo das reformas urbanas era a eliminação dos vícios das camadas populares. DUQUE, Paulo Henrique. *Cidade e Memória: Dimensões da vida urbana, Caetité 1940-1960*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) UNIRIO, Rio de Janeiro, p.47.

⁷⁷ APMC. Livro de Registro das Posturas Municipais, N°43, fl. 17.

Sergipe, constatou que as mulheres cativas e livres eram obrigadas a frequentarem as fontes públicas ou riachos para realizarem seus afazeres e, que estes espaços transformaram-se em locais de sociabilidade “onde as mulheres ficavam sabendo das novidades, encontravam amigas e estabeleciam laços de solidariedade”.⁷⁸ Como em Caetité a lei também estabelecia essa obrigatoriedade, muitos cativos podem ter dado aos espaços, de uso quase restritos às pessoas de cor, o mesmo fim, e mais, aproveitado para estreitar laços afetivos entre eles.

O cenário da sede da vila foi urbanisticamente definido no decorrer dos oitocentos e teve como ponto central de demarcação o pelourinho, de onde as casas progressivamente foram erguidas. Outros elementos foram compondo a paisagem urbana, às ruas e praças delimitadas com a autorização da Câmara, espalhavam-se novas residências, igrejas, armazéns de secos e molhados, firmas de comércio, casa de tabelionato, cemitérios, Casa de Misericórdia e a agência de correio, criada em 1832, importantíssima para as demandas burocráticas da câmara com a capital da província. Caetité era enfim, o centro dos poderes civis, militares e religiosos com marcos simbólicos como a igreja matriz, a câmara e o batalhão da guarda nacional.

Seu desenho urbano em meados do século XIX contemplava quatro praças, circundadas por moradas construídas de adobes e cobertas de telhas distribuídas entre as dezenas de ruas e travessas.⁷⁹ Para edificação de casas na vila, o morador devia desembolsar seis contos e quarenta e seis réis por cada braça de terra; a vistoria da obra pela Câmara Municipal era gratuita. Muitas moradas eram térreas, com janelas e portas projetadas diretamente para a rua, e por determinação estipulada na postura municipal, não podiam ter degraus e deviam ser caiadas todos os anos no mês de junho.⁸⁰

Esse desenho arquitetônico das casas acabava permitindo aos moradores o contato direto com o circular de mercadores, escravos, tropeiros e desfile das famílias a caminho da igreja. Eram poucos os sobrados, e os casarões que existiam tinham seus cômodos intercalados, mais varanda e quintal. Muitos desses quintais não tinham cercas e permitiam com essas características o conhecimento de algumas experiências dos vizinhos, bem como a maior comunicação entre os escravos domésticos.⁸¹

⁷⁸ SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.55.

⁷⁹ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p.65-66.

⁸⁰ APMC. Livro de Registro das Posturas Municipais, N° 74, Artigo N° 59, fl.18.

⁸¹ APMC. Livro de Registro das Posturas Municipais, N° 37, fl. 14.

Na sede da vila, as casas contavam com porões e cômodos anexos ao fundo da residência, que serviam de alojamento para os escravos domésticos e de ganho, eram as senzalas urbanas. Na zona rural, em grandes latifúndios, a exemplo da propriedade de Gentio, onde havia uma grande produção de algodão, as senzalas cobertas de cascas de árvores e paióis foram os espaços convencionais de morada dos cativos.⁸²

Sheila de Castro Faria, em estudo sobre a região Sudeste do Brasil, e Taiane Martins em Xique-Xique, sertão da Bahia, chamam a atenção para o silêncio e praticamente ausência de informações sobre senzalas na documentação trabalhada.⁸³ Mas, as duas pesquisadoras concluem que outros locais funcionaram como opções de morada ou dormida de cativos, incluindo algumas vezes, um cômodo dentro da própria casa do senhor do cativo.

Em Caetité, nas pequenas propriedades, os cômodos anexos à casa do proprietário e casas de farinha funcionavam como locais de dormida para escravos. Essa era uma situação comum, tendo em vista que a maioria das pessoas que residia no campo e na sede da vila não acumulava fortunas e provavelmente dividia as atividades na roça e na casa com o único, ou poucos escravos que possuíam. Esta constatação da escassez de recursos e de limitadas fortunas concentradas nas mãos de uma minoria de proprietários foi constatada por Erivaldo Fagundes Neves para a região de Caetité e também observada em Rio de Contas por Kátia Lorena de Almeida.⁸⁴

Para os escravos o convívio coletivo nas senzalas pode ter ampliado as relações afetivas e solidárias horizontalmente, ou seja, entre companheiros de cativo, enquanto residir junto aos senhores pode ter viabilizado as relações verticais. No entanto, as duas formas de morada dos escravos permitiram através das festas tradicionais e cerimoniais católicas, como as novenas realizadas nas casas e terreiros das fazendas, que as redes de sociabilidades fossem ampliadas ou alimentadas periodicamente. Acreditamos que alguns escravos casados que desempenhavam a função de feitor ou de vaqueiro podem ter usufruído de moradas separadas, ou seja, pequenas habitações onde viviam com suas famílias.

⁸² NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietário: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Pernambuco, p. 368.

⁸³ Ver: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. MARTINS, Taiane Dantas. *Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia.

⁸⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX*. 1. Ed. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS, 2005; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia.

As casas na vila ou no campo eram parcamente decoradas e cabiam às moças solteiras, mulheres casadas e as cativas a organização desses lares. Segundo Fátima Pires:

O abastecimento doméstico para suprir as necessidades alimentares cotidiana devia-se a trabalhos realizados principalmente por mulheres nas cozinhas e quintais das casas de seus senhores. As senhoras, auxiliadas por escravas e, mais tarde, por libertas, geralmente acompanhavam o fabrico de biscoitos, doces, bolos [...] Esse aprendizado doméstico também as auxiliou a auferir ganhos.⁸⁵

A base da alimentação dos moradores era a carne, a farinha e a rapadura, acompanhadas das hortaliças e grãos cultivados na região por lavradores e escravos para o autoconsumo ou para abastecimento da vila. A labuta com a rapadura e farinha cabia majoritariamente ao trabalho artesanal das mulheres negras livres e escravas, que com instrumentos como pás de madeira e fornos a lenha, realizavam um trabalho de perícia para acertar com precisão o ponto da torração da farinha e do melado da rapadura. Alguns proprietários e prósperos comerciantes devem ter variado mais o cardápio, como os de Campo Seco, que consumiam produtos como a farinha de trigo, azeite e manteiga.⁸⁶

Na esfera dos espaços de sociabilidades alternavam-se os cerimoniais tradicionais como casamento, batizados e festas dos santos católicos, com as apresentações do teatro amador e das filarmônicas.

O calendário social religioso e profano transformava a pequena Caetité no desfilarem de homens e mulheres em sua vestimenta dominical. Os homens com calções e cangas ou calças e jalecos, e as mulheres com blusas, corpetes, saias e vestidos de seda, gorgorão ou cetim, algumas com chapéus de palha enfeitados. As escravas também procuravam frequentar alguns desses eventos civis ou religiosos elegantemente vestidas, como a escrava Perpetua da fazenda de Campo Seco, que “adquiriu para o seu uso 1 peça de pano de Surrate e dois côvados de baeta para a confecção de saia e camisa que usaria aos domingos[...]”.⁸⁷ As roupas de Perpetua, como de outros escravos que também conseguiram dispor de vestimentas mais elaboradas, podiam refletir motivos profanos e ritualísticos ou ostentar *status*, como bem observou Mary Karash, em estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro.⁸⁸

⁸⁵ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 209.

⁸⁶ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p.144.

⁸⁷ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p.122.

⁸⁸ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia da Letras. 2000, p. 301-306.

No dia-a-dia os homens circulavam com seus calções e as mulheres com saias e camisas ou vestidos confeccionados com o algodão fiado na região pelas mãos de negras cativas, libertas e livres, hábeis no bordado e renda de bilros. Os trajés eram comuns à população escrava e pobre, majoritariamente mestiça da vila. Escravos em Lagarto, na Comarca de Sergipe, usavam chapéus, camisas e ceroulas confeccionados com algodão crú, esta deve ter sido também uma vestimenta comum entre a população escrava da vila de Caetité devido a significativa produção do algodão na região.⁸⁹

O desfilar no largo da igreja matriz e nos eventos respondia às regras de hierarquia mediante o estatuto jurídico e a condição de gênero dos indivíduos, onde as meninas brancas em geral, eram criadas para as “prendas domésticas” e estavam sempre vigiadas pelas escravas e seus pais. Contudo, como sabemos, as mulheres negras experimentaram os inúmeros reveses inerentes às condições, de ser mulher, negra e cativa. Vale observar que a autonomia franqueada a homens e mulheres negros tanto no seu cotidiano de trabalho como nos contextos destes eventos sociais muitas vezes lhes permitia, embora de forma limitada, cometer pequenas transgressões.

A circularidade dos escravos e menores nos espaços urbanos era autorizada até as vinte e uma horas e devia ser controlada pelos inspetores de quarteirões através da normatização das posturas. Aos escravos permitia-se a presença nas tavernas o tempo necessário para o consumo dos gêneros disponíveis para compra, mas era proibido alimentar, jogar, formar “ajuntamento” e realizar “bатуques”.⁹⁰No entanto, a presença do contrabando de gado, as fugas de escravos, os espaços conquistados na economia e na vida social por cativos e libertos, já citados aqui neste capítulo, são evidências concretas das limitações deste controle.

Após a contextualização do espaço urbano de trânsito dos moradores livres e cativos de Caetité, na seção seguinte debruçamos sobre o absenteísmo, o perfil da população de cor e a família extensa constituída através do compadrio.

1. 3 População, absenteísmo e compadrio

1. 3. 1 Terra e o absenteísmo

⁸⁹SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 256.

⁹⁰APMC. Registro de Posturas Municipais. fl. 3 e 15.

Grande parcela das terras da região de Caetité esteve sob o domínio dos Guedes de Brito e parte delas foi arrendada ou negociada por seus herdeiros. Essas terras eram cultivadas com o trabalho cativo, ou com a mão-de-obra de trabalhadores livres e libertos (diarista ou familiar).⁹¹ Algumas propriedades eram quase autossuficientes como a de Campo Seco, que era centro comercial, agrícola, artesanal e contava ainda com tenda de ferreiro e oficina de carpinteiro.

Como foi mostrado anteriormente, os escravos foram utilizados em todas as atividades de produção: roças de subsistência no cultivo de mantimentos, criação de gado vacum, serviços especializados na vila, atividades domésticas exercidas nas casas dos seus proprietários ou através dos seus serviços a terceiros. Eles estavam distribuídos pelas pequenas posses, aquelas com um a dez cativos, voltadas principalmente para o plantio de mantimentos, ou concentrados nas médias e grandes posses, aquelas com mais de dez escravos, onde se praticava a lavoura de algodão ou a pecuária.⁹²

Os pequenos proprietários de cativos foram dominantes na documentação consultada e comum a outras áreas do alto sertão; Napoliana Santana em estudo sobre a região do Rio das Rãs constatou que a maior parte dos proprietários possuía de um a cinco escravos e Taiane Martins chegou ao número médio de até três escravos por posse em Xique-Xique. Em Rio de Contas e Caetité, Fátima Pires estabeleceu uma média de cinco a dez escravos e Kátia Lorena, de um a dez escravos.⁹³

Ao aferir sobre o número de escravos e valor de outros bens inventariados, as pesquisadoras citadas acima e o historiador Erivaldo Fagundes Neves chegaram à constatação de que a maioria dos proprietários não acumulou grandes fortunas na região, mas os poucos bens inventariados proporcionaram *status* aos seus herdeiros.⁹⁴

Dos bens citados nos inventários, a posse da terra, assim como a de escravos, teve uma dimensão importante entre os moradores do Alto Sertão. Segundo Isnara Ivo, o título de

⁹¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX*. 1. Ed. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS, 2005.

⁹² Schwartz destacou que no Recôncavo Baiano, no segundo decênio do século XIX, as pequenas posses concentravam-se nas áreas de plantio de farinha e mantimentos, as médias e grandes nas áreas de plantio de cana-de-açúcar. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.356-376. Barickman demonstrou em seu trabalho sobre o Recôncavo baiano, a importância das pequenas e médias propriedades com suas culturas de mantimentos para a dinâmica socioeconômica da região; uma realidade onde as diferentes propriedades estavam integradas. Vide: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁹³ SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial, 2010*; NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no "Certam de Sima"*, 2010; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida*, 2009.

⁹⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

proprietário de terras delegava politicamente uma posição hierárquica de nível local-regional. O título foi um instrumento eficaz para garantir a ocupação do sertão, os interesses metropolitanos na exploração do ouro e o controle do comércio de víveres, grãos e algodão. Assegurou ainda, o controle das rotas de ligação com as áreas estratégicas de produção ou de escoamento dos produtos, já que “as riquezas dos sertões não residiam apenas em metais e pedras preciosas”.⁹⁵

Muitas faixas de terras no termo de Caetité estavam sob a posse de um mesmo proprietário, que muitas vezes residia na vila ou na sede principal de uma de suas fazendas, gerenciando à distância ou com visitas sazonais. Lycurgo Santos Filho, embora com um olhar guiado pelo discurso simplista da promiscuidade entre senhores e escravas, apresentou essa “realidade de anejos” para os fazendeiros de Campo Seco:

Em certos pontos, sua aventureira assemelhou-se à vivida por muitos senhores rurais da época, igualmente anejos, os quais, sob o pretexto de dirigirem as fazendas que possuíam, largavam a esposa numa delas, e deixavam-se ficar longo tempo nas demais, borboleteando em torno das flores negras das senzalas, dividindo o tempo entre o amor das pretas e mulatas e os negócios dos pastoreio e da agricultura.⁹⁶

A existência de várias propriedades sob o domínio do mesmo dono, a “realidade de anejos” e da prática absenteísta podem ser constatadas em documentos como os inventários e escrituras de compra e venda ou doação.⁹⁷ Observamos essa situação em 1849 na escritura de compra e venda de duas partes de terras nas fazendas Brejo Grande e Caetité Velho, no valor de um conto de réis, que fazia o Capitão José Ribeiro Magalhães e sua mulher Dona Anna Teresa de Magalhães a Manoel José Gonçalves Fragas & Cardoso. Eles vendiam com todos os acessórios da casa e benefícios do sítio, entre eles um engenho e um alambique.⁹⁸

Outro exemplo desse acúmulo de propriedades é o do fazendeiro Clemente José Ribeiro Guimarães. No seu espólio realizado em 1856 ele partilhou um sítio e terras da

⁹⁵ IVO, Isnara. P. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 14.

⁹⁶ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 52.

⁹⁷ Fazendas absenteístas aqui estão compreendidas como aquelas cujo senhores estavam ausentes, sendo administradas por seus trabalhadores de confiança. Lima e Melo em estudo sobre a família escrava em Curitiba argumentaram que nas fazendas absenteístas os casamentos eram mais precoces e a participação das crianças maior; em Castro constataram que não era predominante a tendência de casamentos da mesma origem. Afirmaram ainda, que nos domicílios absenteístas os homens foram os que mais casaram, já nos domicílios com senhores presentes foram as mulheres. Vide: LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A.V. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Ásia*, 31(2004), 127-162.

⁹⁸ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 12, (1848-53), p. 68.

fazenda Campo Largo com chácara, benfeitorias e glebas nas fazendas Boa vista e Jacaré por dois contos de réis aos seus dois filhos.⁹⁹

Este acúmulo de propriedades sob o domínio de um único proprietário, assim como a partilha dos bens entre seus herdeiros, podia separar os cativos aparentados, como aconteceu em 1848 com a escrava Liandra cabra, uma criança com quatro anos de idade, filha da escrava Ignês, que foi doada por Maria Efigênia do Rosário ao seu filho Francisco Manoel da Silva.¹⁰⁰Essa situação podia separar espacialmente, porém não definitivamente, pois implicava muitas vezes na divisão dos cativos sem que os laços familiares fossem rompidos terminantemente, pois a separação definitiva ocorria, sobretudo, com a comercialização dos escravos para lugares distantes. Podemos pensar ainda nas brechas que estes cativos certamente buscaram ou aproveitaram para encontrar e visitar seus parentes residentes em propriedade senhorial diferente da sua.

A presença dos senhores absenteístas na região do Alto Sertão, segundo as pesquisadoras Gabriela Amorim e Fátima Pires, pode ter facilitado o livre trânsito dos cativos entre o campo e a cidade e ampliado as redes de relações entre os negros cativos e libertos. Fátima Pires ainda enfatiza que o predomínio das pequenas e médias propriedades de terras e de escravos, aliadas a ausência de feitor, colaborou efetivamente para a maior circulação dos cativos nos diferentes espaços de convívio e também para a execução de atividades de forma mais autônoma.¹⁰¹ Erivaldo Fagundes Neves, assegura que as propriedades absenteístas ficavam nas mãos de administradores, mas que estes, também se faziam ausentes para administrar as suas próprias propriedades, então muitas vezes cabia aos cativos à direção da propriedade absenteísta.¹⁰²

Acreditamos que o absenteísmo pode ter favorecido as redes de convívio e ampliado as possibilidades para relações mais íntimas que favoreceram uniões legítimas e consensuais entre a população cativa na região de Caetité. A ausência efetiva dos senhores pode ter garantido conquistas individuais e coletivas, como o exercício de uma atividade que proporcionasse renda, circulação nos diferentes espaços de lazer e trabalho, contato com

⁹⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p.289.

¹⁰⁰ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 12, (1848-53), p. 113.

¹⁰¹ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no "Certam de Sima": Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus.

¹⁰² NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 80.

parentes e amigos, legitimação de uniões inter-posses e a preservação das famílias constituídas por diferentes arranjos que definiram o perfil da população de Caetité durante o século XIX.

1. 3. 2 Perfil da população e o compadrio

Os livros eclesiásticos da Cúria da Igreja de Sant'Anna de Caetité entre 1830-1860 evidenciaram uma população significativamente em crescimento e composta por pessoas de diferentes condições jurídicas e origens étnicas. Durante esses trinta anos várias crianças, mães e padrinhos, dentro e fora do cativo, foram identificados nos livros de batismos como cabras, pardos, crioulos, africanos, mulatos e negros. Esta constatação de uma população mestiça mantém-se na década seguinte, já que os números do censo de 1872 apresentaram uma população de cor superior à população branca.¹⁰³

O registro de batismos de pessoas brancas foi bem maior do que o de pessoas de cor.¹⁰⁴ Essa situação pode refletir situações específicas como os custos dos rituais cristãos, o interesse do proprietário no registro de batismo do seu escravo e também o interesse ou não do sujeito negro não escravizado de fazer parte desse ritual.

Dos 9.699 registros que avaliamos nos livros de batismos, realizados entre os anos 1830-1860, os brancos corresponderam a 6.742 (69,51%) dos batizados, e as pessoas de cor a 2.957 (30,49%); sendo que destas, 1.926 (65,13%) viviam como cativos. No entanto, esse número de cativos batizados, somados aos padrinhos e pais escravos que conseguimos identificar através do cruzamento de dados dos documentos eclesiásticos e cartoriais aproximou-nos dos 3.000 escravos, o que reitera a presença significativa de pessoas escravizadas nesta região do sertão. Essa população cativa era composta por escravos africanos e nascidos no Brasil (crioulos).

Os livros de batismos demonstram o predomínio de escravos crioulos e a diminuição gradativa do ingresso dos africanos escravizados a partir de 1830, momento em que a legislação proibindo o comércio internacional de cativos estava entrando em vigor. Destacamos que entre os africanos, os homens representaram 69,85% (95), e as mulheres 30,15% (41).

¹⁰³ As pessoas de cor compuseram 10.688 entre os livres e como escravos 1.058; já os brancos somaram 6.090. Fonte: Dados do Censo de 1872 retirados de PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

¹⁰⁴ Optamos algumas vezes neste trabalho pela utilização da expressão população de cor para facilitar a interpretação do leitor, já que o termo negro aparece, às vezes, na documentação, como uma variação da cor.

Na década de trinta do século XIX, a preferência dos proprietários de escravos de Caetité foi por africanos do sexo masculino, eles representaram 81,48% dos batizados dessa naturalidade, e a mulheres 18,52%. No entanto, nas décadas de 1840 e 1850, essa situação se inverte e as mulheres superam o número de homens batizados. O quadro reflete as mudanças na legislação sobre o elemento servil, a exemplo da proibição do tráfico internacional e do consequente crescimento do tráfico interno, o que possivelmente levou os proprietários de escravos a optarem pela compra de mulheres, com preços mais baratos e capazes de gerar filhos, frente aos preços elevados dos homens cativos. As oscilações econômicas, como a crise do algodão, também devem ter restringido o poder de compra dos produtores, que provavelmente tiveram mais dificuldades para comprar escravos africanos ou crioulos no auge da força produtiva.

Já entre os cativos crioulos batizados entre 1830-1860, notamos um equilíbrio entre o número de homens e mulheres batizados. Esses dados sobre naturalidade e gênero estão expostos na tabela abaixo:

Tabela 2: Número de africanos e crioulos batizados, Caetité (1830-1860)

PERÍODO/ ORIGEM	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
1830-1840			
Crioulos	432	407	839
Africanos	10	44	54
Total	443	450	893
1840-1860			
Crioulos	462	473	935
Africanos	51	31	82
Total¹⁰⁵	513	504	1017

Fonte: Livros de batismos da Cúria da Igreja Matriz de Caetité.

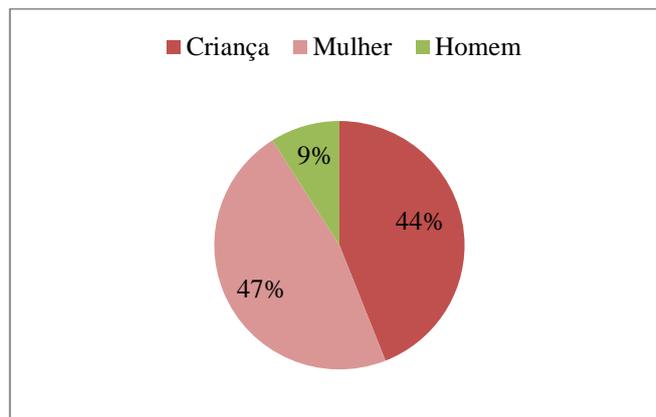
Se compararmos os nossos dados expostos na *tabela II* com os dados apresentados pelo pesquisador Erivaldo Fagundes Neves, que debruçou sobre os inventários, notamos que o período de 1830-1860 da nossa pesquisa é crucial para demonstrar que o crescimento vegetativo dessa população pode refletir as circunstâncias do fim do tráfico internacional, mas, sobretudo, a possibilidade real dessas pessoas estabelecerem laços que lhes permitiram gerar filhos. O número de 1.926 escravos que encontramos no batismo durante trinta anos não

¹⁰⁵ Não aparecem na tabela 16 escravos, porque não foi possível identificar a naturalidade.

se distancia quantitativamente dos 2.596 escravizados encontrados em 87 anos nos inventários pesquisados pelo historiador Erivaldo Fagundes Neves.¹⁰⁶

Quando verificamos a faixa etária da população escrava batizada, encontramos 101 adultos e 1.826 crianças. Somando os assentos de batismos e casamentos computamos o seguinte percentual de mulheres, homens e crianças:

Gráfico 1: Percentual de mulheres, homens e crianças nos assentos de batismos e casamentos de Caetité (1830-1860)



Fonte: Livros de Registro de Batismo e Casamento da Cúria da Matriz de Caetité.

O número de crianças entre os cativos apresentados no gráfico é um indicativo claro da presença significativa dos pequenos escravos nas posses da região, onde muitos casais conviviam com dois, três ou mais filhos, além de parentes de diferentes graus de consanguinidade ou de parentesco espiritual. Os dados do gráfico não refletem o número de homens entre os cativos, mas deixa claro que a relação entre o número de mulheres e crianças (abaixo de seis anos de idade) possibilitou o crescimento vegetativo entre 1830-1860.

Os dados da *tabela 2* e do *gráfico 1* somados aos dados apresentados por Erivaldo Fagundes Neves e Fátima Pires também evidenciam que a reprodução natural foi uma realidade em Caetité, o que não quer dizer que havia um “criatório”, mas sim possibilidades reais de formação de casais estáveis e legítimos. Erivaldo Fagundes Neves com base no estudo dos inventários para o período de 1801-1888 contabilizou 2.596 escravos para a região de Caetité. Do total de escravos identificados pelo pesquisador os homens corresponderam a 52,1%, as mulheres 39,9%, e para 8% não houve identificação.¹⁰⁷ Já Fátima Pires encontrou

¹⁰⁶ Do total de escravos identificados nos inventários entre 1801-1888 os homens correspondiam a 52,1%, as mulheres a 39,9%, e para 8% não houve identificação. NEVES. Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 145.

¹⁰⁷ NEVES. Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 145.

455 cativos: 148 homens, 139 mulheres, 133 crianças e 35 idosos. Os números da historiadora Fátima Pires entre 1860-1888, período posterior do nosso corte cronológico, mostram que o tráfico interno atuou significadamente como grande desagregador das famílias e limitador dos números de nascituros, mas o equilíbrio entre os sexos e o número de crianças apresentados pela pesquisadora indicam que a reprodução natural ainda era uma realidade presente.¹⁰⁸

As pesquisadoras Napoliana Santana e Gabriela Amorim também constataram em propriedades da região do Rio São Francisco uma alta taxa de reprodução natural. Kátia Lorena também chegou à conclusão semelhante, sugerindo que após o declínio da produção aurífera houve na região de Rio de Contas a tentativa de reprodução natural visando à reposição endógena da mão-de-obra dos escravos.¹⁰⁹

Em Caetité percebemos que a escolha do escravizado por constituir a família somou-se ao equilíbrio numérico entre homens e mulheres e a estrutura-etária da população que vivia na região. Isso significa que parte dos sujeitos escravizados estava em idade fértil, ou seja, entre 15 e 40 anos o que favoreceu potencialmente a reprodução natural.

Na análise dos dados dos livros de batismos, além da constatação do crescimento vegetativo e da naturalidade dos sujeitos, refletimos sobre a legitimidade dos sujeitos batizados. Constatamos que os números sobre a legitimidade divergem entre as pessoas de cor não escravizadas e as que viviam em cativeiro.

Tabela 3: Batizados de cor, Caetité (1830-1860): Filhos legítimos X Filhos naturais¹¹⁰

CONDIÇÃO	FILHOS LEGÍTIMOS	FILHOS NATURAIS	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
1830-1840				
Batizados escravos	151	619	70	840
Batizados não escravizados	411	100	-	511

¹⁰⁸ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p.163.

¹⁰⁹ Kátia Lorena ainda enfatiza que até 1870 o número de crianças superava o de adultos. Vide: ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas- Bahia, Século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 76. Quanto à discussão sobre a reprodução endógena, fazemos o diálogo no segundo capítulo, com os trabalhos das pesquisadoras Gabriela Amorim e Napoliana Santana. SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Currelino e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus. NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790). 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus.

¹¹⁰ Nesta tabela computamos os escravos nascidos no Brasil e os sujeitos de cor não escravizados.

1840-1860				
Batizados escravos	187	726	107	1020
Batizados não escravizado	427	92	-	519

Fonte: Livros de Batismo da Cúria da Matriz de Sant' Anna de Caetité, 1830-1860.

O número de batizados não escravizados concebidos através de uniões sacramentadas pela Igreja Católica superou significativamente o número daqueles registrados como filhos naturais. Entre 1830-1840 encontramos 411 (80,43%) filhos legítimos e 100 (19,57%) filhos naturais; entre 1840-1860, 427 (82,27%) eram filhos legítimos e 92 (17,73%) filhos naturais. Os dados possibilitam pensar que o casamento pode ter sido usado como um mecanismo de inserção social por parte desses casais, cujos cônjuges eram egressos do cativeiro, ou que ainda tinham parentes nele. Também podem refletir uniões estáveis que foram ratificadas com a cerimônia cristã oficial.

Já entre os batizados escravizados, o padrão monoparental foi predominante, ou seja, o número de crianças concebidas por uniões que não foram sacramentadas pela Igreja Católica foi superior ao daquelas geradas de forma legítima; o que não significa, absolutamente, que fossem frutos de uniões instáveis. Entre 1830-1840, as crianças escravizadas registradas como naturais chegou a 619 (73,69%), enquanto as legítimas somaram 151 (17,98%); para 8,33% das crianças, não conseguimos precisar a legitimidade. Entre 1840 e 1860, o número de filhos legítimos batizados chegou a 187 (18,33%) e o de filhos naturais a 726 (71,18%). Para 10,49% dos casos não pudemos obter dados precisos. O percentual de filhos naturais e legítimos entre os escravos manteve-se praticamente constante no decorrer desses trinta anos (1830-1860).

Ponderamos que o quadro sobre a legitimidade das crianças é reflexo também da demorada e cara burocracia que o matrimônio cristão exigia. Além dos trâmites matrimoniais havia os problemas de deslocamento e o consentimento do proprietário para as uniões legítimas entre os seus escravos. Esses enlaces matrimoniais serão enfatizados no capítulo seguinte, quando discutiremos as uniões legítimas e consensuais entre a população de cor de Caetité.

Os dados que aparecem na *tabela 3* sobre legitimidade dos batizados de Caetité, além de comprovarem a presença da população de cor, evidenciam que no universo dos livres e no cativeiro, casais legítimos e mães solteiras cumpriram com o preceito cristão de batismo. O batizado formalizava juridicamente a atribuição do nome e a inserção do batizando no

catolicismo, e no caso dos escravos ainda funcionava como registro de posse para os proprietários.

O ritual do batismo ocorria como um grande dia de consagração e festa, um momento especial para instituir laços e conhecer outros companheiros de cativo ou egressos dele. Havia um grande deslocamento de pessoas dos locais de morada para as áreas de realização da cerimônia cristã. Dentre os locais de morada ou de batismo citados nos livros eclesiásticos estão a Igreja de Sant' Anna na sede, a casa de ordenação de Duas Barras, e algumas fazendas como Pajeú, Gameleira, Hospício, Caetité Velho, Caculé, Mandacaru, Boa Vista, Tabua, Gentio, Sítio do Cais, Umburanas, Bom Jesus, Morro do Chapéu, Mangabeira, Tataíra e Sítio da Varginha. Entre as capelas, a das Almas do sítio da Varginha, a de Nossa Senhora das Almas da Boa Viagem, a das Almas de Caculé, das Almas de Pajeú e a Capela de Nossa Senhora do Rosário de Canabrava.¹¹¹

Observamos que os pais das crianças escravizadas, e também fora do cativo, tentavam cumprir o preceito de que o ritual de batismo realizasse-se nos primeiros dias de vida. No entanto, a espera das cerimônias nas capelas das fazendas, ou o difícil deslocamento das pessoas pelas estradas, faziam com que muitos pais livres e escravizados batizassem seus filhos com faixas etárias diferentes no mesmo dia, mesmo que a criança já estivesse acima da idade indicada para o cerimonial. Por isso, a maioria das crianças batizadas recebeu o ritual até os dois anos de idade e com mais de oito dias de nascidas. Não computamos números significativos de crianças sendo batizadas em óbito.¹¹²

Os batizados ocorriam todos os meses do ano, com destaque para janeiro, maio, junho, outubro e novembro, épocas de santos como São Benedito, São João, São Sebastião e período das chuvas e colheitas. No caso dos africanos, os batismos na década de 1830 foram mais comuns em março, e nas décadas seguintes, estes ocorreram pulverizados por todos os meses.

Espiritualmente o ritual do batismo simbolizava o dualismo do nascimento físico e da alma, o perdão de todos os pecados e, como bem evidenciou Adriano Prosperi, a “[...] passagem do qual dependia o acolhimento na sociedade das pessoas dotadas de alma e destinada a vida eterna”.¹¹³ Logo, socialmente, o batismo podia ser uma ponte para ser acolhido ou não entre os cristãos que dividiam espaços de convivência em comum, ou funcionar como um alicerce crucial para estabelecer laços eternos de solidariedade diante dos olhos de Deus.

¹¹¹ Livros de Registro de Batismo da Cúria da Matriz de Caetité, 1830-1860.

¹¹² Para 26 pessoas batizadas não conseguimos precisar a faixa etária.

¹¹³ PROSPERI, Adriano. *Dar a alma: história de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 393.

Os laços do primeiro sacramento cristão podiam ser firmados com sujeito de estatuto jurídico diferenciado e não aparentado, ou mesmo, consagrar relações já existentes entre parentes, e no caso dos escravizados, entre companheiros de cativo. Em todas essas situações, a reciprocidade social que o batismo implicava, abria espaço para contar com um protetor ou um intermediário para futuras conquistas. Portanto, analisamos logo abaixo os padrões das relações de compadrio estabelecidos em Caetité.

1. 3. 2. 1 Batismo dos crioulos e africanos escravizados

Entre os escravos nascidos no Brasil durante os anos de 1830-1860, pais legítimos e mães solteiras tenderam a convidar mais pessoas não escravizadas para padrinhos de seus filhos. Esse primeiro sacramento cristão era realizado com a presença de um ou dois padrinhos. Nos batizados realizados com a presença de um único padrinho, identificamos 18 escravos e 65 padrinhos fora do cativo; essa situação onde só há um padrinho foi mais comum nos batizados dos filhos naturais do que entre os legítimos.

Entre os escravos batizados como filhos legítimos, 209 tiveram como padrinhos casais compostos por pessoas não escravizadas, 73 por pessoas escravizadas, 30 por pessoas com estatuto jurídico diferente, 3 por padrinhos forros e 4 foram apadrinhados por um santo e um padrinho livre.¹¹⁴

Nos batizados dos filhos naturais vimos às mesmas preferências: 906 dos batizados tiveram como padrinhos pessoas livres, 285 escravos, 106 pessoas com estatuto jurídico diferente e 11 foram batizados por um santo e um padrinho não escravizado.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia vetavam aos religiosos o apadrinhamento, no entanto, encontramos vigários batizando pessoas livres e escravizadas. Os párocos foram computados 25 vezes como padrinhos de pessoas de cor não escravizadas e 4 vezes de crioulos escravizados.¹¹⁵ Já os santos católicos aparecem 14 vezes como padrinhos de escravos crioulos; entre eles estavam São Benedito, Nossa Senhora, Santa Rita, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário e o Santíssimo.

Já o compadrio entre senhores e seus escravos foi mais raro, encontramos entre os escravos crioulos 12 batizados nesta circunstância; a presença de outros parentes do proprietário, como filhos e esposas como padrinhos, foi mais recorrente. Essa participação de

¹¹⁴ Casais de padrinhos com estatuto jurídico diferente correspondem àqueles formados por pessoas escravizadas com pessoas livres ou libertas.

¹¹⁵ CPAB, 1853, p. 105-106.

proprietários no batismo de seus escravos, apesar de pequena, é significativa e superior a outras regiões da Bahia, como o Recôncavo Baiano onde Stuart Schwartz e Gudeman não encontraram nenhum senhor batizando seus escravos.¹¹⁶

Os laços de batismos na vertical (entre senhor e seu escravos) podiam estar relacionados ao vínculo consanguíneo entre quem estava batizando e o batizado, como proprietários que eram os pais biológicos da criança batizada. Por outro lado, muitos dos escravos batizados pelos proprietários eram filhos de outros escravos que assumiam funções específicas na propriedade. Nesta situação o compadrio pode ter sido fruto do convívio mais próximo com o proprietário e quiçá de uma relação de reciprocidade e confiança.

Os dados da *tabela 4* abaixo deixam evidente que entre os crioulos escravizados havia uma tendência dos pais em escolher comadres e compadres de condição jurídica superior, o que poderia conferir, por exemplo, ajuda para a compra da carta de liberdade ou resolver questões com o proprietário. Essa foi também uma tendência comum entre mães solteiras e casais formados a partir das uniões legítimas.

Tabela 4: Estatuto jurídico dos padrinhos dos escravos, Caetité (1830-1860)

ESTATUTO JURÍDICO	NÚMERO	%
Escravos	358	21,18
Escravo/ Livre	128	7,57
Escravo/Forro	8	0,47
Forros	5	0,30
Forro/ Livre	8	0,47
Livres	1.115	65,98
Santo/Outro	15	0,89
Sem informação	53	3,14
Total	1.690	100

Fonte: Livros de Batismos da Cúria de Caetité, 1830-1860.

Observamos que na década de 1830 os padrinhos escravizados dos cativos batizados eram prioritariamente da mesma posse, no entanto, a partir da década seguinte as relações de compadrio entre escravos de outros proprietários foram mais comuns. Esse perfil de escolha dos padrinhos pode ter refletido conjunturas locais, como a presença do tráfico interno e consequente redução nas posses de escravos adultos, ou mesmo a prioridade em ampliar os

¹¹⁶ Cf. GUEDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1988, p. 35-39.

laços de proteção e ajuda para a conquista da liberdade. Também podem ser frutos da mobilidade dos senhores e da ampliação de suas terras, bem como das estratégias cotidianas dos cativos para manter laços com companheiros de afeição que foram dispersos para outras propriedades através das partilhas ou dotes de casamento.

Não temos dúvidas de que a escolha dos padrinhos remetia muitas vezes aos laços afetivos estabelecidos entre os cativos, tanto que alguns batizados foram realizados por procuração, o que é um indicativo de que os pais ou as mães das crianças batizadas fizessem questão dos padrinhos, mesmo que representados por procuradores. Para esses pais os laços firmados por toda a vida através do batismo tinham significados mais amplos que a inserção no mundo cristão. Esse pode ter sido o caso de Francisca, filha legítima de Julião cabra e Rita crioula, escravos de Manoel Alves Aranha, que em 15 de fevereiro de 1829 foi batizada por procuração por Romoaldo africano e Ana africana. Os padrinhos, escravos de Mathias Soares, batizaram a pequena Francisca através da procuração apresentada por José africano forro e Joaquina cabra, escrava de Manoel Alves Aranha.¹¹⁷

Outros batizados demonstraram que muitos dos compadres e comadres eram definidos no dia do batismo, com o encontro de sujeitos de diferentes condições jurídicas reunidos para o ritual. Um bom exemplo ocorreu no dia 7 de junho de 1837, quando Cipriano P. da Cruz e Maria Angélica da Conceição batizaram seu filho legítimo Joaquim, que teve como padrinhos Antônio Benevides e Maria Lopes. Antônio Benevides batizou no mesmo dia Crispim e Lourenço, o primeiro uma criança de três semanas, filho natural de Maria cabra, ambos escravos de Joaquim Lopes, e o segundo, filho natural da Maria Lopes, que havia sido sua companheira de batismo no ritual de Joaquim.¹¹⁸ Neste caso a escolha dos padrinhos devia ser apenas para cumprir a formalidade, sem laços afetivos e sem estratégias tecidas a priori. Outra questão a ser observada é que o compadrio em torno de alguns sujeitos acontecia de acordo com os critérios da Igreja Católica, ela é que definia os perfis de quem podia ou não batizar, o que possivelmente reduzia as possibilidades compadrescas na localidade.

Por outro lado, os vínculos do batismo, às vezes consolidavam laços, que segundo os preceitos da fé cristã católica, deveriam ser firmados por toda a vida, mas que também significavam uma relação de direitos e deveres entre a criança batizada, seus pais, compadres e comadres. Destacamos, no caso dos escravos crioulos, que esses laços refletiam escolhas pessoais e alianças firmadas nos vários espaços de vivência dos pais da criança batizada. Escolhemos o exemplo de Luisa, entre tantos outros, para enfatizar essa situação.

¹¹⁷ Livros de Registro de Batismo da Cúria da Matriz de Caetité, 1818-1829, p.120.

¹¹⁸ Livros de Registro de Batismo da Cúria da Matriz de Caetité, 1837-1876, p.179.

No dia 6 de dezembro de 1843, Luisa, escrava de Ângelo Custodio de Carvalho, levou seus três filhos para serem batizados. O primeiro foi seu filho Francisco, de quatro meses de idade, batizado por Francisco Xavier de Carvalho e Eusebia Maria de Jesus; o segundo foi Antônio de dois anos, que teve como padrinhos José e Josefa, escravos da mesma fazenda da mãe; e a terceira foi Josefa, de três anos de idade, batizada por Clemente Celestino de Carvalho e Micaela que também era escrava de Ângelo Custódio de Carvalho.¹¹⁹ Luisa, como mães de três filhos, que ainda conviviam com ela no mesmo cativeiro, e madrinha dos filhos de outras mães escravizadas, deve ter pensado em alguns critérios sociais, familiares, religiosos ou étnicos para a escolha dos seus compadres e comadres, pois como bem observou Manolo Florentino e Roberto Góes, os laços parentais fundados no batismo eram tão importantes como os firmados pela consanguinidade e ou pelo casamento.¹²⁰

Os laços de compadrio também foram tecidos por escravos africanos. Entre os sujeitos que receberam o batismo nos livros eclesiásticos de Caetité entre 1830-1860 estavam 136 africanos. Na tabela abaixo ilustramos a faixa etária desses africanos, destacando que preferencialmente eram comprados entre os 12 e 25 anos de idade.

Tabela 5: Faixa etária dos africanos batizados em Caetité (1830-1860)

IDADE	Nº	%
1-5 anos	1	0,74
6-10 anos	9	6,72
11-15 anos	23	16,91
16-25 anos	21	15,44
26-30 anos	1	0,74
Adulto¹²¹	54	39,71
Sem informação	27	19,85
Total	136	100

Fonte: Livros de batismos da Cúria da Igreja Matriz de Caetité.

O quantitativo de africanos que aparece na tabela acima não reflete o número de africanos que residiam em Caetité, esse percentual era bem maior, isso ficou bem evidente com a identificação de 184 crianças registradas como filhas de mães africanas. Na década de trinta do século XIX, as africanas somavam 129 mães, e na década seguinte, 51.¹²² Os

¹¹⁹ Livros de Registro de Batismo da Cúria da Matriz de Caetité, 1841 -1846 p.79.

¹²⁰ FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 92.

¹²¹ A palavra adulto na tabela é o termo encontrado na documentação para substituir as idades dos escravos acima de 12 anos (meninas) e 14 anos (meninos).

¹²² As mães africanas computadas são aquelas que foram identificadas na documentação como africana, nagô, mina ou angola.

números são indícios de que parte delas talvez não tenha gerado filhos neste segundo período, ou foram vendidas para outras localidades, mas reafirmam um contingente importante de africanas residentes na vila.

Resolvemos a partir das mães africanas identificar se havia um padrão na escolha dos padrinhos, já que seus filhos compunham a primeira geração de descendentes de africanos. Constatamos que o maior número de padrinhos estava fora do cativo, ou seja, 202 padrinhos eram livres e 128 eram sujeitos escravizados; entre os escravos, 76 foram declarados crioulos e 52 africanos.

A escolha de padrinhos fora do cativo foi um padrão predominante no batismo dos africanos, como também o foi entre toda a população de cor, dentro e fora do cativo. No entanto, os 52 padrinhos africanos mencionados acima, é um dado significativo, na medida em que abre o precedente para pensarmos que no universo de maioria crioula, a escolha de outro africano como padrinho podia refletir a preferência dos pais ou mães africanos por compadres e comadres da mesma naturalidade, priorizando identidades e referências culturais. Também é importante frisar que o número de padrinhos cativos é expressivo, principalmente porque os proprietários aqui analisados, predominantemente, dispunham de pequenas e médias posses, o que de certo modo podia dificultar as alianças entre escravos.

A presença de madrinhas é outro dado relevante para análise. Elas representaram 41,18% dos padrinhos, diferente de outras regiões como as freguesias da Paraíba, onde a historiadora Solange Rocha constatou como raridade a presença de madrinhas nos batismos dos africanos.¹²³ Abaixo apresentamos um quadro demonstrativo do estatuto jurídico de padrinhos e madrinhas de africanos batizados em Caetité entre 1830 e 1860.

Tabela 6: Estatuto jurídico dos padrinhos e madrinhas dos africanos batizados

ESTATUTO JURÍDICO	PADRINHOS	MADRINHAS	TOTAL
Escravo	41	30	71
Livre	74	51	125
Forro	3	2	5
Liberto	1	0	1
Sem dado	1	1	2

Fonte: Livros de batismo da Cúria da Igreja Matriz de Caetité, 1830-1860.¹²⁴

¹²³ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 215- 259.

¹²⁴A classificação jurídica dos padrinhos e madrinhas segue rigorosamente os termos encontrados na documentação.

No caso dos escravos africanos, a presença do casal de padrinhos, foi a composição predominante. Nos batismos com a presença de um único padrinho, os homens foram figuras majoritárias; esse também foi um padrão entre os escravos crioulos e sujeitos livres negros.

Conseguimos identificar 85 casais como padrinhos de escravos africanos; entre eles, 24 formados por cativos, 50 por pessoas não escravizadas, 1 por forros e 10 mistos, ou seja, compostos por escravos e livres/libertos ou forros.

Entre os africanos escravizados não encontramos nenhum cativo sendo batizado por santo católico ou pelo proprietário; provavelmente, os proprietários evitaram, nestes casos, os laços que o compadrio imputava a afilhados, compadres e padrinhos. Entre os religiosos a mesma constatação, eles seguiram rigorosamente a regra de não atuarem como padrinhos.

Quase todos os africanos foram registrados individualmente nos livros de batismos e com padrinhos específicos, embora alguns proprietários levassem no mesmo dia mais de um escravo para a cerimônia. No dia 25 de fevereiro de 1830, por exemplo, Mathias Soares de Barbalho levou para serem batizados 4 africanos, duas mulheres e dois homens, que receberam o sacramento com a presença de dois padrinhos. Desses casais de padrinhos três eram compostos só por cativos da mesma propriedade dos batizados, e um casal por pessoas não escravizadas.¹²⁵

Só identificamos uma cerimônia coletiva de batismo de escravos africanos, realizada em 4 de março de 1831, onde foram batizados 25 africanos adultos, 1 mulher e 24 homens, todos escravos do capitão Botelho. Eles foram batizados só por padrinhos, sendo um forro e os outros escravos da fazenda Gameleira, ou seja, os padrinhos eram cativos da mesma posse. Parece-nos que o capitão Botelho apenas cumpriu o seu dever, enquanto católico, de batizar os seus cativos africanos recém-chegados.¹²⁶

Em se tratando de africanos (recém-chegados), o mais provável é que eles não tiveram tempo de estabelecer laços de amizade. Assim sendo, outros cativos da propriedade foram convocados a servir como padrinhos, o que não significar afirmar que, a partir deste evento, laços de amizade e solidariedade, não fossem tecidos mais tarde. Também é possível que a escolha de padrinhos de outras posses pudesse ser uma estratégia do senhor para mantê-los afastados dos parentes rituais, pois os batismos desses africanos ocorriam imediatamente após sua compra e a escolha dos padrinhos cabia certamente ao senhor. Outro dado que novamente ratifica a deliberação senhorial na composição do compadrio desses cativos recém-chegados é a constatação de que parte desses africanos foi batizada por escravos de posses de conhecidos

¹²⁵ Livro de Registro de Nascimento e Batismo (1828-1832) Cúria da Igreja Matriz de Caetité, p.57, 58.

¹²⁶ Livro de Registro de Nascimento e Batismo (1828-1832) Cúria da Igreja Matriz de Caetité, p. 85.

compradores e vendedores de escravos que atuavam com procuração na região e que batizavam para atender exclusivamente a uma exigência do ritual.

Recuando no tempo, encontramos no final da década de 1820 outros batizados coletivos de africanos adultos, que computavam em média 10 escravos por registro. Observamos que nesses batizados coletivos os padrinhos geralmente eram outros escravos da mesma posse, no entanto, essa não era a regra vigente para os batismos individuais de africanos, onde o compadrio com escravos de posses diferentes foi recorrente. Nestes casos existe a possibilidade de escolhas autônomas dos escravos a partir das suas experiências, relações de amizade e afeição aos seus companheiros de cativo, mesmo que estes morassem em propriedades diferentes da sua.

O compadrio entre irmãos de cativo de outras propriedades, assim como o apadrinhamento por sujeitos de condição diferenciada tinha relevância, pois ampliava os laços de parentesco (neste caso espiritual) para além dos limites da propriedade de morada dos escravos, principalmente nesta região onde as posses eram predominantemente pequenas e médias. Tal situação era mais comum entre os crioulos, pois os seus pais provavelmente já tinham laços comunitários consolidados, escolhendo seus compadres e comadres entre eles.

A análise das relações de compadrio de africanos e crioulos permitiu perceber que a composição dos padrinhos em Caetité, entre os anos 1830-1860 atendeu às especificidades e realidade social da região: domínio das pequenas e médias posses, absenteísmo dos proprietários, escravos que assumiam várias funções e predomínio de cativos crioulos nas posses. Essas características permitiram ao cativo maior mobilidade para circular pelas fazendas e área urbana, mantendo contato com outras pessoas, o que lhe facultava a possibilidade de convidá-las para apadrinhar os seus filhos.

Os dados de batismos aqui apresentados depõem sobre a importância numérica de mulheres e crianças crioulas entre os escravos da região, e atestam também um expressivo contingente de africanos, recém-chegados ou antigos moradores, vivendo em Caetité entre 1830-1860.

Fechamos esse capítulo com a convicção de que africanos e crioulos presos ao cativo ou fora dele, estavam desde muito cedo arraigados em uma extensa rede parental, tecida no convívio familiar matrifocal, nuclear ou extenso. As diferentes composições familiares foram fundamentais para o convívio da geração de africanos e afro-descendentes que aqui trabalhamos, e da geração subsequente à abolição da escravidão no Brasil. Os arranjos familiares identificados na documentação pesquisada entre 1830-1860 serão

problematizados no capítulo seguinte: “Redes familiares e sobrevivência: experiências múltiplas”.

2 REDES FAMILIARES E SOBREVIVÊNCIA: EXPERIÊNCIAS MÚLTIPLAS

No termo de Caetité, cenário do nosso estudo, os arranjos familiares legítimos e consensuais foram priorizados por diferentes sujeitos como mecanismos de sobrevivência, de amparo aos parentes, de distinção social ou junção de fortunas. A formação dos casais acontecia no universo livre, prioritariamente circunscrito nas fronteiras estabelecidas socialmente pela cor ou distinção social, expressas pelo sobrenome, pelo montante dos bens ou título da Guarda Nacional; e no universo cativo, pelos amores, projetos ou parcerias gestados na convivência dentro e fora do cativeiro.

Neste capítulo, dirigimos prioritariamente nosso olhar às famílias constituídas por pessoas de cor, que estavam organizadas no centro da vila, ou nos diferentes lugares do seu termo territorial. São famílias como a de Pedro Francisco de Sousa, que foi identificado no seu casamento em 23 de abril de 1849 na Igreja Matriz de Sant'Anna, como cabra e filho legítimo de João de Sousa e Thomasia Maria. Pedro constituiu laços matrimoniais legítimos com Maria cabra, filha legítima de Pedro Celestino e Martha Maria.

Entre outros enlaces priorizados estão aqueles como o de Eugênia cabra e José africano, escravos de Ladislau de Barros Silva, que batizaram seus filhos Adão, de um ano, e Honorato, de três anos, respectivamente, em 17 de outubro de 1841 e 4 de junho de 1847.¹²⁷

Olhamos também para configurações de parceiros escravos e forros, como a de Paulina crioula forra e Narciso africano escravo, pais de José crioulo, batizado em 1830 e Aniceto, em 1841, escravos do vigário do Sabino Gomes de Azevedo; ou do casal de crioulos forros, Ignácia e Vicente, que batizaram em 10 de outubro de 1843, o filho Lauriano. Somadas a todos esses arranjos, temos o de Isabel, mãe de cinco crianças nascidas quando estava sob a condição de escrava.¹²⁸

São famílias de escravos que firmaram laços consanguíneos por gerações, mães que empreenderam esforços para a compra da liberdade de seus filhos, sujeitos libertos que na família fortaleceram-se para sobreviver em uma sociedade escravocrata edificada na desigualdade.

Encontramos todas essas pessoas e suas famílias nos livros de batismo e casamento da Cúria da Igreja Matriz de Caetité. Elas, assim como outros moradores da sede ou da área rural

¹²⁷ Livros de Registro de Casamento e Batismo (1830-1860), da Cúria da Matriz de Caetité.

¹²⁸ Livro de Registro de Casamento (1846-1851), da Cúria da Matriz de Caetité. p.71-72.

de Caetité, participaram dos rituais cristãos realizados principalmente na Igreja Matriz de Sant'Anna instalada desde o século XVIII em um largo no centro do antigo arraial.¹²⁹

Foto1: Igreja de Sant'Anna de Caetité



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Outro espaço religioso muito importante era a Igreja de São Benedito construída em 1833 nas proximidades do largo da Matriz de Sant'Anna. Ela tinha escravos e senhores entre membros da irmandade¹³⁰ e foi palco de festejos ao santo devoto.¹³¹ Provavelmente a irmandade assumiu a função de vocação ao santo, mas também pode ter funcionado como espaço de auxílio aos irmãos e de ampliação das redes de sociabilidades entre os cativos.¹³² Evidências desse espaço como elemento de identidade pode advir da constatação de que no pós-abolição a Igreja de São Benedito continuou como ponto de referência entre os negros da cidade de Caetité, tradição demonstrada por Fátima Pires ao citar o caso de Vicente, um liberto:

¹²⁹ Nessa época, o então arraial do Caetité fazia parte da ouvidoria de Jacobina e estava vinculado ao núcleo religioso da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Rio de Contas, situada na vila do mesmo nome. A freguesia de Sant'Anna contava com 147 fogos e 1018 almas, o que representava dentro do termo de Rio de Contas a 22,7% dos fogos e a 7,70% das almas, e em relação à Comarca de Jacobina 4,93 % fogos e 4,63% almas. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas- Bahia, Século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 35.

¹³⁰ Sobre irmandades ver: REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2005.

¹³¹ APMC. Ata de sessões de vereações, 1847-1849, maço 2 caixa 01, p. 227, 229.

¹³² Segundo a pesquisadora Joceneide Santos, na Vila de Lagarto - Sergipe, o culto a São Benedito foi bastante difundido entre os cativos e possibilitou a construção de uma identidade negra. SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

Em Caetité, a festa da Igreja de São Benedito reunia várias pessoas do lugar, inclusive ex-escravos como Vicente: ‘[...] este barulho se de o logar na boquinha da noite, na véspera da Festa de São Benedito [...] Vicente foi preso no dia seguinte, quando ia para a Missa [da dita festa].¹³³

Foto 2: Igreja de São Benedito



Fonte: Biblioteca do IBGE.

A presença das irmandades estendeu-se pela freguesia de Sant’Anna em distritos como o de Umburanas, onde foi instalada a irmandade de São Sebastião, ou na própria sede em 1843 com a da Santa Casa da Misericórdia com invocação de Nossa Senhora da Saúde e Glória Protetora da Casa,¹³⁴ cuja admissão de homens e mulheres como membros-irmãos partia de uma contribuição inicial de vinte mil réis.¹³⁵ A construção da Santa Casa na Rua da Misericórdia foi deliberada pela Câmara Municipal em janeiro de 1842 e coube ao vigário Sabino Gomes de Azevedo a direção da construção e da entidade.

Não há dúvidas de que as práticas e rituais católicos engendrados no termo de Caetité, em especial pela Igreja Matriz de Sant’Anna ou de São Benedito, foram vistos como uma oportunidade para negros livres e cativos ampliarem as redes de relacionamento, programarem encontros furtivos ou reverem parentes. A população da vila transitava nesses espaços ou nos arredores para a execução das atividades cotidianas como: trabalho, comércio, acompanhamento de velórios, encenações de teatro amador e participação nos eventos políticos como eleições para a Câmara Municipal.

Também são nesses espaços de vivência cotidiana e cristã que emerge a influência dos vigários, que através do trabalho itinerante do sacerdócio e da realização de cerimoniais

¹³³ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 243.

¹³⁴ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956;pp.201-202.

¹³⁵ SANTOS FILHO, op.cit., 1956, p. 201, 202.

cristãos assumiam o papel de legitimar a condição jurídica e cristã dos moradores em nome da Igreja Católica. O cotidiano das pessoas estava intimamente ligado à presença desses religiosos cuja atuação se estendia além da vida espiritual do seu rebanho.

Os vigários tinham múltiplas funções, assumiam as responsabilidades eclesiásticas como os sacramentos, respondiam por dados estatísticos da freguesia, eram proprietários de bens como terras e cativos, professores da cadeira de latim e muitas vezes advogados eméritos. As suas funções eclesiásticas também tinham dimensões jurídicas para negros cativos que quisessem dispor de provas do enlace matrimonial, ou dos negros livres e libertos que, quando considerados escravos, poderiam dispor da certidão de batismo para provarem a sua condição jurídica.¹³⁶ Na documentação eclesiástica, fonte deste trabalho, como os livros de batismo e casamentos, eles legitimam as uniões, mas também aparecem no papel de padrinhos de pessoas livres e cativas, e ainda, como proprietários de escravos.

Por isso, entre os rituais cristãos realizados por esses vigários, o casamento oficial na Igreja, o único considerado legítimo, assumiu um papel relevante na freguesia para negros livres e libertos por permitir-lhes amparo dos cônjuges e direito a herança; e para os escravos, por viabilizar melhorias no regime de cativo e até mesmo a possibilidade de libertarem-se dele.

2. 1 “Matrimônio de palavras e celebrações”: as uniões legítimas

Aos 13 de maio de mil oito centos e trinta e oito nesta Fregue^a de Caetité perante o vigário Sabino Gomes de Azevedo se receberam em casamento Domingos africano escravo de Silvério Pereira da Costa com Rosa Fernandes da Costa liberta de Joaquim Fernandes da Costa desta freguesia de Caetité Arcebispado da B^a [...].¹³⁷

Encardida pelo sol que a tostara na vila ribeirinha de duas praças, a jovem brasileira efetivou, através de seu corpo, a completa ligação de Miguel de Lourenço ao chão americano. Deu-lhe oito filhos, dos quais seis mulheres e dois homens. À exceção de uma, que morreu solteira, casaram-se todas as filhas e os filhos com gente da região em volta. Raízes que o Familiar deitou na caatinga.¹³⁸

As duas epígrafes refletem alguns arranjos matrimoniais que fincaram raízes em solo sertanejo. Na segunda temos um casal típico das famílias abastadas da região. O cônjuge

¹³⁶ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 156.

¹³⁷ Livro de Registro de casamento (1831-1848), da Cúria da Matriz de Caetité. p. 48.

¹³⁸ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p. 12.

Miguel Lourenço fixou-se em Campo Seco, terra que pertenceu à sesmaria dos Guedes de Brito, casou-se com Ana Francisca com quem constituiu uma numerosa família. Esse casal formado por um português sem título de nobreza e uma ribeirinha do Rio São Francisco desenha bem um dos perfis do povoamento da região, homens e mulheres que junto à aquisição de terra, conquistaram títulos e definiram sobrenomes para alicerçar alianças e genealogias fundadas sob a posse de terras e de escravos.¹³⁹

Segundo Erivaldo Fagundes Neves, a condição jurídica de ocupação de terra definiu os padrões patrimoniais das famílias de rendeiros, posseiros e proprietários com a constituição de famílias numerosas. Um claro exemplo dessa situação apareceu no testamento de Gabriel da Cruz Prates, onde declarou ter nascido na freguesia de Sant'Anna de Caetité, ser católico e apostólico romano, filho legítimo do capitão Antônio Sousa Prates e Dona Joana Joaquina de Lopes, pai das crianças Sinhazinha de 10 anos, Delmira de 9, Raimundo de 8, José de 7, Antônia de 6, Aprígio de 2 anos e Amélia de um mês. O exemplo de Gabriel da Cruz Prates desenha bem o perfil da extensa família e do título paterno destacado, refletindo o *status* do pai e de toda a sua prole. Se considerarmos as idades dos filhos de Gabriel, temos praticamente um parto por ano.¹⁴⁰

De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Sheila Faria, por todo o século XIX, as famílias abastadas procuraram seguir o padrão de legitimação e manutenção do *status* com uniões conjugais “entre iguais”, através do padrão patrimonial, alianças consanguíneas ou de compadrio.¹⁴¹

Para a realização das uniões consanguíneas, o casal ou seus respectivos pais, precisavam solicitar a dispensa matrimonial, uma exigência legal com trâmite burocrático de alto custo, que muitas vezes incluía o pagamento de multa para a caixa pia. Encontramos a dispensa matrimonial do casamento de Inocêncio Fagundes Cotrim e Amélia Angélica Fagundes Cotrim, concedida com a autorização assinada no Palácio do Governo no Rio de Janeiro em três de novembro de 1864, que trazia as seguintes justificativas para o casamento consanguíneo:

¹³⁹ Ver sobre esses arranjos familiares: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Estudos Cedhal*, n° 7. São Paulo, 1991. p.59; FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, São Paulo, 2009. p. 39-48.

¹⁴⁰ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelação n° 14, (1853), p. 219.

¹⁴¹ Sheila de Castro Faria salientou que no período escravista brasileiro a família excedia os limites da consanguinidade e abrangia relações rituais e alianças políticas “além de influir no *status* e na classificação social”. Vide: FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 372.

Que casamento é vantajoso aos oradores, principalmente a oradora [...] Que os oradores habitão em lugar estreito, e não poderão achar pessoa igual com quem se possa unir em matrimonio a não ser parente em grau mais ou menos próximo [...] Que a oradora não foi raptada pelo orador, e vive em casa de seus pais com toda honestidade e recato [...].¹⁴²

Elementos importantes da conduta social da vila aparecem no trecho acima, como o convívio imaculado com os pais, que garantia a integridade física e moral da moça, então para àquelas que não estavam nesse desenho nuclear, realizar o matrimônio talvez fosse um objetivo mais difícil, principalmente porque o casamento deveria trazer vantagens para os cônjuges e sua parentela.

Já a justificativa do “lugar estreito” que impossibilitaria o enlace com outra moça, faz referência à maioria de mestiços entre a população da vila e, certamente, foi usado como justificativa para firmar alianças com base nos bens das famílias. O trecho “que a oradora não foi raptada pelo orador” evidencia que muitos romances proibidos talvez resultassem no rapto da moça pretendida, diante da negativa do enlace pelas famílias.

Para as uniões consanguíneas encontramos com frequência solicitações para a autorização de casamento com a irmã da finada esposa, com justificativas como o amor e o zelo inerente a condição de tia dos filhos do futuro esposo, em recordação às cinzas da irmã falecida, ou por ser a união matrimonial vantajosa para os dois cônjuges, e principalmente para o esposo, por ter filhos menores de seu primeiro “consórcio” com a irmã da atual esposa.¹⁴³ Algumas vezes o rapaz casava-se com a irmã legítima do seu pai ou com a irmã legítima da moça bastarda que desonrou:

[...] Tem tratado tomarem o estado de cazadop^a o poderem fazer licitamente lhe preciso q V. Ex^a Rm^a lhes dispença o impedimento de afinidades terelle orador miseravelmente tido copula ilícita com humairman bastarda da oradora, E por isso [...] a piedade de V. Ex.^a Rm^a p^a que pelo amor de Ds os queira dispençar visto terem poucas brancas e brasileiros haver poucas famílias da sua igual.¹⁴⁴

A solicitação acima foi feita por Francisco Ferreira Neto para casar-se com Ana Maria da Silva, todos moradores de Caetité. Provavelmente a irmã bastarda era uma mulher de cor, que somada à condição de bastarda, não era moça para casar, e supostamente poderia viver com o rótulo da relação em pecado, o contrário da filha branca e legítima. Os casamentos entre brancos e negros foram raros, quando aparecem, a definição do grupo de descendência

¹⁴² Dispensa de Impedimentos Matrimoniais (1865), Arquivo Metropolitano de Salvador. p. 3-12.

¹⁴³ Dispensa de Impedimentos Matrimoniais (1873), Arquivo Metropolitano de Salvador, p.23.

¹⁴⁴ Dispensa de Impedimentos Matrimoniais (1829), Arquivo Metropolitano de Salvador, p.1-2.

dos cônjuges é destacada, a exemplo do batizado de Clemente, filho de Camilo Soares mulato e Eusebia Ribeiro branca.¹⁴⁵

Para a realização dos casamentos dos filhos brancos de grandes proprietários de terras e escravos, como os Canguçu, incluíam-se no dote alguns cativos; assim fez Pinheiro Pinto ao casar seu filho Inocêncio no dia 25 de maio de 1817 com a prima Prudência Rosa de Santa Eduvirges incluindo no dote 10 escravos “Sinco maxos e Sinco femias”. A filha também contraiu matrimônio com o primo e recebeu rigorosamente o mesmo número de escravos divididos entre os dois sexos.¹⁴⁶ O número equivalente de escravos e escravas no dote talvez fosse uma questão de equidade dos valores, mas também pode ter sido uma preocupação com o equilíbrio dos sexos para reprodução dos cativos na propriedade. Além disso, muitos desses casamentos que envolviam dotes em escravos podiam separar espacialmente parentes cativos.

Se os enlaces legítimos realizados sob as bênçãos da igreja católica entre os brancos abastados definiram o domínio agrário da região, necessariamente não resume a dinâmica social de Caetité composta por diversos arranjos familiares firmados pela população negra.

Nos 12 mil assentos de batismo que consultamos, centenas de casais formados por pessoas de cor não escravizadas buscaram o matrimônio religioso para legalizar suas uniões. Para alguns dos casais, a identificação da cor aparecia como uma espécie de último sobrenome do sujeito, que definia suas raízes no cativo. Na maioria dos casos, a identificação dessas pessoas entre a população negra de Caetité só foi possível pelo registro da cor dos seus filhos nos assentos de batismo. É importante salientar que as definições das crianças como pardas, cabras, crioulas, negras e pretas variavam de acordo com o vigário. Um bom exemplo disso são os registros das filhas de Ana Maria e Matheus Lôbo do Rosário. Em 1837, o casal batizou Francisca, identificada como negra; no ano seguinte batizou Maria, que aparece como preta. Assim, concluímos que preto e negro podiam ser sinônimos e referiam-se à tonalidade da pele, e não a origem étnica do sujeito. Encontramos casais com três filhos legítimos identificados por denominações diferenciadas como pardo, crioulo, e cabra, portanto, qual teria sido o critério do vigário?

Entre os casais compostos por negros livres, as uniões aconteciam entre cônjuges da mesma condição social, e onde aparece informação sobre a cor, observamos que os pardos casaram-se com pardos, crioulos com crioulos e negros com negras. Mas, como já salientamos, até quanto essa identificação podia refletir uniões endogâmicas por cor?

¹⁴⁵ Livro de Registro de Batismo (1818-1829), da Cúria da Matriz de Caetité. p. 123.

¹⁴⁶ Idem, p. 43.

Nos livros de casamento, a ausência de sobrenome é recorrente nos assentos das mulheres negras livres; em alguns casos, o nome da mulher não é registrado na margem lateral de identificação do casal, só aparece o nome do cônjuge masculino.¹⁴⁷ Para os forros e libertos há identificação dos pais e o nome do ex-proprietário; no caso de pais na condição de escravos, aparece o nome do atual proprietário que geralmente têm os títulos da Guarda Nacional evidenciados, o que para Roberto Guedes, “era uma maneira de os proprietários expressarem sua posição social”.¹⁴⁸

A identificação étnica ou por cor para as pessoas livres e libertas apresenta-se na documentação como “rótulo social”¹⁴⁹ que define sua origem e lugar social, ela é representativa de como o estigma da escravidão podia ser duradouro e atingir futuras gerações, como indica o registro de casamento de Pedro e Francisca abaixo:

Aos vinte e três de Abril de mil oitocentos e quarenta e nove nesta Matriz da Senhora Santa Anna de Caitete presente as testemunhas, e precedentes todos os preceitos da Santa Igreja Catholica, conforme o Ritual Romano, e decretos das SS Ponticis, sem haver impedimento algum receberão com palavras de presente os nubentes Pedro Francisco de Sousa, *cabra*, e Francisca Maria também *cabra*, elle filho legitimo de João de Sousa, e Thomasia Maria de Santa Anna, e ella filha legitima de Pedro Selestino, e Martha Maria, todos desta mesma Freguesia; e logo passei a esses as bênçãos nupciais, sendo testemunhas Bras de Sousa Barrema, e Bernabé José Camargo, e eu o Vigário Policarpo de Brito Gondim para aqui o passei para o todo tempo constar. Vigario Policarpo Gondim.¹⁵⁰(Grifo nosso)

Por mais que o casamento acenasse com uma nova posição social, o estigma do cativo seguia os nubentes Pedro e Francisca e era realçado pela identificação da cor ou pela filiação ainda em cativo, como também acontece no assento de casamento abaixo:

Aos seis de Julho de 1839 perante O Pe Bento Pereira da Costa receberão em matrimonio de palavras que contrairão, e celebrão os contraentes marido e mulher Florencio Gonçalves de Matos, filho de Manoel Gonçalves e de Angelica Roza com Joaquina Maria de Jesus liberta do Ten. Antonio Angelo de (Carv^o) Cotrim, filha da escrava Florinda [...] elle Livramento das Minas do Rio das Contas ela contraente natural desta freguesia de S. A. de Caetitê

¹⁴⁷ Para Iraci Del Nero no registro dos assentos dos livros eclesiásticos existia o “arbitrio de cada eclesiástico responsável pela feitura dos registros, cada um revelou mais ou menor pormenores ao descrever os eventos”. COSTA, Iraci Del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH-Revista de História*. nº1, Departamento de História / UFOP. 1990, p.46.

¹⁴⁸ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2008, p.157.

¹⁴⁹ Sheila Faria destacou que para o estigma do cativo “toda mulher, casada com” preto escravo”, era “preta forra”, independentemente de seu nascimento ter sido como escrava ou já como livre”. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.138.

¹⁵⁰ Livro de Registro de Casamento (1846-1851) da Cúria da Matriz de Caetitê, p.71-72.

AcerbispadoB^a sendo por atts Joaquim Pereira da Costa e sua mulher Maria do Carmo de Carvalho.¹⁵¹

Embora muitos casais compostos por livres objetivassem o casamento como *status*, ou aceitasse a concepção cristã de que os casados sob as bênçãos e palavras de Deus seriam salvos, os índices de nupcialidade que encontramos sugerem que os brancos estavam literalmente “mais próximos da salvação”.¹⁵² Essa realidade de baixos índices de legitimidade das uniões na Bahia, foi pioneiramente discutida por estudos como o de Kátia Mattoso e Stuart Schwartz. De acordo com Mattoso, além dos custos do matrimônio religioso, havia a aceitação da população das uniões livres.¹⁵³

Em Caetité, apesar de termos encontrado 334 casais de escravos unidos pelo matrimônio católico entre 1830-1860, a maioria das mulheres cativas não contraiu o matrimônio legítimo sacramentado na igreja, eram mães de filhos naturais. Isabel Cristina Ferreira dos Reis, em estudo sobre a freguesia da Sé, em Salvador, também constatou o baixo índice de uniões legítimas entre os escravos. Joceneide Santos Cunha em Sergipe, e Cristiane Jacinto no Maranhão, também chegaram à conclusão de que a maioria das mulheres escravizadas não casou, mas, constituiu diferentes arranjos de vida familiar. Por outro lado, em estudo nas propriedades dos Guedes de Brito na Bahia, Gabriela Nogueira¹⁵⁴ encontrou dados que demonstraram taxas de legitimidade e ilegitimidade equivalentes, com leve destaque para filhos legítimos, desse modo, contrariando os baixos índices de legitimidade localizados para outras regiões baianas. Em Caetité, como já apresentamos no primeiro capítulo, identificamos mais filhos naturais do que legítimos, no entanto, os números discutidos na seção abaixo evidenciam um importante número de uniões legítimas.

2. 1. 2 O casamento entre os escravizados

O casamento de Domingos africano, escravo de Silvério Pereira da Costa, com Rosa Fernandes da Costa, liberta de Joaquim Fernandes da Costa, apresentado na epígrafe inicial deste capítulo, provavelmente foi fruto de uma relação alicerçada no convívio diário do

¹⁵¹ Livro de Registro de Casamento (1831-1848) da Cúria da Matriz de Caetité, p. 53.

¹⁵² CPAB, 1853, p. 107.

¹⁵³ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁵⁴ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 106.

cativo na mesma posse, enquanto ela ainda era cativa, e que Rosa, mesmo liberta, e após adotar o sobrenome do proprietário, decidiu preservar. Possivelmente, para os dois nubentes, o casamento católico receberia novos significados para as necessidades que ambos experimentavam no cativo e seria importante para os filhos, pois legitimaria um núcleo familiar onde a condição da mãe já era capaz de gerar filhos livres. Segundo Gabriela Amorim, que também estuda o Alto Sertão, muitos desses escravos africanos procuraram no casamento adaptar-se ao meio, ampliar suas relações e manter a herança da cultura africana entre os filhos e demais parentes.¹⁵⁵

Essa união apresenta mais uma peculiaridade da região, a de que muitos casamentos aconteciam entre escravos do mesmo proprietário, ou com escravos de parentes desse proprietário, que residiam em um único domicílio ou em outras casas na mesma fazenda, o que na situação de Rosa e Domingos, pode ter contribuído para o enlace. Como já mostramos, os casamentos entre as pessoas livres, tinham como regra as alianças consanguíneas, o que significa que a diferença de proprietário talvez estivesse apenas no aspecto jurídico e não no local de morada.

A partir da constatação da coabitação e dos enlaces matrimoniais consanguíneos que encontramos entre os proprietários, buscamos evidências se esse tipo de união também acontecia entre os escravos. Concluímos que estes roteiros de matrimônios consanguíneos ocorriam entre as pessoas escravizadas e livres, e provavelmente foram comuns na região, onde havia incidência de grupos aparentados por todas as camadas sociais. Mas, a evidência de que as dispensas matrimoniais também eram apresentadas para uniões legítimas entre cativos veio com o registro de casamento de Victorino crioulo e Michaela crioula, realizado no dia sete novembro de 1847, na Igreja Matriz de Caetité, com a presença de seu proprietário Vicente Ferreira de Azevedo e das testemunhas Manoel Rodrigues da Costa e Bonifácio Pereira Nunes. Para a realização da cerimônia o casal teve que receber a dispensa matrimonial no segundo grau de consanguinidade. Outro exemplo é o casamento de Manoel e Maria cabra, escravos de Honorato José Cardoso, dispensados em terceiro grau de consanguinidade. A cerimônia de casamento ocorreu em trinta e um de maio de 1853 tendo como testemunhas Francisco José Magalhães e José Cardoso Pereira.¹⁵⁶

¹⁵⁵ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no "Certam de Sima: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 110.

¹⁵⁶ Livro de Registro de Casamento (1837-1855) da Cúria da Matriz de Caetité, p. 94,139.

As escolhas dos parceiros consanguíneos podem ter sido efetivadas através do convívio com seus pares, e quem sabe, por intermediação dos senhores, provavelmente envolviam todos os agentes, senão na escolha, com certeza na permissão para o enlace religioso cristão. Já as dispensas matrimoniais podem ter sido pagas pelos cativos, ou com o apoio de seus proprietários ou padrinhos.

A endogamia de parentesco, segundo Leonara Delfino, foi uma condição muito propícia entre os cativos nativos pertencentes à mesma propriedade e que pretendiam se unir legalmente; quando estas uniões não eram possíveis na mesma propriedade buscavam alianças em outras posses.¹⁵⁷ Para os dois casais, Victorino e Michaela e Manoel e Maria, que precisaram das dispensas matrimoniais para a realização dos casamentos, a endogamia parental pode ter sido uma escolha, pois existe a possibilidade de pertencerem a uma rede de parentesco edificada na família que talvez não se limitasse às propriedades as quais pertenciam, mas se estendesse de forma multi-domiciliar. Conjecturamos essa possibilidade por termos certeza de que entre os escravos das famílias aparentadas dos proprietários da região, era comum a presença de cativos nascidos nas posses ou criados entre parentes do antigo senhor.

Outra situação importante para esses laços serem tecidos consanguineamente foi a circulação dos escravos por propriedades distintas, mas de proprietários aparentados, viabilizando os contatos familiares com parentes separados em partilhas, doações e até vendas. A todas essas possibilidades somam-se os contatos firmados e alimentados com certa frequência em encontros nos afazeres cotidianos típicos da região, como transporte de gado, derrubada de madeira, produção da farinha, o tecer do algodão ou através dos corriqueiros alugueiros de escravos de ofício.

Segundo Robert Slenes, o casamento podia trazer para os cativos alguns benefícios, como o fogo domiciliar separado da senzala, a capacidade de gerar pecúlio com o acesso à economia própria, ou a possibilidade de ter em cativeiro “uma vida de ‘gente’ dentro de seus próprios padrões culturais”.¹⁵⁸ Para Hebe Mattos, a família possibilitava espaços de autonomia ao escravo, prestígio entre os cativos e a perspectiva de liberdade. Manolo Florentino e José

¹⁵⁷ DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. p.165.

¹⁵⁸ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p. 192-193.

Roberto Góes também demonstraram a conveniência e importância do casamento para instituir regras no convívio em cativeiro.¹⁵⁹

Provavelmente, aliado aos laços afetivos que uniam os casais, estava o sonho de viver a experiência familiar em liberdade, como parece ter sido o caso do escravo Fidelis que descrevemos a seguir.

A Igreja matriz de Sant'Anna foi palco do casamento de Fidelis, que aconteceu no dia 13 de junho de 1846. Encontramos Fidelis pela primeira vez em 1850, no inventário do seu proprietário, Antônio Rodrigues Ladeia. Na data do registro do inventário, Fidelis tinha precisamente quarenta e cinco anos de idade, quatro anos de casado e estava estimado no valor de 450\$00.¹⁶⁰ Resolvemos então procurá-lo nos assentos de casamento, onde o encontramos identificado como escravo crioulo, casado com Francisca africana forra, todos moradores da freguesia de Sant'Anna de Caetité.¹⁶¹

O romance entre Fidelis e Francisca pode ter se iniciado quando os dois eram cativos, no entanto, o casamento realizado com ela, já na condição de forra, poderia viabilizar ao casal um núcleo familiar capaz de gerar filhos livres.¹⁶² Além disso, esse arranjo, entre um escravo crioulo e uma africana forra, possibilitaria um alicerce para a adaptação à vida em liberdade e para a recriação de heranças culturais para os descendentes do casal.

Ainda no inventário costuramos um pouco mais da história de Fidelis. O falecido proprietário de Fidelis, Antônio Rodrigues Ladeia, contraiu dívidas que levaram à hipoteca de parte de seus bens, entre os seus credores estavam José Antônio Pimenta, Fillipe Rodrigues Ladeia e o padre Manoel Fraga, sobre este último, a dívida incluía as despesas do funeral do inventariado. Para o pagamento da dívida, os credores exigiam da viúva Honorata de Brito Pimenta um conto e novecentos e cinquenta e cinco mil réis correspondentes à soma dos valores dos escravos: Fidelis, crioulo de 45 anos; Felipe, cabra de 30 anos; Claudina, africana de 45 anos; Ignácia, mulata de 36 anos; e Rosa, mulata de 11 anos de idade.

Mas o enredo desta história é curioso. Segundo os credores do finado Antônio Rodrigues Ladeia, a viúva Honorata de Brito Pimenta, fugiu para vila de Santa Isabel em Mucugê, levando os escravos que estavam hipotecados para saldar a dívida legada por seu marido. Para Fidelis a fuga repentina deve ter se tornado um pesadelo, tendo em vista que

¹⁵⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*, 1998. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*, 1997.

¹⁶⁰ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Antônio Rodrigues Ladeia, 1850, p.12. Classificação: 02/877/1346/07.

¹⁶¹ Livro de Registro de Casamento (1837-1855) da Cúria da Matriz de Caetité. p.75.

¹⁶² OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. "Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas no século XIX". *Revista da USP*, n° 28 (dez. 95/fev. 96), Dossiê Povo Negro- 300 Anos, p.175-193.

também era credor do falecido, pois já tinha quitado uma parcela da sua alforria no valor de duzentos e sessenta e quatro mil réis, pago a Antônio Rodrigues Ladeia ainda em vida. Ele havia, provavelmente junto à esposa, acumulado durante quatro anos o pecúlio para a compra da carta de alforria que possibilitaria conviver, na condição de liberto, a experiência do matrimônio.

A prova do pagamento da carta de alforria efetivado por Fidelis aparece em um documento de 1851, anexo ao inventário. Esse documento confirma o pagamento da primeira parcela da carta de alforria diretamente ao proprietário Antônio Rodrigues Ladeia, e a segunda, aos credores do já falecido proprietário. O registro do pagamento da carta de liberdade aparece nos seguintes termos: “Recebemos de Fidelis crioulo escravo que foi de falecido Antonio Rodrigues Ladeia a quantia de 211 mil que nos tocou no mesmo escravo para nosso pagamento, para assim ele poder ser conferida sua carta de liberdade”.¹⁶³ A partir desse documento percorremos os livros cartoriais da década de quarenta do século XIX, na tentativa de encontrar o valor total da alforria. Encontramos a carta de Fidelis passada pelo Juiz de Órgãos, onde aparece discriminado o valor total de sua alforria, quatrocentos e setenta e cinco mil réis.

Os vestígios da documentação eclesiástica e cartorial permitiram constatar a luta dos cônjuges pela liberdade, mas infelizmente os dados sobre o casal temporariamente acabam com a carta de liberdade de Fidelis.¹⁶⁴ A trajetória desse casal que conseguiu acumular uma quantia significativa para a compra da alforria remete-nos às atividades autônomas, já citadas no primeiro capítulo, que foram cruciais para dinâmica administrativa e econômica de Caetité, mas, fundamentalmente, para os projetos dos cativos, entre eles a composição e manutenção da família.

Os casamentos de Francisca e Fidelis, Rosa e Domingos, assim como os 334 enlances encontrados, que correspondem a 668 escravos casados entre 1830 e 1860, mostram que além das adversidades impostas pelo cativo para a formação e preservação da família, esses sujeitos podem ter travado uma verdadeira penitência burocrática para a realização dos proclames nupciais. Se para as pessoas livres batizadas, os empecilhos recaíam nos arranjos obrigatórios e nos custos das dispensas consanguíneas, para as cativas, atrelavam-se ao conhecimento das principais orações e a apresentação das certidões de batismo, de penitência e da eucaristia. Para os libertos acrescentava-se a carta de liberdade. A dificuldade de acesso a

¹⁶³ APB, Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Antônio Rodrigues Ladeia, 1850. Classificação: 02/877/1346/07.

¹⁶⁴ APB, Seção Judiciária. Livro de Notas do Tabelionato n. 11 (1845-1848), p. 62.

todos os critérios acima relacionados, ainda era maior para os escravos adultos batizados em outras regiões da Bahia ou províncias do Brasil.¹⁶⁵

Além da burocracia, o custo para o casamento era muito alto. Na fazenda Campo Seco, Ana Francisca, mulher de Manoel Lourenço, relatou em testamento feito em 1834 as despesas feitas com casamentos de cativos e batizados de suas “crias” que chegavam à importância 1\$280 réis. Nesse tempo e na mesma fazenda, Ana Francisca sogra de Pinheiro, gastou 12\$800 para casar seus escravos e 2\$560 para batizá-los; também efetuou o pagamento de 6\$400 com os “banhos” e 8\$000 com as “licenças”. Os custos referiam-se as dispensas pagas em Salvador e em Caetité, as despesas com obras na pia para o evento e o pagamento do vigário. Um aspecto importante dos gastos da família Canguçu com os casamentos dos cativos é observar que eles foram efetuados com escravos que foram “crias” da fazenda; eram filhos de escravas que cresceram na propriedade e que conseqüentemente iriam compor uma terceira geração na mesma posse.

Os escravos das fazendas dos Canguçu também assumiam gastos com esses cerimoniais religiosos. A escrava de Pinheiro Pinto, a cabra Aninha, despendeu 8\$640 com o casamento de uma filha.¹⁶⁶Certamente Aninha previa os benefícios que o casamento podia trazer para a filha que também vivia em cativeiro para dispor de uma quantia significativa que pode ter sido resultado de um longo e difícil período de trabalho ou da colaboração de outros companheiros de cativeiro.

Muitos proprietários dos escravos casados residiam no centro urbano de Caetité ou nas fazendas instaladas nos arredores, e possuíam predominantemente médias e pequenas posses de cativos. Através da análise de dados coletados dos assentos de batismos e casamentos realizados na igreja matriz de Caetité, entre os anos de 1830-1860, conseguimos encontrar 199 senhores que possuíam cativos legalmente casados em suas propriedades. Entre esses proprietários levantados, 65,93% possuía entre 1 a 5 escravos casados; 27,47% entre 6 e 8, e 6,6% entre 9 e 16.

Os números mostram que muitos escravos recorreram ao casamento legítimo, valorizaram a família e não mediram esforços para formá-la, sobretudo, nas pequenas posses, onde efetivamente seria mais complicado pelo percentual limitado de cativos. A ação dos proprietários pela reprodução natural dos cativos pode ter facilitado o acesso ao casamento

¹⁶⁵ CPAB, 1853, p. 125.

¹⁶⁶ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*-aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 188-199.

legitimado pela igreja católica, como também deve ter pesado as obrigações cristãs da classe senhorial, assim como as escolhas dos cativos.

Dos escravos casados em conformidade com as leis canônicas da Igreja, há uma maior incidência de cônjuges fregueses, são poucos os que aparecem identificados como fregueses de outras localidades, entre elas, Goiás, Rio de Contas, São Sebastião do Sincorá.¹⁶⁷ Sobre a realização do segundo casamento, só encontramos o viúvo Felipe cabra, que se casou em 13 de junho de 1841 com Francisca crioula, os dois escravos do capitão Joaquim Antônio de Carvalho.

No quadro abaixo, apresentamos dois proprietários que estão entre aqueles que tinham de 9 a 16 escravos casados, entre eles, Joaquim Antônio de Carvalho, proprietário do viúvo Felipe. Destacamos que o número de casais e filhos deve ser bem maior, tendo em vista as décadas que esse trabalho não contempla ou não dispôs de dados nos livros de batismos e casamentos consultados.

Quadro 1: Famílias de cativos em duas propriedades de Caetité (1830-1860)

PROPRIETÁRIOS	FAMÍLIA DE CATIVOS	
	Casal	Filhos
Joaquim Antônio de Carvalho	Pedro / Romana	Benedito
	Anacleto/Marciana	Maria, Marcos e Antônio
	Ventura / Maria	Roberto, Paulino, Ignácio e Primo
	Vicente/ Engracia	Simoa
	Felipe / Juliana	Cassiano
	Joaquim / Catarina	Barbosa
	Peregrino/Clemência	-
	Felipe / Francisca	-
Clemente Alves de Carvalho	Bento / Ana	Emelino, Januária
	Pedro e Rita	Amâncio, Sabino, Teresa e Eugenia
	Antonio e Rosa	Martinho, Leocádia e Adão.
	João e Benta	Severino, Victoriana e Antônio
	Vicente e Rita	Angélica e Camilo
	Ricardo /Felipa	-
	Luis / Quirina	-
	Marcos /Rosa	-

Fonte: Livros de registro de Casamento e Batismo da Cúria da Matriz de Caetité, 1830-1860.

¹⁶⁷ O maior número de casais estava nas médias e grandes posses o que não significa a inexistência dessas famílias nas pequenas posses como indicaram Guedes (2008), Florentino e Góes (1997), Motta (1999) Schwartz (1988) e Slenes (1999).

Não incluímos no quadro acima, entre os casais de escravos do capitão Joaquim Antônio de Carvalho, o primeiro casamento do viúvo Felipe, uma criança registrada como legítima só com o nome da mãe, e um casal de forros que aparece batizando a filha Rosa, o que contabilizaria 10 casais.

A maioria dos casamentos dos cativos e das pessoas de cor não escravizadas que analisamos aconteceu na sede da freguesia de Sant'Anna, poucas cerimônias foram realizadas fora da igreja matriz, como o de José Ribeiro da Fonseca e Maria Senhora das Neves, ambos pardos, casados no Olho d'Água. O quadro de testemunhas dos matrimônios entre escravizados era predominantemente masculino e totalmente constituído por indivíduos livres, muitos escolhidos entre os parentes dos proprietários. Muitas dessas testemunhas talvez estivessem apenas cumprindo uma formalidade, sem relação afetiva ou de amizade com os nubentes, como acreditamos ter acontecido com José Anacleto de Carvalho que aparece 22 vezes como padrinho.¹⁶⁸

Os casamentos dos escravos foram realizados em todos os meses do ano, embora para março e dezembro o número de cerimônias fosse bem menor.¹⁶⁹ Tudo indica que alguns casamentos eram programados com certa antecedência para atender a burocracia, diminuir os custos e dar praticidade ao deslocamento dos nubentes, testemunhas e convidados. Segundo Stuart Schwartz, a realização de uma cerimônia com vários casais de um mesmo proprietário indicava a intervenção do modelo paternalista, já que “parece indicar a intervenção direta do proprietário na seleção e na época do casamento”.¹⁷⁰ Essa talvez tenha sido a situação do escocês Duncan, médico e fazendeiro, casado com Ana Maria, que no dia 7 de outubro de 1843 casou quatro casais escravos, Francisco e Manoela, Vicente e Rita, Aleixo e Sabina e Lucio e Maria da Conceição; todos os matrimônios foram realizados com o mesmo par de testemunhas.¹⁷¹ Os mesmos motivos podem ter levado Manoel de Sousa Dourado a contrair matrimônio no dia 25 de setembro de 1851 com Anna Joaquina de Jesus, e casar também seus escravos, Agostinho e Josefa, que tiveram como testemunhas do enlace Ângelo Custodio Pereira e José de Sousa Dourado.¹⁷²

¹⁶⁸ Para Joceneide Cunha Santos as testemunhas podiam ser pessoas escolhidas pelo proprietário a partir do parentesco ou da posição social. Vide: SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, p.82.

¹⁶⁹ Livro de Registro de Casamento (1831-1855) da Cúria da Matriz de Caetitê.

¹⁷⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.315.

¹⁷¹ Livro de Registro de Casamento (1846-1851) da Cúria da Matriz de Caetitê. p. 51-52.

¹⁷² Livro de Registro de Casamento (1846-1851) da Cúria da Matriz de Caetitê, p.112.

A omissão de alguns dados dos nubentes, não permite aventar com precisão uma faixa etária mais comum para os casamentos. Diante dos dados apresentadas nos inventários para mulheres e homens e ciente da idade mínima para receber o sacramento do casamento (doze anos para as mulheres e de quatorze para os homens), possivelmente, os enlaces legítimos aconteceram com cativos entre quatorze e trinta anos de idade.¹⁷³

Nos livros de casamentos de Caetité, para o período compreendido entre 1831 a 1855, há o registro de 2.119 casamentos, sendo 128 realizados entre escravos. No quadro abaixo, os índices mostram um percentual de 6,04% dos matrimônios entre cativos, sendo 0,37% deles entre cativos e indivíduos de outra condição jurídica.

Tabela 7: Casamentos X Estatuto jurídico, Caetité (1830-1855)

ESTATUTO JURÍDICO DOS CASAIS	Nº	%
Escravos	128	6,04
Escravo-forro	6	0,28
Escravo- Livre	2	0,09
Africano-africana	15	0,71
Africano-crioulo	31	1,46
Forro- Livre	1	0,04
Forro-forro	18	0,85
Livres	1918	90,5
Total	2119	100

Fonte: Livros de registros de Casamentos: Cúria da Igreja Matriz de Caetité.

Como mencionamos anteriormente, os registros de batismo e casamento de Caetité apresentavam maior ou menor variedade de dados, de acordo com a precisão do vigário. Diante das lacunas apresentadas nos documentos partimos para o cruzamento das fontes, retiramos os dados da *tabela 7* e cruzamos com os assentos de batismos, excluimos as uniões duplicadas e extraímos um novo número de uniões entre os cativos e compilamos para formar a amostra abaixo:

¹⁷³ CPAB, 1853, p. 109-110-130. As Constituições Eclesiásticas exigiam que no registro de casamento constasse o nome dos cônjuges, condição jurídica, idade, local de nascimento e de residência, nome dos pais, se a filiação era legítima ou natural, nome das testemunhas e proprietários. Em Caetité o registro variava de acordo com o vigário, alguns primavam por mais informações, outros só citavam os dados da filiação e proprietário. Quanto às profissões não encontramos nenhuma informação.

Quadro 02: Casamentos de cativos, Caetité (1830-1860)

ENTRE ESCRAVOS			INDIVÍDUOS COM ESTATUTO JURÍDICO DIFERENTE		
Naturalidade	Nº	%	Estatuto jurídico	Nº	%
Crioulo	233	69,76	Escravo e forro	12	3,45
Africano	35	10,48	Escravo e Livre	2	0,57
Africano e crioulo	66	19,76	Entre escravos	334	95,98
Total	334	100	Total	348	100

Fonte: Livros de Registro de Batismo e Casamento da Cúria da Matriz de Caetité (1830-1860).

Resolvemos então verificar o censo de 1872 e chegamos à conclusão de que mesmo com o tráfico interno e a grande seca, a legitimação das uniões entre os cativos ainda se fez presente.

Tabela 8: Situação conjugal por gênero

SITUAÇÃO CONJUGAL	MULHERES		HOMENS	
	Nº	%	Nº	%
Solteiros	178	47,98	414	65,40
Casados	158	42,59	174	27,49
Viúvos	35	9,43	45	7,11
Total	371	100,00	633	100,00

Fonte: Dados do Censo de 1872 retirados de PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

Os dados do censo acima foram expostos nesta pesquisa não objetivando o número quantitativo dos casamentos, mas o registro da existência dessas uniões. Como bem observou Isabel Cristina Ferreira dos Reis, os dados do censo são suscetíveis a falhas, entre elas, o alto índice de legitimidade de uniões entre cativos na Bahia. Para a pesquisadora os dados sobre a condição matrimonial do cativo pode ter ficado a critério do proprietário, sobre o qual não é possível definir se “teve como conduta somente declarar como “casado” o cativo que tinha uma união legitimada pelo ritual católico ou também considerou as uniões consensuais dos seus cativos?”.

Através do cruzamento das fontes eclesiásticas verificamos uma regularidade nas escolhas dos cônjuges no mesmo grupo de procedência, que podem indicar regras que vão além da imposição dos senhores, no entanto, como já reportamos mais atrás, não havia um critério rígido dos vigários nos registros da cor ou etnia dos nubentes. Embora existissem as

uniões entre indivíduos com estatuto jurídico diferenciado, casaram-se mais escravos com escravas e forros com forras. Por outro lado, o número de forros casados com escravos é quase equivalente ao de forros com forros, o que indica que muitos forros não excluíram uniões com sujeitos de condição jurídica diferente da sua, e mais, talvez esses romances tenham se iniciado ainda em cativeiro. O que ficou bastante evidente foi que os enlaces entre forro/branco e escravo/branco eram raríssimos, talvez reflexos da hierarquia social já citada neste trabalho, e no caso dos forros, frutos das escolhas dos cônjuges por parceiros do mesmo grupo étnico.

Logo, o casamento entre escravo com pessoa de condição jurídica diferente, apesar de mais raro, não foi impossível; computamos 12 casamentos realizados entre escravos e forros e 2 entre brancos e escravos. Para a realização dessas cerimônias os nubentes precisavam estar cientes da condição jurídica de ambos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia não autorizava os enlaces nessas circunstâncias se um dos contraentes fosse cativo e outro não soubesse dessa condição, pois poderia levar ao casamento sob o engano de livre.¹⁷⁴ A legislação também fazia referência ao papel do proprietário de não proibir e proporcionar o “lugar conveniente” para a realização do ritual católico, que por vontade divina era indissolúvel e deveria concretizar o objetivo maior, a reprodução.

Esse tipo de união gera discussão sobre as peculiaridades do convívio entre os cônjuges. Segundo Isabel Cristina Ferreira dos Reis, esse tipo de relacionamento poderia levar o cônjuge liberto ou livre a possibilidade de ser explorado já que “difícilmente poderia exercer qualquer autoridade sobre o seu núcleo familiar [...]”.¹⁷⁵ Leonara Delfino coaduna com essa reflexão e acrescenta que o futuro senhor poderia enxergar potenciais agregados nestes futuros cônjuges, já que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia imputava como obrigação ao cônjuge livre seguir o cônjuge escravo.¹⁷⁶

Nos registros eclesiásticos encontramos o predomínio de casamentos entre homens escravos com mulheres forras, do que homens forros com mulheres escravas. Não obstante, esses arranjos podem ter desencadeado uma luta diária dos cônjuges no mundo livre para acumular pecúlio, e no cativeiro para evitar a venda do seu parceiro e facilitar a aquisição da

¹⁷⁴ CPAB, 1853, p. 116.

¹⁷⁵ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 205.

¹⁷⁶ DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. p.153.

sua carta de liberdade, ou, ainda, para uma união emancipacionista, e assim conceber filhos legítimos e livres do domínio do cativo.¹⁷⁷

Encontramos 22 matrimônios entre escravos de proprietários diferentes que devem ter deparado com os entraves cotidianos de convivência como a mobilidade e a vivência com os filhos. Por outro lado, os entraves não podem ser generalizados, pois muitos dos proprietários eram parentes e viviam em propriedades muito próximas, o que poderia facilitar o convívio dos cônjuges. Outra situação propícia à manutenção das relações era o fato de muitos proprietários residirem em outros locais, ou disporem do tempo entre várias propriedades. Os pesquisadores Castro e Melo, ao estudarem as relações familiares em fazendas absenteeístas em Curitiba constataram que o cotidiano dos cativos nessas condições estava permeado por “regras escravas”, pois o domínio dos proprietários era mais moderado e os casamentos mais precoces.¹⁷⁸ Este panorama supostamente de laços mais frouxos pode também ter aflorado as possibilidades das uniões inter-posses em Caetité.

Mas como se efetivava os enlaces entre crioulos e africanos no contexto de laços mais frouxos de domínio senhorial nas pequenas e médias posses? Temos para o termo de Caetité a experiência da maternidade vivida no que Mary Del Priore chama de “caleidoscópio de situações”, que bem refletia a especificidade do povoamento: uma população constituída entre os livres por uma maioria de pardos; e entre os cativos, por um número superior de crioulos em relação aos africanos. A menor inserção de africanos pode ser aventada pela pouca fortuna dos proprietários, pela distância dos centros de mercado escravista e, ainda, pela reprodução natural para suprir a demanda local. O quadro demográfico é de uma maioria de crioulos, filhos de crioulos e crioulos com africanos.

A formação dos casais observada através da filiação dos contraentes indicou que 35 africanos buscaram manter relações afetivas com africanas. Quanto à procedência étnica não há dados para indicar tal variável, assim como não é possível afirmar que os 66 africanos casados com crioulos, tomaram como regras para essas uniões a escolha dos pares entre os filhos de africanos, ou seja, a primeira geração. Gabriela Nogueira localizou vestígios dessa regra de enlaces entre africanos e crioulos da primeira geração, mas destacou que não foram suficientes para uma constatação mais precisa, por isso presumiu que talvez no enlace entre cativos e libertos essa regra fosse seguida. No que se refere aos enlaces entre africanos, ela

¹⁷⁷ Ver sobre a aliança emancipacionista em SCHWARTZ, Stuart *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁷⁸ LIMA, Carlos A. M; MELO Kátia A. V. de. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteeístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro- Ásia*, 31, 127-162, 2004. Os autores constataram que a participação de crianças nas fazendas absenteeístas era maior, e as razões de masculinidade menores, o que para eles indicava presença da família.

acompanhou trajetórias desses sujeitos no final dos setecentos que demonstraram que a relações matrimoniais firmadas pela comunidade de africanos no alto sertão levavam em conta a mesma ancestralidade e a vivência na diáspora. Enfatizou que o ritual católico para os africanos instalados nas fazendas dos Guedes de Brito foi uma forma de adaptarem a nova realidade no Brasil, e até mesmo uma influência do catolicismo regional.¹⁷⁹

A pesquisa de Isabel Cristina Ferreira dos Reis ao analisar os casamentos realizados na Freguesia da Sé entre 1801-1888 constatou que quase sempre crioulos uniram-se a crioulos africanos a africanos, sendo que aqueles que faziam parte de etnias minoritárias fizeram a opção por africanos de outras etnias.¹⁸⁰ Os dois estudos citados, dizem respeito a realidades bem diversas da que estudamos, embora a região de Gabriela também seja o Alto Sertão, o foco de sua análise são as grandes posses dos Guedes de Brito nos setecentos, quando o tráfico de escravos africanos era constante; e a de Isabel Cristina Reis, o espaço urbano de Salvador, onde havia, junto com o Recôncavo Baiano, o maior índice de africanos.

Já em Caetité, nos registros de casamento, os africanos compuseram 31,96 % dos matrimônios; nas pesquisas de Erivaldo Fagundes Neves corresponderam a 5,3% dos escravos presentes nos inventários, 5,4% nas escrituras e 4,3% nas cartas de liberdade.¹⁸¹ Os números indicam que as escolhas matrimoniais feitas pelos egressos africanos foram possíveis dentro do quadro dominante de crioulos e não a partir das escolhas étnicas entre os “iguais”. Coadunamos aqui com as reflexões de Ana Paula Rangel, para quem as importações de africanos permitiram a composição de casais com origens étnicas diferentes, já que o enlace com uma parceira de mesma origem não seria possível.¹⁸²

Os números de escravos africanos apresentados, não permitem para a região, a teoria de que o tráfico produziu o estrangeiro e dificultou a interação entre africanos e crioulos. No cenário de 1830-1860 o maior número de africanos casados com crioulos, já não evidenciaria as fortes tensões étnicas como artifícios dos senhores para garantir a paz nas senzalas.¹⁸³ O

¹⁷⁹ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 110 -112.

¹⁸⁰ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 100.

¹⁸¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, Editora, 2012, p.124.

¹⁸² RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros*. Termo de Barbacena – 1781-1821. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008, p.150.

¹⁸³ Ver sobre essa discussão sobre família e suas relações com o tráfico atlântico de africanos escravizados em: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de

mais provável é que os jovens africanos que chegaram à região, vários entre 8 e 20 anos de idade, somados àqueles africanos que há anos ali residiam, compuseram comunidades, dividiram lembranças e muitas vezes adotaram a exogamia.

Se tomarmos como referência a afirmação de Hebe Mattos de que os cativos nascidos no Brasil eram mais capazes de proverem recursos e descanso, somados às particularidades da região, como as possibilidades de circulação e coabitação, a ausência de feitor e pouco número de senzalas, podemos presumir que entre os africanos o casamento com o crioulo fosse até desejado.¹⁸⁴

Na documentação eclesiástica utilizada, a hierarquia de cor também não ficou desenhada nas uniões legítimas. Encontramos uma variedade de arranjos, como cabra com crioulo, pardo com cabra, africano e cabra, pardo e cabra, mestiço e cabra, sem disparidade numérica que merecesse maior atenção. Talvez existisse uma hierarquia delegada em função da atividade produtiva desenvolvida pelo cativo, onde se destacaria o escravo especializado, pois no contexto dominante de pequenas posses cabia à maioria dos cativos o desempenho de inúmeras funções.

Faz-se pertinente realçar que a constatação dos casais cativos mostrou que as uniões legítimas estavam presentes nas pequenas, médias ou grandes posses de Caetité, e mesmo com a ameaça de separação das famílias latentes, os escravos africanos e crioulos uniram-se na labuta cotidiana para humanizar o cativo ou libertarem-se dele, assim como as mães que sozinhas ou com seus companheiros empreenderam a difícil tarefa para sobreviver e proteger os seus entes queridos.¹⁸⁵ Mulheres negras que no cativo ou fora dele empreenderam lutas para preservar suas famílias.

2. 2 Diferentes arranjos familiares: mulheres “levadas do amor materno”

Os vestígios deixados sobre a vida familiar e afetiva das mulheres negras, e principalmente das cativas, são tecidos às vezes nas sombras da documentação e só

Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Para esses autores o tráfico atlântico produzia cada vez mais o estrangeiro nas posses dificultando a integração dos escravizados.

¹⁸⁴ Constatamos nos assentos de batismos um significativo crescimento vegetativo entre 1830-1860.

¹⁸⁵ Em Lagarto, Joceneide Santos mostrou que as uniões legítimas ou consensuais eram estáveis. Para o primeiro arranjo 92% das *cativas* conservaram suas relações maritais por mais de cinco anos e as consensuais 65,21% dessas famílias se mantiveram unidas por mais de quatro anos. Quanto às crianças, 87,06% se localizava nas médias posses e estavam acompanhadas de familiares, “mesmo que não fossem de seus pais, contudo poderiam ser tios, tias, avós, dentre outros”. Vide: SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, p. 91-99.

recentemente passaram a ser tema da historiografia. Elas não “existiam” ou eram “coadjuvantes” na historiografia que por muito tempo manteve-se presa ao estudo da dicotomia simplificada – a oposição entre senhores e escravos – ou ainda, do feminino enquanto privado e do masculino enquanto público.

As imagens sobre as mulheres estavam atreladas aos pais, maridos ou senhores, ou às práticas imorais e fortuitas. No entanto, os que os novos estudos indicam são mulheres como chefes de famílias, administrando terras e negócios, mantendo-se com os próprios rendimentos em ocupações variadas nos universo rural e urbano.¹⁸⁶ Emerge dessa nova tendência a mulher negra dentro e fora de contextos convencionais e em diferentes situações conjugais, solteira, casada, amásia ou viúva.¹⁸⁷

Elisângela Ferreira, em estudo sobre as famílias na região do São Francisco chegou à conclusão de que, nos sertões da Bahia, era comum mulheres que se viam sobrecarregadas por “criar sozinhas suas proles ilegítimas, sobretudo nos grupos menos favorecidos, incluindo as escravas”.¹⁸⁸ Isabel Cristina Ferreira dos Reis mostrou que as libertas tornaram-se mulheres empreendedoras que destacaram-se no ramo de serviços na luta para a sobrevivência e para se defenderem das exploração da instituição escravista.¹⁸⁹

Em Caetité as mulheres negras no cativo e no mundo livre foram figuras frequentes nos livros de batismo e casamento, elas apareceram como esposas, mães e madrinhas. No campo e na área urbana atuaram como agentes históricos fundamentais para a dinamização social, econômica e cultural de Caetité, pois assumiram funções como costureiras, criadas, jornaleiras, operárias de metal e de calçado. As trajetórias dessas mulheres cruzam-se nos diferentes espaços da vivência cotidiana, revelando aspectos de experiências coletivas e redes sociais importantes para a manutenção da família. Diante das possibilidades físicas, cotidianas e jurídicas, elas foram responsáveis pelo sustento e inserção dos filhos no mundo religioso, pela transmissão dos costumes e instituição dos laços e redes sociais que poderiam ampará-

¹⁸⁶ PERROT, Michelle. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 89-305; PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998. Da mesma autora ver também: “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva* (org. FREITAS, Marcos Cézár). São Paulo: Contexto, 2000.

¹⁸⁷ COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992; SAMARA, Eni Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: Trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997; SOIHET, Rachel. *História das mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁸⁸ FERREIRA, Elisângela Oliveira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos São Francisco. *Afro-Ásia*, n° 32, 2005, p. 185-218.

¹⁸⁹ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Relações de Gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista*. In: XAVIER, Geovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio (orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 172-185.

los. No caso das mulheres escravizadas todas essas responsabilidades eram complementadas pelos esforços diários para a conquista da sua própria liberdade, e com a maternidade, a liberdade de seus filhos.

2. 2. 1 As mulheres negras dentro e fora do cativeiro

A maternidade aflorou nos diferentes arranjos familiares, entre viúvas, solteiras e casadas, em uniões legitimadas pela igreja católica ou consensuais. Os registros de batismo de Caetitê mostram que a família matrifocal foi predominante entre os escravos, mas, que ela também foi frequente entre a população de cor não escravizada.

Levantamos 608 registros de batismos de filhos naturais de mães livres, e desses, só nove crianças foram declaradas brancas, uma delas de pais incógnitos. Não seria demasiado supor que, como a esmagadora maioria dos filhos naturais eram afro-descendentes, os dados levantados atestariam o baixíssimo nível de uniões legitimadas entre este segmento na localidade em estudo, o que corrobora com os dados disponibilizados pela mais recente produção historiográfica brasileira sobre o tema. Estes dados, contudo, não desqualifica a experiência de vida familiar da população negra no Brasil escravista, pois as uniões consensuais, não legitimadas pela igreja católica predominaram e vem sendo retratadas nas novas pesquisas.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Ver por exemplo: VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009; MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Salvador-BA: Corrupio/CNPq, 1988; IVO, Isnara Pereira, e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006; FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008; CASTELUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume/Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008; DIAS, Maria Odila Silva. *Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil, 1675-1835*. História general da América Latina. UNESCO, v. 3, cap. 14, 2001. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira, e MARTINS, Ilton Cesar (orgs). *Escravidão, mestiçagem, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010; JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlacs: relações de intimidade de sujeitos escravizados, São Luís – Século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2008; SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova

No labirinto do contexto social escravista, muitas mulheres pobres e negras nos oitocentos, exerceram a dupla jornada na administração do lar e na prática de atividades remuneradas realizadas na própria casa, nas feiras livres, vendas ou roças.¹⁹¹ Com a destreza e habilidade para a subsistência, a perícia dos dotes culinários e artesanais, somados a sutileza no comércio e labuta do trabalho conseguiram prover o lar, proteger os filhos e criar espaços de autonomia, apesar das agruras sofridas pelo estigma social de mulher negra. Elas conseguiram dinamizar a economia local, mas fundamentalmente contribuíram para manter as despesas e a sobrevivência dos seus entes queridos.

Esse universo da mulher negra, livre, pobre e trabalhadora pode ser visto no processo movido contra Balbina Maria de Jesus. Em 1854, Florência Maria de Jesus, viúva, descrita como uma mulher honesta, moradora do distrito das Almas, justificava em juízo “*que levada do amor materno*” conduziu o procedimento contra Balbina Maria de Jesus, casada com José Hortencio Marreco. Segundo Florência, no décimo dia do mês de julho, tivera Balbina de tal feito um insulto a Quirina de Sousa e Silva, mulher de seu filho Jose Ribeiro de Moraes, que frouxo nada fez, restando a ela, a mãe, proceder à queixa. Segundo Florência, a ofendida teria encontrado a acusada na beira do Gavião, na altura da estrada que se segue a Serra Talhada, e pelo “gênio perverso e má condicção, com mais offensa, investio [...] dando lhe bofetadas na face alem de romper seos vestidos, dirigindo-lhe diatos injuriosas, insultantes em face de testemunhas”.¹⁹²

Uma das testemunhas do processo foi a parda Francisca de Chagas das Neves, de trinta e seis anos de idade, casada, moradora no distrito de Paz das Almas, que declarou viver de lavoura e em companhia de seu marido. Francisca relatou que Balbina perguntou a Maria (testemunha) se sua comadre Quirina havia assado biscoito em seu forno e a mesma respondeu que não sabia, ficando a ré assentada na estrada à espera de Quirina. Balbina ao encontrar Quirina teria pedido para não assar mais biscoito no seu forno e obteve como resposta a acusação de que ela andava atrás do seu marido. Teria sido nesse momento que Balbina investiu “ferozmente” sobre Quirina na frente das testemunhas, que ela a depoente, não sabia dizer quem eram por ser forasteira. Acrescentou ainda, que ouviu dizer que Balbina

Fronteira, 1998; ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁹¹A realidade vivenciada pelas pessoas do termo de Caetité era muito mais variada do que o modelo de pater família, ou seja, aquela que pressupunha a submissão de parentes e dependentes ao patriarca. Esta categoria de família foi realçada por Gilberto Freyre na vivência no conjunto casa grande/senzala. Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

¹⁹² APB. Seção Judiciário. Processo Crime de 1854. Série: Imperiais-Calúnia. p. 3.

teria providenciado três navalhas e camaradas para assassinar a ofendida e de passar para a Chapada.¹⁹³ Seguindo o relato, Francisca disse saber que a ofendida é casada com Jorge Ribeiro de Moraes, e que este é pessoa destituída de bens e fortuna e que por isso não pode perseguir a agressora de sua mulher.

O processo mostra logo no começo algumas particularidades do cotidiano feminino, mulheres circulando em áreas próximas as fontes para labuta doméstica ou para a produção de gêneros alimentícios para o consumo e talvez para o comércio. Foi nesses espaços de convívio social de trabalho que comadres e vizinhas, livres e cativas firmaram laços e acirraram disputas e intrigas.

Outros elementos no processo chamaram atenção, como a alegada incapacidade do provedor varão de sustentar e defender a família, a participação feminina nas despesas domésticas e a obstinação de preservar o casamento da calúnia ou do fim, uma instituição importante para a sobrevivência de muitos homens e mulheres do período.

É interessante também perceber neste caso, a capacidade feminina de liderança e de protagonismo do seu destino, visíveis nas decisões para equacionar suas intrigas e desavenças cotidianas e judiciais, arrumando mecanismos para resolver suas querelas na ilegalidade com camaradas e navalhas. Quanto à fuga para a Chapada, parece um refúgio corriqueiro para os delitos na região, já que ainda neste capítulo mostramos o caso do escravo Fidelis, cuja proprietária havia fugido de Caetité para Mucugê, para esquivar-se dos débitos do marido.

As outras testemunhas do processo eram todas pardas livres, duas viúvas e uma solteira, que se identificaram como provedoras, pois viviam de negócio, de fiar e tecer ou de aguarias. A ré também se incluía nesse mundo do trabalho, pois mesmo casada, seu advogado usou a justificativa de ser um crime de “tão pouca monta” que a ré ao vir a pé do local onde residia até a vila, se achou privada de sua liberdade sendo necessária sua restituição aos seus inocentes filhos que se encontravam “em Santo Antônio sofrendo talvez a falta de alimentos”.

Balbina e todas as testemunhas que são citadas no processo são exemplos da inserção das mulheres negras e livres no mundo de trabalho, elas atuaram em diferentes atividades no espaço rural e urbano. Mas, se a atuação dessas mulheres foi fundamental para dinâmica socioeconômica da vila de Caetité e para o amparo dos seus familiares, o papel das mulheres cativas traduz exatamente essa mesma dimensão.

¹⁹³ A atual cidade de Mucugê localiza-se na Chapada Diamantina (Bahia), e foi durante o século XIX uma importante área de mineração de ouro e diamantes. Desmembrou-se de Minas de Rio de Contas quando foi elevada à vila em 1847. As informações sobre a localização estão disponíveis: <http://cidades.ibge.gov.br>.

A historiografia vem demonstrando que as mulheres cativas foram fundamentais para a preservação da família e se destacaram na aquisição de alforrias e de pecúlio, mesmo com as adversidades impostas pela hierarquia de gênero.¹⁹⁴

Esse perfil da mulher cativa como agente histórico está retratado também por pesquisas em várias regiões do Brasil, entre elas, está a de Maria Odila Leite, que em estudo sobre região Sudeste, perscrutou na documentação mulheres cativas africanas e crioulas que transitavam pelas ruas e campos de São Paulo, em atividades importantes no mundo do trabalho, no campo religioso e social, ou seja, nos espaços de vivência cotidiana.¹⁹⁵ A autora mostrou como essas mulheres foram protagonistas de diferentes formas de resistência, entre elas, a fuga no intuito de preservar a família e a luta diária contra as ofensivas violentas dos senhores.¹⁹⁶

Na mesma perspectiva, Cecília Moreira Soares, apresentou mulheres negras cativas e libertas presentes no ganho de rua na cidade de Salvador no século XIX.¹⁹⁷ Joceneide Cunha, em estudo sobre a vila de Lagarto em Sergipe realçou o papel das mulheres cativas africanas e crioulas no mundo do trabalho, nos afazeres domésticos, nos cerimoniais religiosos, na formação das famílias e nas estratégias para mantê-las.¹⁹⁸

Verificamos para Caetité oitocentista um universo de trabalho intensificado pela presença das mulheres escravizadas. Os principais produtos da região como o algodão e a mandioca, e seus derivados, como o tecido e farinha, demandavam a mão-de-obra hábil e precisa das escravas que muitas vezes contavam com a companhia dos filhos ou dos pequenos órfãos na primeira infância. Sua presença na região e seu valor no mercado escravista são atestados nos documentos com muita frequência.

Nos registros cartoriais de Caetité identificamos 200 escrituras de compra e venda de mulheres entre 1830-1860. Os números mostram que elas foram negociadas em todas as fases da vida e algumas delas várias vezes; as mais vendidas estavam entre um e vinte anos de

¹⁹⁴ Ver sobre mulheres e trabalho: BAKOS, Margareth M. “Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVI, n° 7, p. 47-55, jul.-dez. 1990; FIGUEREDO, Luciano; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Quitadeiras e quitutes; um estudo sobre a rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n° 54, p. 50-61, 1985.

¹⁹⁵ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 57, p. 281-300, 2007.

¹⁹⁶ DIAS, MARIA Odila da Silva. “Escravas, resistir e sobreviver”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-363.

¹⁹⁷ SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador do século XIX. *Afro-Ásia*, n° 17, p. 57-8, 1996. DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁹⁸ SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

idade, portanto, várias crianças foram afastadas do convívio materno em alguma fase da vida. As mulheres cativas também estavam nos livros de débitos e hipotecas onde apareceram 42 vezes em 87 escrituras e 20 vezes nas 38 escrituras de doações. O menor preço das escravas em relação aos homens, bem como a capacidade de gerar filhos, foram atrativos significativos para o expressivo número de mulheres nas posses de escravos em Caetité, ou negociadas através do tráfico interno.¹⁹⁹Essa discussão sobre o tráfico será aprofundado no terceiro capítulo deste trabalho.

Outro aspecto relevante é que as mulheres cativas possuíam um leque amplo de atividades laborais, nas fontes pesquisadas elas aparecem costurando, lavando, passando roupa, na produção do fubá e da farinha de mandioca, no processamento do café, na lavoura do algodão ou como ama-de-leite. Em Salvador, Cecília Soares²⁰⁰ encontrou amas-de-leite que eram alugadas, em Caetité também encontramos o registro de aluguéis de escravas nos livros de matrícula da Escola Particular de Primeiras Letras, só não pudemos constatar quais eram as atividades exercidas pelas mesmas. O que foi possível presumir, mediante os prazos e valores anotados nos contratos de aluguéis, é que essas mulheres podiam viver um bom tempo sobre o teto do locatário, ou dispor de uma maior possibilidade de aumentar suas redes de sociabilidades pela mobilidade em diferentes espaços da vila.

A historiadora Fátima Pires, em estudo sobre escravos em Caetité e Rio de Contas mostrou como homens e mulheres escravizadas ampliaram seus espaços de circulação com eventos que demandavam o trabalho de “mutirão” como preparativos festivos, onde muitas vezes afloravam tensões do cotidiano do cativo ou fora dele, como intrigas estabelecidas entre livres, ou desses com cativos.

Um dos processos que a autora analisou para entender aspectos relacionados ao trabalho compulsório nos espaços das práticas cotidianas foi o de Albina, que decorreu em 1843 no termo de Rio de Contas, e que resolvemos transcrever e analisar.²⁰¹ Justificamos nossa escolha pelo recorte temporal da nossa pesquisa, pela proximidade da região (da qual Caetité se emancipou) e pela importância dos vestígios sobre o matrimônio.

¹⁹⁹ Para Erivaldo Fagundes Neves, tem algumas razões para a existência de um grande número de mulheres escravas sendo comercializadas como o perfil demográfico de Caetité e o menor preço delas em relação aos homens. NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000), pp. 97-128.

²⁰⁰ SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, Dissertação (Mestrado, Departamento de História) 1994. Julita Scarano observou que “para os donos, a maior serventia das crianças nascidas no lugar era o fato de tornar possível a existência de uma ama de leite para alimentar seus filhos”. In: Del Priore, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p.114.

²⁰¹ Processo Crime de 9/12/1843. Série: sumário de culpa, p. 2-3. In: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003. p. 221-222.

Albina era escrava de Dona Rosa Joaquina de Almeida, e foi acusada de assassinar com o uso de uma faca Eduvirges crioula, escrava de Dona Maria Thereza do Carmo. No processo Albina se identificou como casada, habilidosa em coser e tecer e como filha legítima de Joaquim Índio e de Ponciana Crioula. Relatou que estava na casa de Dona Theresa do Carmo, proprietária da escrava Eduvirges para fazer farinha, onde teria ferido Eduvirges próximo a uma pimenteira. Quando inferida se a falecida teria alguma inimizade respondeu “[...] bater boca com as pareceras dela, e que ella Re nam gostava da dita falecida Eduvirges por razam de seu marido[...]”.

Novamente aparece nesse processo, como no de Balbina analisado anteriormente, o encontro de mulheres com diferentes condições jurídicas para execução de atividades nos mesmos espaços sociais. Neste caso em especial, as habilidades citadas (coser e tecer) como referências do perfil da ré, pode indicar um diferencial no cativo, possibilitando inclusive, o aluguel dessa escrava ou maior mobilidade pelos espaços da vila. Certamente Albina, além das habilidades para o mundo de trabalho, das questões afetivas com o marido, soubesse da importância do matrimônio como possibilidade de hierarquia social, tanto que fez questão de identificar-se como casada, e também como filha de um casal legítimo.

Ao apontar o assassinato por ciúmes do marido, mostra ainda a preocupação de preservação do próprio casamento que franqueava aos nubentes certa mobilidade espacial, possibilidade para o acúmulo de pecúlio com a realização de atividades desenvolvidas pelos dois cônjuges, melhorias no cativo como um espaço privado para dormir, bem como a presença de dois responsáveis pelos filhos. Mas outra questão chama atenção, o fato de duas gerações (pais e filha) contraírem o casamento oficial, um indicativo de que talvez os pais orientassem os filhos para essa prática, como uma possibilidade de benefícios sociais e materiais citados anteriormente.

Sobre filhos de escravas, estudos que tratam sobre as mulheres no sertão, como os de Miridan Knox Falci, destacaram que os escravos, muitos nascidos no sertão, eram filhos de mulheres escravas com grandes proles.²⁰² Em Caetité, a maioria das mulheres cativas solteiras ou casadas que encontramos nos registros de casamento e batismo, tinha um ou dois filhos; aquelas que aparecem com um número maior de filhos, apresentavam pausa regular entre eles, ou seja, o intervalo entre os partos era de dois anos. Identificamos que as escravas com mais de três filhos estavam nas médias ou grandes posses de cativos.

²⁰² FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: Priore, Mary Del (org). *História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 244.

A nossa documentação de batismo não indica as idades dessas mães, mas tomando como base os livros de notas, presumimos que as mães cativas teriam como início da maternidade os quinze anos de idade, e como idade limite os quarenta anos. Para chegarmos a essa possibilidade alçamos mão da seguinte metodologia: separamos os escravos que foram vendidos em tenra idade, identificamos os nomes das mães, depois as procuramos também entre as escravas negociadas nas escrituras de compra e venda, ou presentes nas cartas de liberdade. Para evitar maiores erros, pela presença dos homônimos, tomamos como critério a identificação do proprietário. Nos registros de batismos para identificar escravas com maior número de filhos também nos guiamos pelo nome do proprietário para as solteiras, e para as casadas usamos o nome do esposo.

Com poucos ou muitos filhos, as mulheres cativas da região assumiram o papel de mãe e pai, protegendo os seus filhos de possíveis infâmias, da fome, do cativo e da ausência de afeto. Papel intenso e difícil com a iminente ameaça da perda do filho pelas circunstâncias de uma infância insalubre no cativo, onde as crianças estavam constantemente suscetíveis às doenças ou a negociação.

Para Isabel Cristina Ferreira dos Reis, a mãe foi a figura mais presente na criação dos filhos, e teve seu papel acentuado com os diferentes mecanismos para manter os laços familiares; mas a situação oposta de desistência da maternidade também foi uma alternativa escolhida. Segundo a mesma pesquisadora,

Não foi raro a mulher escrava desistir da maternidade, a fim de evitar a possibilidade de viver situações desesperadoras [...] de ver a si e a seus filhos completamente sujeitos às infelicidades de *um mal cativo*, submetidos a toda sorte de exploração e maus-tratos, quase sempre sem ter a quem recorrer.²⁰³

A vivência dos filhos com as mães cativas que optaram pela maternidade, quando possível, foi intensa e diária. Muitas dividiram os cuidados com a gestação e a labuta diária, acompanhadas por outros filhos menores. Mesmo nos casos de partilhas dos bens de um proprietário de escravos, quando podia ocorrer a separação de pessoas que faziam parte de um mesmo núcleo familiar, várias crianças conseguiram conviver com seus familiares, já que, foram destinadas pela partilha a novos senhores que eram parentes do antigo dono e que

²⁰³ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX. Salvador: *Centro de Estudos Baianos*, 2001, p. 114. Ver também: GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica do estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988; MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência: A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

muitas vezes moravam no mesmo espaço físico.²⁰⁴ Como exemplo temos Justina, uma criança de 10 anos de idade, escrava de José Antônio de Oliveira, estimada no valor de quatrocentos mil reis, passada em escritura de doação como dote para o genro do proprietário, o senhor Joaquim Pinheiro de Azevedo. À época da doação não havia escrivão para realizar o registro da escritura, e por isso, em 1856 ratificaram a doação e confirmaram que Justina, já com vinte e quatro anos, e todos os seus filhos pertenciam ao casal, pois foram geradas após a doação.²⁰⁵ Outro exemplo é Francisca crioula, 24 anos de idade, doada com o “feto” para Ana Delfina, filha do proprietário.²⁰⁶

Constatamos ainda, que entre as mães escravizadas com mais de um filho, pelo menos um era mantido em sua companhia nos primeiros cinco anos de vida, as evidências desse convívio familiar aparece nas escrituras de venda, doação ou nas cartas de liberdade. Há nesses documentos a identificação da mãe como escrava do senhor que está alforriando ou vendendo, portanto a partir da filiação e da idade da criança computamos o período de vivência. Observamos que algumas mães não são mais escravas da mesma posse dos seus filhos negociados ou alforriados, mas são conhecidas e citadas com a identificação do novo proprietário entre os parentes do antigo senhor.

Muitas dessas mulheres exerceram a maternidade e conseguiram conviver intensamente com a sua prole durante o tempo que lhes foi permitido. Outras prorrogaram esse tempo de convívio como os filhos através de estratégias tecidas ou franqueadas pelo trabalho ou pelo convívio mais próximo com os senhores. Esse é o caso das escravas Balbina de 30 anos de idade e também de Sebastiana de 39, as duas com seis filhos. A composição das duas famílias aparecem no *gráfico 2* abaixo:

²⁰⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.101-117.

²⁰⁵ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato n°15 (1856-1858), p.16.

²⁰⁶ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato n°10 (1843-1845), p.25.

Gráfico 2: Filhos das escravas Balbina e Sebastiana



Fonte: APB: Inventário de Nazaria Maria de Jesus, 1875; livros de batismo da Cúria da Igreja Matriz de Caetité, 1830-1860.

É possível que os filhos das duas escravas que aparecem no gráfico fossem frutos de uniões consensuais reconhecidas na posse. Outro detalhe importante é o convívio dos pais e filhos e, conseqüentemente de irmãos de faixas etárias diferentes, por um tempo capaz de consolidar vínculos parentais. Solange Pereira Rocha em estudo sobre Paraíba também constatou que algumas unidades familiares além de estáveis atingiram gerações;²⁰⁷ Napoliana Santana chegou à mesma conclusão em estudos sobre a população cativa em fazendas do Rio das Rãs no alto sertão da Bahia.²⁰⁸ Este trabalho desde o primeiro capítulo vem demonstrando vestígios dessa realidade em Caetité.

As duas famílias apresentadas no *gráfico 2* ainda permitem reiterar a importância dos ofícios e do trabalho doméstico para angariar melhorias no cativeiro e preservar por mais tempo possível a família unida. Balbina e suas filhas Gertrudes e Justina foram identificadas

²⁰⁷ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 189.

²⁰⁸ SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Currealinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850–1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

como escravas do serviço de casa; já Sebastiana aparece com tecelã, seu filho Galdino como vaqueiro, e sua outra filha, Maria, no serviço doméstico.

Outro vestígio dessa experiência familiar mais duradoura, entre mãe e filhos escravizados, aparece entre os escravos alforriados pelo “amor de criação”. Muitas dessas crianças continuaram em companhia das mães cativas na mesma propriedade, a exemplo de Fellipa crioula de doze anos, “cria” de Luis Álvares Lobato, que recebeu sua carta de alforria condicionada a acompanhá-lo enquanto vivo.²⁰⁹ Fellipa foi alforriada sob condição, o que significa pensar que ela continuava sob a dominação e exploração senhorial; com certeza era uma forma de controle bastante eficiente, uma vez que a carta de alforria podia ser revogada por “ingratidão”. Outro aspecto importante é que a alforria não dá garantias de que o senhor não pudesse vender a mãe, mas como bem observou Kátia Almeida, as manumissões eram adquiridas sob condições que interessavam a escravos e senhores, logo, o caso de Fellipa, pode ter sido fruto de uma série de negociações que permitiram o convívio de doze anos entre mãe e filha, período que foi fundamental para estreitar laços e traçar projetos de vida, como a liberdade.²¹⁰

Outra situação é a de Claudina cabra, escrava de Maria Theresa de Lacerda que recebeu a carta de liberdade com a condição de servi-la enquanto viva, ficando escravo “o filho que dará lús de que se acha pejada”. Acreditamos que o lado menos cruel da situação é aventar a possibilidade de a mãe, sob essa nova condição, ter mais oportunidade de trabalhar na perspectiva de alforriar o pequeno.²¹¹

Ainda temos situações em que mulheres escravas assumiam funções de mães criadoras, ocupando o papel materno, conferindo afeto e zelo pela criança branca, como Desideria, escrava de Ancelmo da Cruz Prates, que recebeu sua carta de liberdade pelos bons serviços, por ter “criado uma filha com todo amor”. O todo amor não é uma justificativa corriqueira como os bons serviços, o desempenho de Desideria como cativa extrapola o campo de uma simples escrava-criada.²¹²

Entre as mães criadoras, estavam também aquelas escravas que assumiram filhos de companheiras de cativeiro vendidas ou que foram vítimas de um parto complicado. Encontramos o batismo de um órfão, filho natural de uma mãe falecida em trabalho de parto, e nas fontes cartoriais vimos registros de mães falecidas de cativos.

²⁰⁹ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelação nº 14, 1837, s/p.

²¹⁰ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Salvador, Dissertação de Mestrado em História Social, UFBA, 2006.

²¹¹ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelação nº 06, 1839, s/p.

²¹² APB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelação nº 04, 1831, p.103.

Acreditamos que os laços familiares entre mãe e filhos escravizados foram fundamentais para a preservação dos elementos culturais, para diminuir o sofrimento da vida em cativeiro, para firmar laços mais amplos com outros escravizados da mesma comunidade e para permitir uma experiência de infância aos pequenos escravos.

Maria Cristina Luz Pinheiro, ao estudar as crianças escravas em Salvador, concluiu que desde muito cedo elas estavam inseridas no mundo do trabalho, portanto, “a ideia de criança brincando” não se aplicava a experiência da criança escrava do espaço urbano de Salvador.²¹³ Já em Caetité, acreditamos que muitas crianças sozinhas ou em companhia das mães, puderam nos terreiros das fazendas ou em outros espaços como riachos e campos da propriedade, criar espaços para as experiências lúdicas, ou mesmo desfrutá-las em outras oportunidades como festas religiosas onde brincavam com outros cativos, muitos primos e irmãos, além de outras crianças libertas e livres. Se o cativeiro negou a infância, a família com certeza a apresentou, pois se os senhores viam os pequenos escravos como crias, as mães viam como filhos.²¹⁴

2. 3 As uniões consensuais e a figura paterna: vestígios de família

A historiografia baiana, com trabalhos como o de Kátia Mattoso, constatou que as relações consensuais ou concubinato foram uniões comuns entre a população negra e branca da Bahia.²¹⁵ Em Caetité elas também foram frequentes entre a população livre e cativa, mas oficialmente só aparecem nas escrituras de habilitação e reconhecimento de filhos entre os sujeitos brancos e pardos livres.

Todas as escrituras de habilitação de filhos que consultamos traziam a fragilidade humana como justificativa para a relação consensual e demonstravam a preocupação com a transmissão da herança aos descendentes, como foi declarado por João José Alves, morador no Tamburil, distrito de Bonito do termo de Caetité. Em 1857 ele compareceu ao cartório, identificou-se como solteiro e passou a escritura de habilitação e reconhecimento com a justificativa de que por fragilidade humana tinha dois filhos nascidos do ventre de Anna Rodrigues, uma mulher parda, que de “porta adentro” vivia em sua casa há doze anos. Ao passar o documento declarou ainda que era pai do filho do qual ela estava “pejada”, de

²¹³ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro-Ásia*, 32 (2005), p.159-183.

²¹⁴ Ver sobre a criança escrava: GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 177-191.

²¹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Benedito de 7 anos e Joana de 4 anos e de “todos aqueles que o mais tiver como seus herdeiros”.²¹⁶

Entre as uniões consensuais, acreditamos que casos como de Isabel cabra, uma mulher que batizou em 1833 e no mesmo dia seus cinco filhos, podem ser indicativo de sua presença entre os cativos.

Isabel ex-escrava de Bernardino de Brito Gondim gerou Isa, Samuel, Simião, José, Brisido e Dionísio, todos batizados como filhos naturais nascidos enquanto cativa. A consulta nas cartas de liberdade não permitiu encontrar Isabel e o seu proprietário, por isso não conseguimos precisar maiores dados sobre a sua família, mas, como os pais e senhores tentavam seguir a regra de batizá-los nos primeiros dias ou meses de vida, acreditamos que entre os nascimentos dos cinco filhos o intervalo entre os partos fosse de um ou dois anos, e que, talvez ela cultivasse um relacionamento estável. Acreditamos nessa hipótese porque encontramos muitos escravos que permaneceram anos na mesma propriedade, o que possibilitaria manter relações estáveis. Esses escravos nasceram e cresceram nas fazendas e transmitiram traços culturais e seus ofícios para os filhos e demais descendentes por gerações.²¹⁷

Outro exemplo é o de Josefa crioula, escrava de Clemente José Ribeiro Guimarães, mãe de quatro crianças geradas em sete anos, ou de Catharina africana, escrava de Clemente Garcia Leal, que batizou em cinco anos seus três filhos. Essas crianças batizadas no primeiro ano de vida talvez fossem filhos de uniões estáveis.

Boa parte das uniões consensuais entre a população negra cativa permitiu o convívio das crianças com os dois genitores, que assim como os pais legítimos, viam-se na obrigação de realizar o primeiro compromisso com os filhos – o ritual do batismo. Nos livros de batismo encontramos registros de filhos naturais com o nome dos dois progenitores ou só do pai, o que pode ser um indício da presença paterna e de união consensual.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia asseverava sobre a situação em que se o batizado “não for havido de legitimo matrimonio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notória, e sabida, e não houver escândalo;

²¹⁶ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 14, p. 67-69.

⁹⁰ Ver: NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) –Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010, p. 92-93; SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Curalinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010, p.190.

porem havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mai [...]”. Por outro lado, o mesmo documento estabelecia punições sociais importantes como pagamentos e excomunhão para os livres, prisão para os cativos e recomendações para “cessar o escândalo”. Aos cativos, considerados seres rudes, alertava sob o estado de condenação dos mesmos por praticarem o “amancebamento” e da necessidade de repreensão por seus senhores. Esse regimento foi mais um componente importante para a não oficialização dos arranjos consensuais na documentação.²¹⁸

Os 334 registros dos escravos casados, presentes nos livros de casamento e batismo da Freguesia de Sant’Anna em Caetitê, podem indicar que muitos pais escravos geraram filhos e participaram da criação dessas crianças em algumas fases de suas vidas, ou pelo menos até algum mecanismo da instituição escravista afastá-lo.²¹⁹ Em alguns casos o pai das crianças no cativo era o próprio proprietário, por isso achamos prudente apresentar, apesar do recuo temporal, o enredo do testamento de Francisco Pereira de Barros que declarou ser solteiro e pai de oito filhos mulatos que seriam seus beneficiários. Seus descendentes segundo a professora Helena Lima misturaram-se às famílias que chegaram à região do Alto Sertão da Bahia, como os Pereira Castro e Xavier, no decorrer dos oitocentos. Parece-nos que o casamento foi para os filhos mulatos de Pereirinha, uma porta para inserção no mundo social dos livres.

Seu testamento dizia:

[...] tendo de presente, seis filhos machos mulatos, que os houve, de três negras, minhas escravas. De uma por nome Serafina negra mina, tendo o mulato que se chama Francisco, e dos mulatos o mais velho; e tenho de outra escrava por nome Maria três filhos mulatos, um se chama Gabriel, outro José e outro Faustino, tenho mais desta mesma escrava Maria, duas filhas mulatas, uma se chama Maria, está casada com Bernardo Barbosa de Castro, outra chama-se Ângela, está solteira e assim tenho mais dois filhos mulatos da defunta Luiza, Joãozinho e Bernardo. Declaro que a negra Serafina tem mais um filho mulato que se chama Felipe, este deixo forro e ordeno que se lhe dêem um Cavallo e uma espingarda...

[...] também deixo forra a mulata filha de Maria que se chama Anna e o filho ou filha que parir em doze de novembro deste ano e a filha mais moça de

²¹⁸ CPAB, 1853, p. 30.

²¹⁹ Ver: JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados*, São Luís - Século XIX. São Luís: EDUFNA, 2008, p.121-169. Sobre a figura paterna, a autora enfatizou que apesar da dificuldade de ser encontrada, em algumas situações ela é visível, como nos processos de reconhecimento e guarda de filhos na justiça. Isabel Cristina Ferreira dos Reis destacou a ausência paterna em decorrência do tipo de fonte utilizada, já que, a preocupação dessas fontes é o vínculo da mãe, de onde era estabelecida a condição do filho. Vide: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, p. 34-35.

Serafina chama-se Antonia, a esta deixo quatrocentos mil réis para o seu casamento se ella fizer por viver honrada, e se não lhe dê nada.²²⁰

Todos os seus filhos foram concebidos fora das normas da religião católica, alguns deles talvez tenham sido gerados através de relações não consentidas pela mãe, mas fruto do exercício do poder senhorial. Por outro lado, o relacionamento com o pai/proprietário poderia viabilizar para os sujeitos envolvidos benefícios como maior mobilidade espacial ou mesmo a conquista da alforria. Para Robert Slenes, a alforria ao parente cativo do proprietário, na maioria das vezes, deveria “ser representada pelo senhor sempre como concessão ou dádiva”.²²¹

Com a escrava Maria, Francisco Pereira de Barros teve cinco filhos, sinal de um convívio pessoal por um período significativo. Mesmo assim, ele a manteve em cativo, assim como as outras mães e seus filhos, o que pode ser indicativo de uma relação de poucos laços afetivos.

Seu testamento também deixa claro que o casamento era um ritual importante e caro para as mulheres, e neste caso a espécie de dote, os quatrocentos mil réis deixados para Antônia, filha da escrava Serafina, seria um item crucial para realizá-lo.²²² No entanto, o dinheiro estava condicionado ao seu “bom comportamento”, ou seja, “se ella fizer por viver honrada”, do contrário cabia-lhe a exclusão material e moral.

Outro exemplo dessa filiação senhorial aconteceu no sítio Canabrava, onde Maria parda, recebeu a carta de liberdade em 16 de abril de 1822, com cópia lavrada em 7 de março de 1840. O proprietário Joaquim Alves de Coelho justificou a carta de liberdade por desengano de consciência:

Maria parda sua cria filha natural de Teresa que foi sua escrava e hoje se acha forra e casada com Jose Ramos, e por estar casada com o dito Ramos lhes entrego da dita menina para criarem até o tempo de eu poder casa-la pois a reconheço por minha filha natural tida com a dita Teresa no tempo dela solteira e eu viúvo [...].²²³

²²⁰ SANTOS, Helena Lima. *Caetité “Pequenina e Ilustre”*. 2ª Ed. Brumado- Ba:Ed: da Tribuna do Sertão, 1995, p.111.

²²¹ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (orgs.). *História da vida privada no Brasil*, 2: Império – a corte e a modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 260.

²²² Quanto aos dotes de casamento encontramos na documentação cartorial escrituras de contrato de casamentos dispensando o dote como o trecho a seguir: “Se acham contratados se receberem por marido e mulher ante os altares por carta de arras estando ela contratada com seus bens que são escravos: Joana africana, Florinda crioula, Sisnanda crioula, Benedito, Manoel e Athanasio, duas moradas de casa e parte de terra na Fazenda Boa Vista e que dispensava o dote[...]”. APB. Livro de Nota de Tabelionato nº 10, (1843-1845), s/p.

²²³ APB. Livro de Nota de Tabelionato nº 06, (1837-1840), s/p.

Para Joaquim Alves o casamento era algo relevante. Ele fez questão de citar seu matrimônio e o da escrava como referências para a carta da criança e para a relação que manteve com a cativa, onde enfatizou a ausência de adultério tanto em relação a sua esposa, já que era viúvo, como para Teresa, que no momento era solteira. Se por um lado, o casamento da filha aparece como condição que define bem o campo de força do senhor/proprietário, por outro lado, em alguma medida, ele cumpria a obrigação de zelar pela manutenção da honra, moral e bons costumes da sociedade em que estava inserido. Se não teve interesse em manter o relacionamento havido com a sua ex-cativa, pelo menos deu algum amparo a sua descendente, talvez verdadeiramente imbuído por sentimentos cristãos ou “por desengargo de consciência”.

Todos os arranjos familiares que acabamos de citar, com seus respectivos sujeitos identificados, demonstram como o universo familiar de Caetité era diverso, portanto, as estratégias de sobrevivência e manutenção desses laços ocorriam a partir de múltiplas experiências e em diferentes espaços de vivência. Esses laços, firmados através do convívio diário, da consanguinidade, do compadrio, da união consensual ou legítima, foram cruciais no cenário das manumissões e do comércio de cativos. É sobre isso que se apoia o capítulo seguinte.

3 FAMÍLIA, TRÁFICO E LIBERDADE

As famílias cativas da Vila de Caetité viveram sobre a penumbra constante e devastadora do tráfico interno de escravos e, paralelamente, sob o iminente alvorecer da liberdade. O paradoxo do cativo e da liberdade permeava as ações dos sujeitos e delimitava claramente sonhos empreendidos no seio da família escrava.

É nesse limite entre o comércio de escravos capaz de desbaratar laços sanguíneos e afetivos, e a carta de liberdade de projetá-los com mais nitidez, que debruçamos neste capítulo sobre o papel da família.

3. 1 Tráfico e família

A partir de meados do século XIX, a Bahia foi cenário da crise econômica que se abateu sobre o seu território e afetou a produção e venda de seus principais produtos voltados para o mercado externo, como o açúcar, o algodão e o fumo. Essa crise ocorreu também em decorrência de fatores internos como secas, epidemias, guerras, e podemos mencionar ainda, os impactos causados pela suspensão definitiva do comércio transatlântico de cativos em meados do século XIX, onde a produção fumageira baiana tinha o seu principal mercado consumidor.²²⁴

Neste cenário de crise, a província da Bahia assumiu o papel de região fornecedora de mão de obra cativa para o Sudeste do Brasil, sobretudo a partir da suspensão do comércio atlântico de escravos. Segundo Bert Barickman os proprietários das grandes posses conseguiram manter por mais tempo os seus escravos, o mesmo não aconteceu com os proprietários das pequenas e médias posses que compunham o cenário típico das áreas do alto sertão como Caetité.²²⁵

²²⁴ Ver sobre a crise da economia baiana ao longo do século XIX: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

²²⁵ Ver: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Do mesmo autor: “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999) p.197,200, 201. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. 1 ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 21; Ou do mesmo autor: “Sampauleiros, traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000) p.108-116; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*, 1990; ANDRADE, Rômulo. Havia um

Erivaldo Fagundes Neves destacou o crescimento do comércio de escravos nos sertões da Bahia a partir de 1850, onde cativos eram adquiridos por comerciantes e empresas sertanejas para a reposição de mão-de-obra e para atender a demanda do comércio interprovincial. Segundo o mesmo autor, Caetité ampliou o seu papel no comércio interno de escravos com a expansão do tráfico intra-inter regional e com a demanda de mão-de-obra para a produção cafeeira no Sudeste brasileiro. As pesquisas desenvolvidas pelo autor mostraram que entre 1874-1884 a maior concentração de cativos negociados estava na faixa etária entre 21 e 30 anos de idade, e da amostra de 287 escravos vendidos por procuração, só dois eram africanos.²²⁶

O predomínio de crioulos, escravos nascidos no Brasil, também foi absoluto na primeira metade do século XIX. A região de Caetité ficava distante das praças de venda de escravos, e por isso refletia no preço dos cativos os custos dessa situação, desta maneira, desenvolveu-se uma dinâmica de abastecimento de mão de obra estimulada pela compra de escravos em Salvador, no interior da própria região ou de províncias mais próximas. Mas, para preservar a posse de cativo, prover mão-de-obra e atender a demanda do comércio de escravos, o casamento e a reprodução natural foram alternativas estimuladas pelos proprietários.

No decorrer deste trabalho, vimos apontando o crescimento vegetativo importante da população cativa entre 1830-1860, e um número expressivo de escravos adultos como padrinhos, cônjuges e pais nos documentos eclesiásticos. Todos esses sujeitos tiveram em algum momento as suas vidas entrelaçadas ao mercado interno de escravos com a venda de um parente ou amigo de cativo.

Entre 1830-1860, nas 418 escrituras de compra e venda analisadas, encontramos 362 escravos nascidos no Brasil: 214 crioulos, 89 cabras, 14 pardos e 13 mulatos. Do total absoluto de escrituras separamos 32 africanos, o que é um número importante tendo em vista a política de cessão do tráfico internacional, e o percentual que esses escravos representavam entre os africanos batizados no mesmo período. Eles corresponderam quantitativamente a 23,53% do total de 136 escravos africanos encontrados nos livros de batismo.

Os escravos africanos e crioulos eram negociados em todas as faixas etárias e muitas vezes em leilões em praça pública pelo próprio proprietário, pelos procuradores e por empresas. Entre aqueles escravos que conseguimos precisar a idade, os mais procurados

mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *LOCUS: Revista de História*, 4 (1): 93-104 (1998), p.102.

²²⁶ NEVES. Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, nº. 24, 2000, p. 99.

encontravam-se entre 1 e 20 anos de idade. A faixa etária dos menos suscetíveis a venda estava acima dos 50 anos de idade.

Tabela 9: Comércio de escravos em Caetité (1830-1860): Gênero X Faixa etária

Faixa etária	MULHERES		HOMENS	
	Nº	%	Nº	%
1 a 9	70	35	55	25,70
10 a 20	46	23	61	28,50
21 a 30	20	10	24	11,21
31 a 49	20	10	17	7,94
50+	6	3	4	1,87
Adulto- maior	1	0,5	1	0,47
Sem dado	37	18,5	52	24,30
Total	200	100	214	100

Fonte: APB e APMC. Livros de Notas de Tabelionato de Caetité, 1830-1860.

Para o período que esta pesquisa dedica-se a concentração das vendas de cativos ocorreu entre 1844 e 1855, época que o tráfico interno estava começando a se expandir. Alguns locais do termo de Caetité apareceram com mais recorrência nos documentos de identificação dos escravos negociados, são eles os distritos do Gentio e Umburanas, as fazendas Jurema, Sitio de Água Verde, Regapé, Tamburil, Tanque, Morrinhos, Hospício e Barrocas.

Entre os valores encontrados nas escrituras de compra e venda, destacamos que para as negociações das mulheres escravizadas o menor valor pago foi 60 mil réis e o maior 800 mil réis, e para as crianças de 100 a 450 mil réis. Para os homens o menor preço foi 53 mil réis e o maior 1 conto de réis. No geral, por um escravo adulto o valor médio era 450 mil réis, mas podia chegar até um conto de réis. Os preços das mulheres foram inferiores aos valores pagos pelos homens, no entanto, os valores das crianças, mulheres e homens foram elevados com a intensificação do tráfico interprovincial.²²⁷

Como pode ser observado na *tabela 9* há um equilíbrio no número de escravos negociados segundo o gênero, mas a concentração de mulheres estava justamente na fase infante-juvenil. Já reportamos neste trabalho que a preferência por mulheres estava atrelada ao perfil demográfico da região, ao preço, a possibilidade de geração de filhos e de explorá-las no trabalho doméstico e de ganho. Por outro lado, essa realidade pode aproximar-se da observação de Robert Slenes de que entre os pequenos proprietários rurais a compra de

²²⁷APB e APMC. Livros de Notas de Tabelionato de Caetité, 1830-1860.

mulheres foi uma preferência, ou da afirmação de Manolo Florentino e José Roberto Góes que indicaram que com a supressão do tráfico internacional houve um aumento das vendas de crioulas em idade fértil.²²⁸

Se o mercado escravista ainda recorria com mais frequência aos homens, se o comércio das mulheres seguia também em expansão, o que dizer da família de cativos? A historiografia tem constatado que a família também foi alvo do tráfico de escravo. Cristiane Miranda, ao analisar o tráfico e a família escrava, encontrou em Campinas cativos do mesmo grupo familiar em um único lote para a venda.²²⁹ Já Rômulo Andrade, em estudo sobre Muriaé e Juiz de Fora, constatou que na documentação de compra e venda o número de cativos separado da família era maior do que aqueles negociados juntos.²³⁰

Em Caetitê, segundo Eivaldo F. Neves, o comércio de escravos aparentados também esteve presente. Segundo o pesquisador a “Lei do Ventre Livre” incentivou, na segunda metade do século XIX, que jovens escravos desejados pelo mercado escravista inter e intra-regional fossem negociados em conjunto com a mãe. Ele registrou que alguns cativos foram negociados em família, mas, que isso necessariamente não é indicativo de que ao final da transação comercial esses cativos permanecessem juntos.²³¹ Sobre o tráfico de escravos e a família escrava, Fátima Pires enfatizou que os cativos negociados para praças distantes dos parentes tiveram “que reelaborar mecanismos que lhes garantissem a sobrevivência, sobretudo através de novas redes de vizinhança e parentescos informais”.²³² Ainda enfatizou:

Uma das conseqüências desse tráfico interno foi a desagregação do grupo familiar escravo. Crianças, entre 8 e 12 anos, foram apartadas de seus pais, parentes e amigos[...]. É certo que o tráfico ampliou as necessidades de acordos entre escravos e senhores. Escravos casados (legalmente ou “amasiados”) procuravam evitar a venda de parceiros e membros da família ou garantir a sua venda integral. Em caso das “mães solteiras”, nota-se também a luta para poupar seus filhos da venda [...] Todavia um número

²²⁸ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 67, 70 e 71. SLENES, Robert W. ; Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.2, 1997, p. 233-29.

²²⁹ ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 139.

²³⁰ O pesquisador Rômulo Andrade constatou que só 22% dos cativos pesquisados foram negociados juntos com os seus familiares. ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *LOCUS: Revista de História*, 4 (1): 93-104 (1998), p. 98.

²³¹ NEVES, Eivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p.108-116.

²³² Idem, p. 46.

considerável de escravos foi vendido desacompanhado, desbaratando famílias, laços, amizades [...].²³³

A constatação da pesquisadora sobre a desagregação familiar é pensada, fundamentalmente, na segunda metade do século XIX com o acirramento do tráfico interno e a grande seca. Seguramente muitos crioulos nascidos na região, ou que nela viviam há muito anos, foram afastados das heranças culturais, dos laços comunitários, do convívio dos seus familiares e companheiros de cativeiro.

A *tabela 9* apresenta um percentual importante de mulheres e crianças sendo negociado em Caetité entre 1830-1860, o que indica que os cativos instituíram famílias e que muitas foram desagregadas pelo comércio de cativos. Computamos nas escrituras de compra e venda 125 cativos negociados entre 1 e 9 anos de idade e 107 entre 10 a 20 anos.²³⁴

Não contamos para o período (1830-1860) com a “Lei do Ventre Livre” que teoricamente consistiria em um obstáculo para a negociação separada de filhos menores de 12 anos de idade e suas mães. As escrituras de compra e venda mostram que muitas crianças foram separadas das mães que permaneceram na posse como cativa do proprietário. Só encontramos um registro em 1844 de venda realizada com a mãe, o de Luisa cabra e sua filha Maria, vendidas por quinhentos mil réis.²³⁵

Também só registramos uma venda composta por uma família nuclear, foi o caso de Romana, vendida com o marido Pedro e o filho Benedito, em 21 de março de 1846, por 670\$00 réis. A família foi negociada pelo vigário Sabino Gomes de Azevedo como testamenteiro do finado Joaquim Antônio de Carvalho para Marcelino Pereira de Sousa.²³⁶

Os dados computados sugerem que a venda das crianças e jovens cativos não era realizada tão somente objetivando pura e simplesmente o acesso a mão-de-obra da genitora, como foi constatado para o Rio de Janeiro entre 1789 e 1830.²³⁷ Eles também confirmam a existência de um mercado interessado nas crianças e que foi intensificado pelo fim da possibilidade de ampliar e renovar o número de cativo via tráfico internacional, pelo preço mais baixo da criança cativa no mercado, pela conjuntura econômica de crise e a presença de muitos compradores abastadas. Esses fatores favoreceram a utilização da mão de obra dos

²³³ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 43.

²³⁴ Para 112 pessoas não foi possível chegar a idade, e dois foram identificadas como adultos.

²³⁵ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelação nº 10, (1843-1845), p.69-70.

²³⁶ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelação nº 11 (1845-1848), p. 54.

²³⁷ GÓES, Jose Roberto de; FLORENTINO, Manoel. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE. Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p.179.

pequenos escravos que dividiram a infância com o exercício do trabalho no eito ou nas pequenas atividades domésticas.

Os valores pagos pelas crianças escravas variavam segundo a idade, muitas foram negociadas várias vezes nos primeiros anos de vida, como o pequeno Bernardino de apenas oito meses de idade, filho de Custodia crioula, vendido por Clemencia Maria da Conceição a sua irmã Anna Maria dos Santos por 100\$00 réis, em 04 de maio de 1850. Em 16 de junho ele foi doado pela atual proprietária para sua afilhada Maria Josefa dos Santos.²³⁸ Mais baratas, as crianças crioulas ou africanas atraíam compradores menos abastados para ocupá-las em atividades urbanas e rurais.²³⁹

Julita Scarano constatou que as crianças sempre foram negociadas, mas que havia uma idade reconhecida para a venda:

[...] a partir dos sete anos que os donos e as autoridades consideravam que eles podiam ser separados dos pais[...] dificilmente se comprava uma criança que não tivesse capacidade de agir por si mesma e fazer pequenos serviços... Elas deviam interessar apenas às compradoras que nelas viam uma fonte de distração para si próprias.

A historiografia mostra que várias crianças foram obrigadas a acompanhar suas mães ao campo, com elas compartilhavam várias atividades, e aos 7 ou 8 anos de idade já desenvolviam serviços mais pesados e regulares.²⁴⁰ Quanto ao desempenho dessas crianças no mundo do trabalho, o viajante Rugendas registrou que crianças com até 12 anos só executavam tarefas domésticas. Para Mattoso, a partir dos 7 anos de idade elas já atuavam na qualidade de aprendizes.²⁴¹

Em Caetité as atividades domésticas nas casas da sede da vila ou propriedades rurais eram realizadas pelas escravas adultas e também por crianças. O proprietário de escravos José Fialho de Carvalho deixou em testamento a escrava Porfíria, costureira de 8 anos de idade, para seu filho com a condição de servi-lo por vinte e um anos.²⁴² Este caso é importante para mostrarmos que desde cedo as crianças podiam estar inseridas em atividades domésticas ou

²³⁸ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelionato nº 12, 1850, p.124.

²³⁹ MOTT, Maria Lúcia; NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das; VENANCIO, Renato Pinto. A escravidão e a criança negra. *Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina*, USP. Suplemento vol.8 nº 48, (nov.1988), p.21.

²⁴⁰ Idem, p.21.

²⁴¹ Cf. Isabel Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. p. 83.

²⁴² APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Jose Fialho de Carvalho, 1875, p.02

realizar ofícios de acordo com o que era, nesse momento, facultado ao gênero, no caso das meninas costurar, lavar engomar e cozinhar.

As crianças também estavam entre os escravos que deviam ter sua mobilidade espacial e atividade submetidas ao controle legal do governo, para isso a Câmara Municipal determinou o subsídio literário de cinco mil réis por captura. Segundo o termo de vereação que vigorou por toda a primeira metade do século XIX, elas podiam ser encontradas nos quilombos ou nas estradas atuando nos furtos de muares e de carne verde.²⁴³

Proprietários da região também efetivaram vendas coletivas ou hipotecas com um número maior de crianças, como o Capitão Inocência Xavier de Carvalho, que em uma escritura de débito e hipoteca declarou os escravos Guilhermina de 11 anos de idade, Irineo de 5, Maciel de 6, Aleixo de 5, Raquel de 9, Fortunata de 3, Honoria de 11 anos.²⁴⁴ Ou no Arraial do Gentio, termo de Caetité, onde Joaquim Pereira de Sousa Costa vendeu da proprietária Anna Rosa do Espírito Santo para Joaquim Soares de Oliveira, Victoria de 8 anos, Apolinário de 6 anos, Candido de 4 anos e Antônia de 2 anos.²⁴⁵

As escrituras de hipotecas, doações e vendas permitiram constatar que essas transações comerciais com cativos foram obstáculos para a composição da família cativa, mas não impedimento. A criança crioula nascida na região, não vivia isolada em caso de venda da mãe ou do pai, e tampouco os pais em caso da venda de um filho, pois havia toda uma parentela e vínculos comunitários instituídos na propriedade, ou em posses vizinhas, que senão abrandava a dor, lhe fornecia amparo. Quando um arranjo familiar se dissolvia, outro se consolidava.

3. 2 Entre “minha cria” e meu filho: a conquista da liberdade

A alforria foi uma realidade presente nas relações entre senhores e cativos de Caetité entre 1830-1860, assim como em várias partes do Brasil.

Segundo Robert Slenes, o Brasil apresentou durante o século XIX taxas significativas de alforrias que permitiam “que todo o cativo pudesse sonhar com a liberdade como uma possibilidade real”.²⁴⁶ Pesquisas em diferentes regiões confirmaram essa realidade, a exemplo de Marcelo Matheus que perscrutou 285 alforrias em Alegrete no Rio Grande do Sul entre

²⁴³ APMC. Atas da Câmara de Vereadores, Termo de Vereação (1810-1815), cx 01, p.38.

²⁴⁴ APMC. Seção Vara Cível. Escritura de Compra e Venda (1855-1858) p.76-77.

²⁴⁵ Idem, p. 53-57.

²⁴⁶ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 200.

1832-1871, ou Mary Karach que no Rio de Janeiro analisou 1.319, entre 1807-1831.²⁴⁷ Na Bahia, trabalhos pioneiros para a capital ou para o sertão, também chegaram a números importantes, a exemplo de Kátia Mattoso que registrou 16.403 alforrias entre os finais dos séculos XVII e XIX; e Erivaldo Fagundes Neves, com a constatação de 2.596 alforrias.²⁴⁸

Embora a concessão da liberdade não existisse legalmente até a promulgação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre Livre”, a alforria era um costume que passava pela anuência do senhor, mas também pela vontade do sujeito escravizado.²⁴⁹ Dessa perspectiva afloram debates entre autores que entendem a alforria como uma concessão, a exemplo de Roberto Guedes;²⁵⁰ os que a compreende como reflexo de resistência a instituição escravista, como Silvia Lara,²⁵¹ ou ainda, como João José Reis, que a discute a partir da ideia “de emancipação individual e negociada – ao mesmo tempo que estratégia do controle senhorial”.²⁵² Parte da nossa discussão perpassa a perspectiva da negociação e da resistência e objetiva entender a importância dos laços familiares para os projetos de liberdade.

O papel da família na aquisição das cartas de liberdade tem sido destacado por historiadores como Robert Slenes. Segundo o pesquisador, a constituição da família, dos laços horizontais e verticais firmados dentro e fora do cativo, os incentivos senhoriais aos cativos mais velhos, foram elementos fundamentais para a liberdade dos escravos, na medida em que possibilitava a alforria para uma ou mais pessoas de suas famílias. Essas alforrias aconteciam mediante a auto compra, empréstimo, concessão “gratuita” ou condicional pelo senhor.²⁵³

Hebe Mattos ao estudar os significados da liberdade na região Sudeste do Império brasileiro, afirmou que a vivência no seio de uma família constituía uma experiência de liberdade. Segundo ela:

²⁴⁷ MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia da Letras. 2000.

²⁴⁸ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1990, p.193; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, Editora, 2012.p. 171.

²⁴⁹ CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforria de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 126.

²⁵⁰ GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador. N. 35, (jan. jun. 2007), p.87.

²⁵¹ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*: Paz e Terra, 1988, p.345.

²⁵² REIS, João José. *Domingos Sodré – um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.83.

²⁵³ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997, p. 276-277.

A família e a comunidade tinham um paralelo com a liberdade. Era a constituição familiar que possibilitava ao escravizado alcançar prestígio na “comunidade escrava”, conferia-lhe o que a autora chamou de “capital social”. Possibilitava-lhe também ter uma moradia em separado da do restante dos companheiros de cativeiro; uma roça, através da qual poderia acumular pecúlio e ter outros escravizados trabalhando para si mediante alguma remuneração; mobilidade social; enfim, permitia-lhe a ampliação de “espaços de autonomia dentro do cativeiro e uma aproximação da experiência de liberdade.”²⁵⁴

Coadunamos com a importância da família para a concessão da liberdade do cativo, como para tantos outros projetos como viver entre seus familiares, ter acesso a terra para cultivo, realizar um trabalho que lhe proporcionasse renda, dispor de uma morada e alimentação mais dignas, ou mesmo usufruir de uma maior mobilidade espacial. No caso da liberdade, acreditamos que muitos cativos a procuraram com a certeza de que podiam contar com a segurança de ter quem os valesse no mundo livre, como amigos e parentes.

Assim, como em outras partes do Brasil, as cartas de alforria revelaram que as mulheres em Caetité foram as mais beneficiadas, ultrapassando homens crioulos e africanos.²⁵⁵ Entre as crianças, as meninas foram as que mais receberam a alforria sob a condição de servir até a morte do seu senhor, o que constituía em mais uma estratégia de controle para dispor das suas habilidades de veio doméstico por muito tempo. Kátia Almeida também encontrou um grande número de mulheres alforriadas em Rio de Contas, com destaque para a constatação do mesmo percentual de alforriadas para dois momentos do século XIX, 1800-1850 e 1850- 1871.

Os dados presentes na tabela abaixo atestam o predomínio das mulheres na aquisição das cartas de alforria e apresentam uma pequena amostra das idades dos escravos no momento da alforria.

²⁵⁴ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.11.

²⁵⁵ LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.17, n°1/2, jan./dez.2000. LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 – c. 1830)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001. (Dissertação de Mestrado em História); VILLA, Carlos Eduardo Valencia. *Produzindo alforrias no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. (Dissertação de Mestrado em História); MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. ALMEIDA, Kátia Lorena. *Alforrias em Rio de Contas- Bahia (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) Salvador: PGH/ UFBA, 2006.

Tabela 10: Alforrias em Caetité, 1830-1860: Gênero X Faixa etária dos alforriados

IDADE	MULHERES	%	HOMENS	%
1-10	23	10,65	11	7,19
11-20	5	2,31	7	4,58
21-30	12	5,56	7	4,58
31-40	11	5,09	6	3,92
41-50	11	5,09	8	5,23
50+	6	2,78	7	4,58
Sem dado	148	68,52	107	69,93
Total	216	100	153	100

Fonte: APB e APMC Cartas de liberdade de Caetité, 1830-1860.

Encontramos entre as cartas de liberdade 6 compradas por mães dos escravos alforriados, 1 pelo pai, 6 pelos padrinhos, 12 por terceiros, 1 pelo marido, 9 adquiridas com o direito da terça na herança do finado proprietário, 1 pelo proprietário ter recebido outro escravo, 5 pagas por filhos dos proprietários e 56 adquiridas pelos próprios escravos.²⁵⁶ Muitas dessas cartas foram conquistadas com o apoio da extensa rede de parentesco, através de inúmeras negociações entre escravos e senhores, ou como evidenciaram B. J. Barickman e Fátima Pires, da possibilidade real que os cativos do sertão tinham de autonomia nos cultivos de roças e de desenvolverem outras atividades no curto tempo de folga.²⁵⁷ Essa situação de autonomia provavelmente foi fundamental para a concessão de 146 das cartas de liberdade que foram conquistadas com o pagamento em espécie.

As concessões das alforrias aconteceram sem pagamento e sob condição, entre elas servir até a morte dos proprietários, de sua mulher ou de seus filhos, continuar cultivando para o senhor, rezar missas e limpar as portas da igreja. Em seguida vieram as pagas, depois as gratuitas, e por fim a condicional com pagamento. Entre as justificativas para as alforrias gratuitas estavam os bons serviços ou por ser “cria” da fazenda. O percentual dos tipos de alforrias está discriminado na *tabela 11* abaixo:

²⁵⁶ Só foram contadas as cartas onde há a identificação do sujeito que pagou.

²⁵⁷ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.113-115; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida*: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009, p. 84.

Tabela 11: Condição das alforrias, Caetité-1830-1860

TIPO DE ALFORRIA	TOTAL	%
Condicional sem pagamento	139	37,67
Condicional com pagamento	13	3,52
Gratuita	53	14,36
Pagas	133	36,04
Sem dados	31	8,40
Total	369	100

Fontes: APB, Livros de Tabelionato de Caetité.

Como o tema deste trabalho é a família, optamos pela descrição de alguns casos de alforria que serão apresentados logo a seguir, com a intenção de ver os sujeitos envolvidos. Acreditamos que assim, os elos entre mãe e filho, afilhado e padrinho, dentre outros, emergem com mais intensidade e humanidade. E por mais que pareçam histórias comuns a outras regiões escravistas, enfatizamos que as compreendemos como experiências capazes de fazer valer um dos objetivos da pesquisa histórica, atender a demanda social do chão do qual se escreve.

Um dos projetos de liberdade que transcorreu em Caetité no século XIX foi o da pequena Mathildes, uma mulata de 4 anos de idade. Sua carta de liberdade foi alcançada com o pagamento de 250\$00 réis feito por sua mãe ao seu proprietário.²⁵⁸ Ficou acertado em sua carta que ela iria gozar da liberdade aos 12 anos, esse período seria para a sua criação, ou seja, a pequena Mathildes deveria prestar serviços durante a transição para a maior idade matrimonial, o proprietário ficaria com o dinheiro da carta e o trabalho da pequena escrava nesse intervalo de 8 anos; Mathildes viveria no que Neves chama de “escravidão doméstica”.²⁵⁹ Não identificamos sua mãe, mas é provável que fosse forra, já que quando cativa era comum vir nas cartas expressões como “minha cria” ou “filha de minha escrava”. Conjecturamos algumas possibilidades dessa alforria do ponto de vista da mãe, caso fosse cativa, seria uma forma de ter sua filha ao seu lado durante a infância; se liberta, talvez fosse uma possibilidade de garantir sua alforria ou mesmo mantê-la por questão de sobrevivência junto ao possível pai, que poderia ser o seu senhor, uma vez que Mathildes era mulata.

Lembramos que para Isabel Cristina Ferreira dos Reis homens e mulheres submetidos à escravidão, libertos ou livres, lutaram pela preservação de suas famílias, ou das relações

²⁵⁸ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 12, 1857, p.117.

²⁵⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros, traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, 24 (2000) p. 105.

afetivas, e, ainda, pela libertação de seus parentes.²⁶⁰ O temor de virem seus filhos arrancados de seus braços, vulneráveis ao tráfico interno levou com certeza mães libertas a acompanharem seus filhos escravizados, mantendo-se próximas deles, ou mães escravas a buscarem meios de alforriá-los, sobretudo antes da lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), que proibiu a separação de membros de uma mesma família escrava (casais de escravos casados e pai ou mãe de criança escrava menor de 12 anos de idade).²⁶¹

Levadas do amor materno várias mães cumpriram a prerrogativa de oferecer bons serviços até o fim da vida do proprietário, para assim gozar sua liberdade e para que livres também fossem seus filhos. Muitas dessas mães tiveram que criar estratégias para acumular pecúlio como Rosa que protagonizou um grande projeto familiar de liberdade.

Rosa viveu o cativo sob a propriedade de Anna Ifigênia de Albuquerque, onde também eram escravos seus dois filhos, Maria e Justiniano.²⁶² Quando encontramos a carta de alforria da sua filha Maria, chamou-nos atenção o parcelamento do pagamento feito por Rosa, ela havia quitado 73\$00 mil réis em moeda corrente, restando pagar a proprietária 127\$00 réis do total da alforria que era 200\$00 réis. Mas, para nossa surpresa, encontramos a mesma Rosa comprando sua alforria pelo valor de 400\$00 réis e a de seu outro filho, Justiniano, que nasceu depois do pagamento desse valor.²⁶³ Provavelmente Rosa deve ter contado com o apoio de parentes e amigos para acumular a quantia da compra das cartas, ou conseguido com a prática de uma atividade remunerada. O projeto de liberdade dela atingiu seu núcleo familiar, assim como o de Maria africana, uma escrava que viveu parte de sua vida no Brasil em Salvador e outra no termo da vila de Caetité.

Maria africana, escrava de Theresa de Almeida de Jesus, foi encontrada na documentação pesquisada como mãe de três crianças, Maria de 8 anos, Anna de 11 e Crescência que aparece sem a idade, todas escravas da mesma proprietária. Como os documentos trazem a indicação de “cria”, provavelmente a família estava no mínimo há vinte anos na mesma posse. Anna e Maria receberam as cartas de alforrias com a justificativa da proprietária do amor de tê-las criado, mas com a condição de acompanhá-la até a morte, já para a carta de Crescência a mãe Maria desembolsou 200\$00 réis.²⁶⁴

²⁶⁰ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, p.142.

²⁶¹ Esta proibição existia desde 1869. Ela foi ratificada em um dos artigos da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871.

²⁶² APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 6, 1840, s/p.

²⁶³ Idem, 1837, p.10.

²⁶⁴ Idem, 1838, p.55-56.

Mas, quando achávamos que tínhamos encontrado o núcleo familiar de Maria deparamos com Rufina, também sua filha, alforriada enquanto Maria encontrava-se na Cidade da Bahia, como Salvador era denominada à época. A proprietária Maria Theresa mandou batizá-la por forra na freguesia de Santo Antônio daquela cidade, argumentou que por serem distantes os lugares, corria o risco de não assentarem o registro no livro competente, “como há acontecido muitas vezes por esquecimento do Vigário, ou Parocho de algumas freguesias e por ser de minha muito larga vontade que seja forra a minha cria pelo amor que lhe tenho, para maior segurança passo a presente carta de liberdade”.²⁶⁵ A conquista da liberdade de parte da família de Maria africana mostra como no convívio em cativo a mãe criou estratégias para preservar suas filhas juntas a si, e mais, embora cativa, a condição de cativo não seria o destino final das suas filhas.

Outras mães receberam a liberdade condicionada à permanência no cativo prestando serviços ao proprietário ao lado dos filhos cativos, como Claudina cabra, escrava de Maria Thereza de Lacerda, que recebeu a carta para servir enquanto fosse viva a proprietária, ficando escravo o filho do qual estava pejada.²⁶⁶ Também encontramos situações em que os dois conseguiram a liberdade, como Maria crioula escrava de Victoria Correa de Brito. Maria foi alforriada junto com seu filho Clemente de 2 anos de idade, assim como seriam todos os outros que nascessem a partir da escritura, com a ressalva de desfrutar da liberdade após a morte da proprietária, ou seja, mãe e filhos viveriam no cativo sem data certa para o seu fim.²⁶⁷

Algumas vezes no texto de concessão da carta de liberdade a conduta da mãe da escrava alforriada aparecia como justificativa, como aconteceu com Virgelina cabra de 18 anos de idade.²⁶⁸ Na época da alforria em cartório, a escrava encontrava-se com 14 anos e recebeu a carta de alforria pelos bons serviços que prestava a seus senhores e pelos prestados por sua finada mãe. Outras escravas receberam a liberdade pelo desempenho no papel de criadora do filho do proprietário como foi o caso de Desideria, uma escrava alforriada por ter criado com muito amor uma filha de Ancelmo da Cruz Prates, morador em Pajeú.²⁶⁹

²⁶⁵ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 06, 1838, p.54.

²⁶⁶ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 06, 1839, s/p.

²⁶⁷ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 10, 1843, p.39.

²⁶⁸ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 15, 1854, p.180.

²⁶⁹ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 04, 1831, p. 103.

Por outro lado havia aquelas mães que viveram com a promessa da carta de liberdade sob a obrigação de dar “oito a dez crias” a sua proprietária. Essa foi a situação da escrava africana de nome Joaquina casada com o crioulo Alberto, que já era liberto.²⁷⁰

Os casos de Rosa, Maria e Desideria, e muitos outros encontrados permitem concordar com Isabel Ferreira dos Reis de que as mulheres foram as principais protagonistas da liberdade de seus filhos, o que reforça a ideia de que tiveram mais oportunidade de conviver com eles.²⁷¹

Quanto à condição de “servir até a morte”, recorrente nas concessões apresentadas até agora, foi uma estratégia senhorial para garantir a mão de obra escrava até o final da vida do seu proprietário ou de uma geração de filhos. Os senhores desses cativos, tiveram aperfeiçoado os seus mecanismos de controle, pois uma carta de alforria nesta época podia ser revogada por “ingratidão”, e, ainda assim, eles garantiam a exploração da mão de obra dos alforriados que iriam se esmerar no sentido de satisfazer às exigências do seu senhor em troca da liberdade futura.²⁷² A ausência da obrigatoriedade de servir até a morte não significava necessariamente que a alforria fosse pautada na benevolência do senhor ou menor exploração do sujeito que está sendo libertado, para Mattoso “ela é paga muito caro, é sempre revogável e torna o escravo libertável ainda mais dependente, pois ele sabe que a menor desavença, um instante de mau humor, pode pôr abaixo o edifício duramente construído de sua futura libertação”.²⁷³

Longe da crença na benevolência senhorial, alguns cativos pelo tempo maior de convívio na mesma posse receberam suas cartas com justificativas como “amor de criação”, pelos bons serviços, por ser sua “cria”, como Claudência parda, citada como “cria” que recebeu sua carta liberdade aos 32 anos com a condição de acompanhar a proprietária enquanto esta vivesse. Pode ser que existisse uma relação de confiança e de maior proximidade da casa senhorial, no entanto, isso não legou a escrava imediata alforria, parece mais uma estratégia para evitar outro mecanismo da escrava para alcançar a liberdade, como a fuga.²⁷⁴

²⁷⁰ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 12, 1822, p. 150. O livro de tabelionato número do 12 traz algumas cópias de cartas da década de 20 dos oitocentos.

²⁷¹ REIS, Isabel Ferreira dos. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, p.121.

²⁷² Ver sobre as alforrias em BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁷³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.184.

²⁷⁴ APB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelionato nº14, 1854, p. 139.

Algumas vezes esse tipo de alforria podia corresponder ao apreço e afeto do senhor, ou ao fato de o escravo ser um filho bastardo, a exemplo de Lucinda mulatinha, escrava de Anna Maria de Sousa que a cita como “sua cria” e complementa “a quem em rasão de ser filha d’ um meo filho” passava-lhe a carta de liberdade.²⁷⁵

O algoz do cativo tinha entre suas “crias” alguns dos seus filhos biológicos, estes aparecem como alvos dos discursos da fraqueza carnal ou do desencargo de consciência por saber da condição de escravo de um filho. Apresentamos abaixo um trecho de uma carta de liberdade, onde o proprietário justifica a desconfiança de filiação,

Digo eu Sergio Florentino da Silva que entre os mais bens que possuo livres e desembargados He bens assim huma Escrava Clemencia, cuja Escravinha He cria minha a qual forro e com efeito forra a tenho de hoje para todo sempre, e como desconfio ter de parte nella por ter tido copula carnal com a Mai da dita por isso a forro[...]²⁷⁶

A situação apresentada no trecho do documento acima só deve ter sido usada para realçar a “dádiva senhorial” da concessão da alforria, pois o mais provável, é que não havia dúvida alguma sobre a paternidade.

Os filhos escravos da casa grande aparecem também no enredo de Silvério, escravo de Nicolau de Almeida Soares. Bernardo de Almeida, filho legítimo de Nicolau de Almeida Soares, declarou ter recebido a herança do pai falecido, e entre esses bens estava o cativo Silvério crioulo. Silvério viveu vinte anos como cativo no seio da família paterna, sem receber de qualquer um o direito a liberdade. Após estes vinte anos de cativo, em 18 de fevereiro de 1835, ele recebeu a sua carta de liberdade com a seguinte justificativa de Bernardo de Almeida: “por ser o dito escravo seu irmão o deixo por meu herdeiro ficando elle pelos seus bens a pagar as minhas dividas e jamais poderem em tempo algum anular esta minha vontade por não ter filhos por ser solteiro”.²⁷⁷

As cartas de alforria de Mathildes, Rosa, Claudina e Silvério deram evidências concretas do convívio mais prolongado dos escravos, em especial das escravas, na mesma posse. Esse convívio permitiu estreitar laços com a comunidade de cativos, fazer escolhas amorosas e se esmerar no sentido de formalizá-las com o casamento, como pode ter acontecido com Luisa mulata, “cria” de André da Costa e sua mulher Joaquina Theresa de Jesus, que as vésperas do casamento recebeu a carta de alforria “de graça” pelos serviços

²⁷⁵ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelaionato nº12, 1847, p. 100.

²⁷⁶ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelaionato nº 6, s. p.

²⁷⁷ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelaionato nº 6, 1835, p.100.

prestados há anos no cativo, com a justificativa de que uma vez forra, pudesse receber o estado de casada.²⁷⁸ Talvez, a negociação que conduziu a liberdade de Luisa contasse com o apoio do futuro cônjuge, provavelmente cativo ou liberto, e com a certeza do desejo de gerar filhos longe do cativo.

Outras cartas confirmaram a liberdade ainda na pia batismal como Maria e Anna, filhas gêmeas da escrava Ismênia.²⁷⁹ Algumas mostraram um drama maior para a conquista da liberdade, pois muitos escravos, frutos de partilhas, estavam sob a propriedade de vários donos, como Ana parda e seu filho João de 10 meses de idade, cujo proprietário Antônio Lucas de Araújo forrava só a parte dele nos dois escravos.²⁸⁰

O estudo das cartas de liberdade em Caetité deixou claro que a alforria de crioulos foi predominante, o que condiz com as estruturas de posses da vila que caracterizavam pela presença expressiva de escravos nascidos no Brasil, muitos na região, o que pode ter ampliado os laços de solidariedade e as possibilidades de negociação. Outros estudos sobre alforrias na Bahia, a exemplo daquele realizado por Luis Nicolau Parés em Cachoeira, também constataram que o número de alforrias de escravos nascidos na África era menor que os nascidos no Brasil, portanto, a segunda geração dos aqui chegados certamente teria mais possibilidade de conquista da liberdade.²⁸¹ Para Kátia Almeida “as relações familiares também contribuíram para que a segunda geração de cativos nascida no Brasil tivesse vantagem na alforria”.²⁸²

Encontramos alforrias onde as concessões envolveram mãe, pai, irmão, avó e padrinhos de cativos, mas, a maioria das cartas pagas foi adquirida pelo próprio cativo, o que é um forte indicativo das possibilidades de acúmulo do pecúlio por parte do escravo, ou da certeza de poder contar com a ajuda de pessoas livres e forras que não mediam esforços para libertar os seus parentes do cativo. Enfim, todos os casos que analisamos mostram que as alforrias foram traçadas nos limites das alianças familiares que permitiram também aos

²⁷⁸ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelaionato nº 6, 1823, s. p.

²⁷⁹ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelaionato nº 14, 1854, p. 154.

²⁸⁰ APB, Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelaionato nº 14, 1852, p.40.

²⁸¹ BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁸² Ver: PÁRES, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo baiano (1750-1800)”. *Afro-Ásia*, nº 87 (2005), p.87-132. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas- Bahia, Século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012, p.124-130. O pioneirismo sobre manumissões na Bahia. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, KLEIN, Herbert S. e ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

cativos viverem próximos aos parentes e dar mais humanidade às suas experiências na escravidão.

3. 3 Três fazendas e os laços dos escravos

Em Caetité as fazendas foram espaços que atrelavam atividades comerciais, produtivas e sociais executadas por seus moradores livres e cativos. Praticamente todas as famílias de cativos que citamos ao longo desse trabalho viviam nas fazendas da região e tinham entre os companheiros de cativo parentes consanguíneos e espirituais.

Alguns senhores de cativos possuíam várias propriedades por onde estavam distribuídos os escravos, a exemplo de Manoel Rodrigues Ladeia, que era dono de terras no Hospício, Brejo dos Padres e Tabocas.

As duas fazendas Hospício e Brejo dos Padres apresentavam características das primeiras propriedades erguidas ainda no século XVII, antigas áreas de domínio dos jesuítas e das rotas dos tropeiros que cruzavam a região. Tradicionalmente possuíam casas de morada e de produção da farinha feitas de adobes e cobertas de telhas, além de capelas e cemitérios privados, usados para atender aos moradores da propriedade e até mesmo a vizinhança.

Foto 3: Casa de Brejo dos Padres



Fonte: IPCA (Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico).

Foto 4: Capela de São Sebastião, Fazenda Hospício



Fonte: Arquivo pessoal de Nélia Lôbo Teixeira, proprietária da Fazenda Hospício.

As capelas foram construídas anexas às casas e funcionavam também como cemitérios para membros das famílias. As duas propriedades contavam nas suas imediações com inúmeras fazendas e sítios, e possivelmente as capelas consolidaram-se como lugar de oração e festividade ao longo de suas varandas e largo. No caso do Hospício o novenário de São Sebastião ainda é tradição e realiza-se na terceira semana do mês de janeiro com a participação das comunidades vizinhas e uma habitual apresentação de reisado. Além das capelas e cemitérios particulares, o Hospício foi uma das poucas propriedades que possuía senzala.

As duas propriedades constam no inventário do tenente coronel Manoel Rodrigues Ladeia com os escravos apresentados no quadro abaixo:

Quadro 3: Escravos de Manoel Rodrigues Ladeia: Naturalidade X Sexo

NATURALIDADE	Nº	%	SEXO	Nº	%
Africano	6	14,63	Feminino	20	48,78
Crioulo	33	80,49	Masculino	21	51,22
Sem informação	2	4,88	-	-	-
Total	41	100.0	-	41	100.0

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APB). Seção Judiciário. Inventários: Manoel Rodrigues Ladeia, 1885, 15 f. 2.

Como observamos no *quadro 3* o número de africanos é bem reduzido se comparado ao número de escravos nascidos no Brasil. Se tomarmos com base os dados obtidos a partir da análise dos assentos de batismo para a região de Caetité, que foram apresentados nos primeiros capítulos, podemos afirmar que o número de crioulos também supera o de

africanos, e essa diferença se sobressai com a alta taxa de crescimento vegetativo de escravos entre os anos de 1830 e 1860. Esses dados também coincidem com a concentração de casamentos de cativos entre as décadas de trinta e quarenta do referido século, e possivelmente refletem o novo panorama de fim de tráfico transatlântico.

Entre os africanos estavam os escravos idosos da propriedade, como Pedro de noventa anos, que aparece gozando de sua liberdade antes da morte do inventariante. Para Pedro, pessoa bastante idosa, deve ter sido de fundamental importância poder contar com os cuidados de pessoas da comunidade onde estava inserido, em uma situação em que já não tinha força suficiente para trabalhar e garantir o seu sustento. Pedro provavelmente manteve fortes laços de amizade como outros cativos da mesma posse, entre eles estavam mais cinco escravos que também envelheceram na propriedade, quatro deles casados.

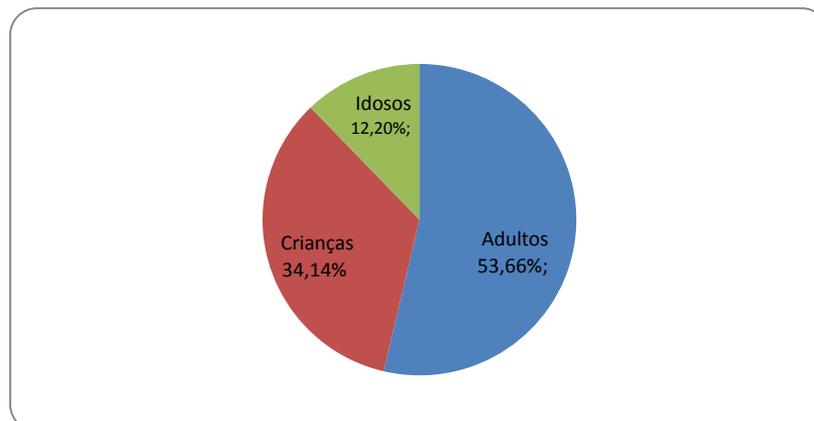
Na posse do Manoel Rodrigues Ladeira, seis escravos eram casados, entre eles Clemência filha de Antônia, casada com José, ambos africanos. As referências às mães de escravos idosos e africanos no inventário, como Clemência de 73 anos, indicam que a sua mãe talvez tenha sido escrava do mesmo proprietário.

Quanto à composição por gênero dos escravos, observamos que havia um equilíbrio proporcional entre o número de homens e mulheres, o que era importante tendo em vista os elevados preços dos cativos e as longas distâncias dos clássicos mercados escravagistas, o que potencializava o interesse dos proprietários na reprodução natural como alternativa para suprir a demanda pelo aumento da força de trabalho.²⁸³

No que se refere à faixa etária dos escravos de Manoel Rodrigues Ladeira constatamos o seguinte:

²⁸³ Maria de Fátima Pires em estudo sobre a região (1860-1920) afirma que há na documentação consultada “[...] fortes indícios de que a posse dos escravos inventariados na região condicionou-se muito à reprodução e às compras em localidades vizinhas. A reprodução, ou o crescimento demográfico auto-sustentado, foi favorecido pelo equilíbrio entre os sexos [...]” Vide: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 138.

Gráfico 3: Faixa etária dos escravos de Manoel Rodrigues Ladeia



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção do Judiciário-Inventário de Manoel Rodrigues Ladeia.

Os dados acima elencados foram levantados através da análise do inventário de Manoel Ladeia; já a partir da pesquisa realizada nos livros de batismos, encontramos do mesmo proprietário, os seguintes escravos: treze crianças e dezessete adultos. Entre os adultos separamos quatro casais, ou seja, oito indivíduos casados e nove mães solteiras, portanto, a sua posse era composta por famílias nucleares legítimas, matrifocais e não seria demasiado supor a existência de famílias formadas a partir de uniões consensuais.

As redes de compadrio ocorriam de forma vertical, com laços firmados com livres e libertos, e horizontal, entre os companheiros de cativeiro. Inclusive no dia 20 de novembro de 1845, mesmo dia em que Manoel Rodrigues Ladeia batizou Theodosio, filho legítimo de seus escravos José e Quitéria, ele também batizou na condição de padrinho seu neto Jacinto.

Ainda sobre os cativos de Manoel Rodrigues Ladeia, encontramos no inventário de 1885, uma carta de hipoteca de 1871 onde estavam os nomes dos escravos Gervasio e Protasio. Cruzando os dados do inventário com os do livro de batismo encontramos a mãe dos dois cativos, chamava-se Lusía, estava identificada como crioula e também era escrava do mesmo Manoel Ladeia. Descobrimos que os cativos eram irmãos gêmeos e foram batizados como filhos naturais em 31 de maio de 1831 na vila de Caetité.

Portanto, tomamos como referência as datas do batismo e do inventário e concluimos que os dois já estavam há quarenta anos sob a tutela do mesmo proprietário. No inventário, Gervasio aparece com quarenta anos, casado, e Protasio com a mesma idade, mas ainda sem contrair o matrimônio cristão sancionado pela Igreja Católica. São três gerações que permaneceram juntas na mesma propriedade, Lusía (a mãe), Gervasio e Protasio (filhos) e

netos (filhos de Gervasio, que era casado com Teresa).²⁸⁴ A família descrita acima, não é uma exceção, encontramos também Miguel, crioulo de 23 anos de idade, batizado em 1848, filho legítimo de João e Luisa crioula que também permanecia na propriedade.²⁸⁵

Os dados sobre a posse de Manoel Rodrigues Ladeia permitiram identificar uma importante rede familiar firmada por casais idosos ou laços consanguíneos que se entenderam no mínimo por três gerações na mesma propriedade. Esses arranjos familiares comprovam a capacidade dos cativos de criarem e manterem os laços afetivos em arranjos nucleares ou parciais. Concordamos com Isabel Cristina Ferreira dos Reis quando afirma que a criança escrava que viveu só com a mãe, ou em companhia de outros parentes, teve suas referências afetivas e biológicas tão intensas quanto nas famílias nucleares.²⁸⁶

3. 4 A Fazenda Mandacaru

A Fazenda Mandacaru do capitão Joaquim Antônio de Carvalho, casado com Ana Francisca Leal, também apresenta dados importantes sobre a vivência dos escravos na região. O capitão não deixou filhos legítimos e naturais, mas, como era comum, doou em testamento alguns escravos para parentes sanguíneos e espirituais.²⁸⁷ Computamos 103 escravos na sua posse.

Quadro 4: Escravos de Joaquim Antônio de Carvalho: Naturalidade X Sexo

NATURALIDADE	Nº	%	SEXO	Nº	%
Africano	13	12,62	Feminino	50	48,54
Crioulo	90	87,38	Masculino	53	51,46
Total	103	100	-	103	100

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APB). Seção Judiciário. Inventário: Joaquim Antônio de Carvalho, 1842. Classificação: 02/587/1039/06.

Assim como a maioria das estruturas de posses de cativos que pudemos observar na documentação, o número de crioulos supera significativamente o de escravos africanos. Dos

²⁸⁴ Não foi possível chegarmos aos nomes dos filhos de Gervasio, acreditamos que eles estejam entre as crianças que aparecem na posse.

²⁸⁵ Livro de Registro de Nascimento e Batismo (1828-1832) Cúria da Igreja Matriz de Caetité, p. 117.

²⁸⁶ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. p.35.

²⁸⁷ O inventário de Joaquim Antônio de Carvalho é do período de 1842, acreditamos que sua posse era bem maior, os dados que conseguimos computar correspondem às páginas que puderam ser lidas, pois além dos danos do tempo sobre o papel havia a ausência de algumas folhas.

treze africanos encontrados no espólio do capitão Carvalho, apenas um tinha 35 anos, dois constavam com 40 anos, e os demais estavam acima de 50 anos de idade.

Na posse do capitão Joaquim Antônio de Carvalho identificamos 25 crianças e 17 escravos acima de 50 anos, desses, 9 estavam com mais de 70 anos de idade. Crianças e idosos corresponderam a 40,78% dos escravos do capitão.²⁸⁸ Assim como nas propriedades de Manoel Rodrigues Ladeia, o número de crianças e o equilíbrio entre os sexos refletem a reprodução endógena, e mais, o convívio dos núcleos familiares legítimos que aparecem no quadro abaixo:

Quadro 5: Casais legítimos da posse do Capitão Joaquim Antônio de Carvalho

CASAL	FILHOS
Pedro / Romana	Benedito
Anacleto/Marciana	Maria, Marcos e Antônio
Ventura / Maria	Roberto, Paulino, Ignácio e Primo
Vicente/ Engracia	Simoa
Felipe / Juliana	Cassiano
Joaquim / Catarina	Barbosa
Peregrino/Clemência	-
Felipe / Francisca	-

Fonte: Livros de batismos e casamentos da Cúria de Caetitê, 1830-1860.

Nos registros eclesiásticos encontramos 11 crianças, todas crioulas nascidas na fazenda do capitão Joaquim Antônio de Carvalho, batizadas entre 1842 e 1846. Dessas crianças, oito foram batizadas por um casal de padrinhos e três só pela madrinha. Entre os padrinhos estavam sete escravos, três mulheres e quatro homens, desses só um pertencia a outro proprietário, o vigário Sabino Gomes de Azevedo, portanto, a rede de compadrio era estabelecida entre os companheiros de cativo.

A maior parte das crianças foi batizada por padrinhos livres, parentes do casal ou mesmo pelos próprios proprietários. Juntos, o capitão Joaquim Antônio de Carvalho e sua mulher Ana Francisca Leal, batizaram Cassiano e Barbosa, filhos legítimos de seus escravos casados. Os outros afilhados batizados pelos proprietários eram filhos naturais, sendo que Ana Francisca batizou junto com outro parente, e o capitão junto com uma de suas escravas. Vale observar que Stuart Schwartz apontou limitações sociais para o apadrinhamento de

²⁸⁸ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Joaquim Antônio de Carvalho, 1842. Classificação: 02/587/1039/06.

proprietários dos seus escravos, para ele “como poderia o senhor [...] explorar irrestritamente sua propriedade viva enquanto ao mesmo tempo era seu padrinho?”.²⁸⁹ Parece-nos que na posse da fazenda Mandacaru de Joaquim Antônio de Carvalho os laços de compadrio e os deveres que eles delegavam aos padrinhos não foram impedimentos para que o proprietário e sua esposa batizassem seus escravos, como também não significou que os mesmos não fossem explorados como uma propriedade viva.

A composição da rede de compadrio na fazenda Mandacaru remeteu às alianças na vertical, e talvez fossem reflexos das escolhas dos próprios escravos que objetivavam benefícios possíveis desse apadrinhamento, pois como bem observou Stuart Schwartz o batismo além da conversão em cristãos, firmava laços de proteção entre padrinhos e afilhados, entre os pais, compadres e comadres.²⁹⁰

Entre os compadres do capitão Carvalho estava o mulato Felipe de 30 anos de idade, vaqueiro da fazenda e um dos cônjuges citados no *quadro 5*. Felipe aparece descrito no inventário como um escravo doente arrebetado das virilhas, assim como muitos outros cativos da posse, o que desenha bem a situação de exaustão física que vivia parte dos escravos do capitão Joaquim Antônio de Carvalho.

Vinte escravos foram descritos como muito doentes, desses, cinco estavam entre 23 e 35 anos de idade, e os demais, acima dos 40 anos. Entre os treze africanos que aparecem no quadro 04, oito estavam entre os declarados muito doentes. No ato da partilha, Rita de 6 anos, Maria de 40 anos, Theresa e sua mãe Catharina, doadas a sobrinhos e afilhados do proprietário, estavam com a saúde tão comprometida que morreram e tiveram que ser substituídas por outros escravos.

As despesas com os escravos doentes da propriedade foram relatadas pelo testamenteiro do casal, o vigário Sabino Gomes de Azevedo. Ele declarou entre os custos com o inventário, as despesas de 90\$000 réis com remédios e médico para os escravos, e 17\$500 réis com a crioula Martinha por tratar desses doentes. Procuramos Martinha no inventário, e a única que encontramos constava com 8 anos de idade e ainda era escrava, a idade não indica que seja a mesma pessoa, embora muitos escravos da região fossem remunerados em alguns serviços, sobretudo aqueles estranhos à rotina. É muito provável que fosse liberta.

Entre as moléstias que acometiam os escravos podemos elencar, conforme o quadro abaixo:

²⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: Engenho e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 3ed. 2005, p.331-334.

²⁹⁰ Idem.

Quadro 6: Escravos doentes e seus respectivos valores na posse de Joaquim Antônio de Carvalho

MULHERES					HOMENS			
Doença	Nº	Idade	Preço com a moléstia	Preço sem a moléstia	Nº	Idade	Preço com a moléstia	Preço sem moléstia
Muito doente	2	40 / 50	100\$00 a 120\$00	200\$00	4	50 / 70	80\$00/ 150\$00	200\$00 / 120\$00
Doente de estabelecido	1	50	100\$00	200\$00	-	-	-	-
Lança sangue pela boca	1	50	120\$00	200\$00	2	28/23	300\$00/ 400\$00	350\$00/ 450\$00
Virilha arrebatada	-	-	-	-	3	30/40/ 70	300\$00/ 250\$00/ 50\$00	350\$00/ 160\$00
Erisipela	-	-	-	-	1	40	350\$00	300\$00
Doente dos peitos	-	-	-	-	1	30	220\$00	350\$00
Aleijado	-	-	-	-	3	50/60/ 80	60\$00/ 100\$00	200\$00/ 150
Doente das vistas	1	80	50\$00	100\$00	-	-	-	-
Mal de gotas	-	-	-	-	1	30	120\$0	300\$00 / 400\$00

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APB). Seção Judiciário. Inventários de Joaquim Antônio de Carvalho.

Os valores apresentados no *quadro 6* foram estipulados através de uma média computada sobre os escravos saudáveis nos inventários utilizados nesta pesquisa. Ele mostra que muitas das enfermidades estavam relacionadas ao esgotamento físico provocado pelos anos de trabalho. As moléstias foram grafadas no quadro assim como registradas no inventário de Joaquim Antônio Carvalho; os escravos que aparecem “doentes dos peitos” e “lançando sangue pela boca” remetem as doenças atualmente conhecidas como pneumonia e tuberculose, quanto à expressão “doente do estabelecido” presente na documentação não foi possível precisar a que doença especificamente ela correspondia.

Essa situação de acometimento da integridade física do cativo refletiu nos valores dos escravos no mercado; a queda do preço às vezes podia chegar a 50% do valor do escravo em condições saudáveis. Por outro lado, um escravo de ofício como Fellipe vaqueiro, de 30 anos de idade, com as virilhas arrebetadas, podia ainda ser avaliado por 300\$00, logo, a qualificação do cativo era fundamental para a definição do preço, tanto quanto as condições de saúde.

A título de exemplificar a gravidade da situação de escravos que envelheceram na região, muitos na mesma propriedade, outros que só mudaram de donos com as partilhas, apresentamos o inventário de outro proprietário da região, Antônio Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim. Durante anos esse proprietário foi paulatinamente vendendo ou hipotecando seus escravos mais jovens restando no seu inventário, em 1860, sete escravos: três africanos entre 60 e 70 anos de idade, dois descritos como muito doentes e outro quebrado das virilhas e cego; um escravo cabra cego de 70 anos; três mulheres crioulas, duas muito doentes. O escravo cabra de 70 anos aparece avaliado em 10\$00 réis e o africano na mesma faixa etária, cego e quebrado das virilhas por 150\$00 réis.²⁹¹

No *quadro 6* também observamos que um escravo de 30 anos de idade em plenas condições de trabalho estava estimado em 1840 entre 300\$00 a 400\$00 réis. Recuamos no tempo para refletir sobre os valores desses escravos no século XIX e encontramos no inventário de Francisco de Souza Meira de 1814 um escravo na mesma faixa etária, mesmo sexo, em plenas condições de trabalho avaliado entre 160\$00 a 200\$00 réis.²⁹² Já em 1850, no inventário de Antonio Rodrigues Ladeia, um escravo de 30 anos de idade é avaliado por 505\$00 réis, e em 1876 no inventário de Antonio Pinheiro de Azevedo por 1.000\$00 réis. Os preços mostram como o advento do fim do tráfico internacional e a pressão do tráfico interno alteraram os valores entre a primeira metade e os anos finais do século.

O inventário de Joaquim Antonio de Carvalho também remete a importância dos ofícios específicos para os escravos e libertos da região. Entre as despesas declaradas pelo testamenteiro, o vigário Sabino Gomes de Azevedo, estava 187\$00 réis com os serviços prestados pelos vaqueiros mulatos Felipe, Manuel e Anacleto. Foi declarado ainda despesas de 20\$00 réis com um crioulo que trabalhou na fazenda por cinco meses e 41\$00 réis com Ventura pela função de feitor.²⁹³ Todos esses pagamentos foram efetuados para essas pessoas

²⁹¹ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Antônio Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim, 1860. Classificação: 02/587/1039/06.

²⁹² Estamos comparando escravos com características comuns, mas sem qualificação específica.

²⁹³ APB. Seção Judiciária. Série Inventários. Inventariado: Joaquim Antônio de Carvalho, 1842, p.110. Classificação: 02/587/1039/06.

em liberdade, no entanto eram ofícios que eles já desenvolviam na propriedade quando ainda eram cativos. Muitos desses ofícios estreitaram as relações entre senhores e escravos e permitiram a possibilidade de aventar sua própria alforria ou de seus parentes “gratuitamente”, ou mesmo acumular um pecúlio que lhes permitissem a compra da liberdade.

Segundo Walter Fraga, a escolha do liberto em permanecer na propriedade podia ser uma estratégia para garantir a posse de bens que conseguiu acumular enquanto cativo e que poderiam dar-lhe suporte material para a vida fora do cativeiro. Havia toda uma rede de sociabilidade que ele podia acionar, diferente de outros lugares onde teria que firmar laços novos, o que demandaria tempo e inúmeros obstáculos.²⁹⁴

Na documentação encontramos seis escravos de Clemente Pinheiro Pinto que após a morte do proprietário e de sua esposa receberiam a liberdade e um pedaço de terra do sítio Varginha, na beira do rio Palmeira.²⁹⁵ Para esses libertos, a permanência na região, seria mais segura do que o deslocamento para outras localidades.

A trajetória de Ventura, um ex-escravo da fazenda Mandacaru do capitão Joaquim Antônio Carvalho atesta a permanência do liberto na mesma propriedade da qual foi cativo e mais, a constituição da família em cativeiro e a luta que se estendeu para trazê-la na integridade para a vida em liberdade. Ainda na condição de escravo Ventura atuou como feitor da Fazenda Mandacaru e foi sob o jugo do cativeiro que conheceu e casou-se legalmente com a escrava Maria, com quem teve cinco filhos.

Em 1841, Ventura aparece como liberto no testamento do finado capitão Joaquim Carvalho, e em 1842, é citado no mesmo documento entre as despesas oficiais do testamenteiro pelo exercício da função de feitor que continuou a exercer na fazenda. Por essa função Ventura recebeu 41\$00 réis em espécie e 561\$690 réis com a aquisição dos escravos Paulino, Maria cabrinha e 30 cabeças de gado vacum.²⁹⁶

Parte do pagamento efetuado em gado é altamente relevante no contexto da região, e importantíssimo para a vida em liberdade de Ventura. Destacamos que entre 1801-1850, enquanto 33,3% dos espólios da região apresentavam de 11 a 50 cabeças de gado, 23% não possuía nenhuma, logo, o liberto Ventura, seria mais um a compor a estatística entre aquelas pessoas que possuíam um rebanho bovino.²⁹⁷ O historiador Walter Fraga destacou que a posse

²⁹⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1a. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, p.251.

²⁹⁵ APB. Seção Judiciário. Livros de Notas de Tabelionato, nº 11, (1845-1848) p.71.

²⁹⁶ Idem, p.132.

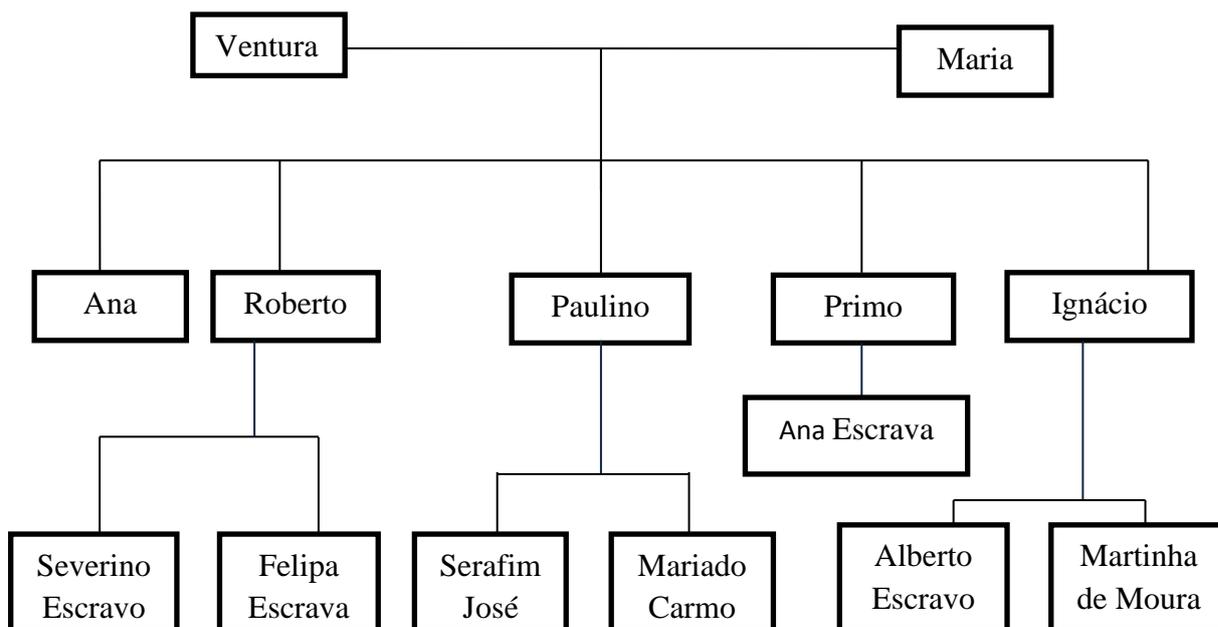
²⁹⁷ Ver sobre as atividades econômicas da região em: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 221.

de um animal de montaria ou de criação podia fazer muita diferença para a família de libertos, podia assegurar-lhe a subsistência.²⁹⁸

Ventura, provavelmente, permaneceu na fazenda após a carta de liberdade com o objetivo de garantir a possibilidade de compra ou aquisição de bens que serviriam para a subsistência na vida fora do cativo, mas fundamentalmente, para a realização do projeto de liberdade que contemplava toda a sua família. Ele, como escravo e feitor, sabia muito bem que a família construída ainda em cativo podia ser separada com a partilha ou por pregões em praça pública como foi o destino em 1847 de Clemente, Clara, Sabino e Miguel, companheiros de cativo.²⁹⁹

Os filhos de Ventura, Ignácio, Roberto e Primo e sua esposa Maria foram libertados em testamento do seu finado proprietário; já o filho Paulino, Ventura conseguiu pagar pela carta de alforria prestando serviços como feitor, assim também fez para a alforria de Ana cabrinha, que acreditamos também ser sua filha. A dúvida sobre a paternidade de Ana não foi possível de ser esclarecida por falta do registro de batismo, uma vez que no inventário ela aparece com apenas quatro dias de nascida. Temos aqui uma família nuclear composta por pai, mãe e cinco filhos, que firmou laços de batismo com companheiros de cativo e pessoas livres, ampliando sua extensão. Os compadres e comadres de Ventura e Maria aparecem no diagrama abaixo:

Figura 1: Família extensa de Ventura e Maria



²⁹⁸ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, p.250.

²⁹⁹ APEB. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabelionato nº 11 (1845-1848), p. 54.

A figura acima mostra como Ventura construiu sua família extensa com laços de compadrio firmados verticalmente com sujeitos livres e horizontalmente com os companheiros de cativeiro. Não seria demasiado conjecturar que esses laços de compadrio foram importantes no contexto do cativeiro e também na vida em liberdade.

Fechamos este capítulo com a convicção de que no chão social do sertão, sujeitos que viveram experiências parecidas com a do liberto Ventura, ou em situações ainda mais adversas, criaram através de ações individuais ou coletivas espaços de autonomia para realização dos projetos de vida. Eles empreenderam fissuras na instituição escravista e nos ranços sociais que só singelamente conseguimos constatar, mas que pela solidez das experiências, desmitificam os clichês difundidos da anomia e volúpia na vida da população negra do tempo da escravidão.

Os laços familiares e de solidariedade ajudaram esses sujeitos sociais a criarem estratégias de sobrevivência dentro e fora do cativeiro, o que significa que as famílias constituídas, que apareceram nesse capítulo, e nos demais aqui apresentados, apesar de estarem suscetíveis às investidas da instituição escravista, possibilitaram uma rede de amparo para os seus membros. Portanto, os enlaces firmados pela população negra, segundo as normas católicas vigentes, ou fora delas, mostram além da existência da família no cativeiro, a sua importância para os negros libertos e livres, assim como para a vida socioeconômica da vila de Caetité.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vila do Príncipe e Sant'Anna de Caetité foi durante a primeira metade do século XIX um importante polo comercial no alto sertão. Sua economia agropastoril voltada para atender ao mercado regional e internacional projetou-lhe economicamente e politicamente no cenário da província da Bahia.

Seu potentado local amparava-se, sobretudo, na concentração de terras e na posse de cativos. Logo, as inúmeras fazendas e sítios distribuídos por todo o seu território, interligados por estradas precariamente abertas, tornaram-se espaços privilegiados do convívio dos moradores e ponto crucial dos negócios. Entre as transações comerciais mais recorrentes estavam as de gêneros alimentícios, algodão, gado e escravos.

Os escravos advindos do tráfico internacional, interno ou nascidos nas próprias fazendas foram utilizados como mão-de-obra nas atividades rurais e urbanas, onde dinamizaram uma microeconomia e protagonizaram experiências emancipacionistas e autônomas, entre elas, gastos com cerimoniais religiosos, participação em pequenos negócios e compra de suas próprias alforrias ou de seus filhos. Essas pessoas também empreenderam lutas constantes para manter os filhos próximos ao seu convívio e algumas vezes herdaram ou conquistaram lotes de terras e animais para usufruir na vida fora do cativeiro.

Os arranjos de vida familiar, consanguíneos e espirituais, foram pilares fundamentais para a sobrevivência dos negros livres, libertos e cativos. No caso dos livres e libertos subsidiaram parcerias capazes de permitir que sobrevivessem materialmente e afetivamente em uma sociedade marcada pela latente desigualdade social. Para os cativos, a composição familiar, mesmo com sua estabilidade e unidade suscetíveis ao poder senhorial e do tráfico interno, aumentou as chances da liberdade, prorrogou ou evitou a venda de entes queridos, permitiu certa autonomia espacial e econômica, bem como a continuidade das heranças culturais e sanguíneas por gerações.

Muitas das uniões dos cativos foram legitimadas através do casamento católico. Constatamos que esse tipo de casamento foi um evento relevante e estava relacionado à política de incentivos senhoriais, mas fundamentalmente determinado por espaços e escolhas manobradas pelos escravos. O padrão demográfico da região, majoritariamente composto por crioulos, em conjunção com o tráfico interno e o crescimento natural, foi um fator importante para a endogamia por parentesco e para as uniões legítimas entre escravos africanos e crioulos.

A maior parte dos cativos casados legitimamente estava distribuída por inúmeras posses, o que indicou que o tamanho da posse não foi um empecilho para os diferentes arranjos formados em conformidade com as exigências eclesiásticas, assim como não foi para aqueles escravos que viveram relações consensuais. Nos dois tipos de família, a consensual e a legitimada, foi possível alcançar certa estabilidade, o que permitiu um convívio mais duradouro entre os parentes, inclusive dos filhos com a figura paterna.

Muitos escravos viveram conjugalmente com um companheiro do mesmo cativo, alguns com escravos de outras posses, e poucos, com pessoas livres ou libertas. Dessas uniões nasceram centenas de filhos que foram fundamentais para a manutenção da instituição escravista, já que a riqueza dos senhores de escravos de Caetité estava assentada muitas vezes nas posses dessas crianças, identificadas como “crias” das fazendas. A utilização da mão-de-obra desses pequenos escravos fomentou inúmeras atividades comerciais na primeira metade do século XIX atestadas nas escrituras de venda, hipotecas, doações e dotes.

A significativa presença de crianças entre os escravos pesquisados, somado ao equilíbrio no número de cativos dos dois gêneros, caminharam para a hipótese da reprodução natural, que se por um lado podia fazer parte de uma política senhorial, por outro também refletiu o interesse do cativo pela família, pela preservação do legado cultural e pela humanização do cativo. Esses interesses ficaram latentes na luta de muitos cativos por legitimar a união conjugal, manter a família unida, alforriar os descendentes ou evitar sua comercialização no mercado de cativos.

Fora do cativo encontramos várias crianças negras, filhas naturais e legítimas. Mas, assim como os cativos, muitas dessas crianças eram filhas de mulheres negras em liberdade, que tiveram os papéis de mãe e provedora intensificados em uma sociedade onde sofriam todos os tipos de reveses e intempéries.

Já em relação à análise desenvolvida em torno do estabelecimento da rede de compadrio, inferimos que ao longo do período estudado (1830-1860), a população de cor livre majoritariamente firmou laços com pessoas que estavam fora do cativo. Já os escravos firmaram alianças verticais com sujeitos livres e horizontais entre sujeitos escravizados.

Os padrões compadrescos analisados permitiram verificar que os escravos crioulos ou africanos foram batizados prioritariamente por padrinhos livres, sendo a presença do casal de padrinhos a composição priorizada por todos. A escolha de padrinhos livres ou libertos podia refletir laços de amizade já existentes, como também a possibilidade de manumissão para as crianças batizadas, e quiçá, de seus familiares. A presença predominante dos padrinhos livres também pode ter sido fruto da influência da política paternalista dos senhores que definia a

escolha dos padrinhos ou das possibilidades compadrescas locais, entre elas, padrinhos com os perfis exigidos para o batismo. Entre os perfis estavam: a madrinha não ser menor de doze anos e o padrinho menor de quatorze anos; não serem surdos e apresentaram-se como bons cristãos. Também foi fundamental nas escolhas desses padrinhos a possibilidade de constituir alianças desejáveis no futuro.

Destacamos ainda a grande participação das mulheres como madrinhas de escravos, libertos e livres; e dos santos e religiosos da igreja católica como padrinhos de escravos crioulos. Já para a maioria dos senhores da região, o compadrio foi inconciliável com a relação senhor/escravo, mas essa não foi uma máxima, pois registramos um número de batizados nestas circunstâncias maior do que em outras regiões da Bahia. No entanto, inúmeros escravos foram apadrinhados por parentes e amigos de seus proprietários, bem como por proprietários de outros cativos.

Sobre o local de residência dos padrinhos, observamos que a maioria dos cativos que participaram do ritual de batismo pertencia a posses distintas dos respectivos batizados, o que não refletia só a dimensão das posses e suas limitações compadrescas, mas, sobretudo a capacidade de extensão das redes sociais escravas por outros espaços.

Os vestígios das trajetórias de alguns batizados, ou de seus pais, como os de Ventura, que foi escravo e feitor, e uma vez liberto conseguiu libertar toda a sua família; de Lusía e Sebastiana, escravas que conseguiram uma importante estabilidade familiar; de Fidelis que lutou para viver o matrimônio em liberdade e conceber filhos fora do cativeiro, guiaram-nos na tentativa de responder a grande questão: Como a constituição da família pôde humanizar o cativeiro e mudar a vida dos escravos, ou melhorar a vida de negros libertos em Caetité (Alto Sertão)? Vestígios da vida desses sujeitos desenharam bem o caminho do cativeiro à liberdade e mostraram que os laços de família de sangue ou espiritual (parentesco simbólico) permitiram a estabilidade dos vínculos afetivos, concretizaram a vontade de gerar filhos em liberdade, ampliaram as possibilidades de acúmulo de pecúlio (com o desempenho em ofícios específicos na vila) e provocaram melhorias dentro ou fora do cativeiro. Todas essas conquistas não podem e não são “inerentes” a instituição escravista, mas foram fomentadas cotidianamente na luta pela sobrevivência por negros livres, libertos ou escravos. Logo, foi na rede de solidariedade entre amigos, parentes sanguíneos e espirituais que essas pessoas conseguiram atenuar as agruras da escravidão ou os desafios da vida em liberdade.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Fontes Manuscritas

Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Anna de Caetité-Bahia

Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Sant'Anna, 1828-1876.

Livros de Registros de Casamentos da Freguesia de Sant'Anna, 1831-1855.

Arquivo público de Caetité- APMC

Fundo Câmara, Série Judiciário.

Fundo Câmara, Série Ações Cíveis.

Fundo Câmara, Atas de Vereações.

Jornal impresso A Penna.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APB

Subsérie inventários e testamento *post mortem*.

Escrituras de compra e venda.

Cartas da Liberdade.

Fontes na internet -CD

Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: <http://www.nphe.cedeplar.ufmg.br/pop72>. Acesso em 23 de maio de 2013.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Municípios. Censo. Disponível em <http://www.ibge.br>. Acesso em 23 maio de 2013.

PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM)

Fontes Impressas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ed. rev. Anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. Com a declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. (edição fac-simile) Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

CASAL, Aires de Casal. *Corografia Brasileira* Tomo 02. (Fac-simile da edição de 1817). Coleção obras raras. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. s. d.

LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/ Lisboa, Instituto Nacional do Livro/ Livraria Portugália, 1945.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2. ed. Salvador: Progresso, 1938.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo – aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 58, p. 89-294, 1932.

SPIX, Johann Baptiste Von, e Martius, Carl Friedrich Phillipp Von. *Através da Bahia*. Excertos da obra Viagem pelo Brasil (1817-1820), editados e anotados pelo Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

_____. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. Ed. (1. Ed. 1823, 1828 e 1831). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza, Istvan Jancsó, Pedro Putoni (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. 3 v., Salvador: Itapoã, 1969.

LIVROS, TESES E ARTIGOS

ALGRANTI, Leila Mesan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.

_____. *Alforrias Testamentárias em Rio de Contas, Bahia – Século XIX*. Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

_____. *Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas-Bahia, século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano XI, nº19, janeiro de 2009.

AMORIM, M. Noberta. Demografia Histórica e Família. Uma Proposta Metodológica. *Stud. his., H. amod*, 18. Ediciones Universidad de Salamanca, 1983, p.29-54.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1888)*. São Paulo: Corrupio; Brasília-DF: Cnpq, 1988.

ANDRADE, Rômulo. “Havia um mercado de famílias?(A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)”. *LOCUS: Revista de História*, 4 (1), 1998, pp.93-104.

BAKOS, Margareth M. “Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVI, nº 7, p. 47-55,(jul.-dez. 1990).

BARCELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Estudos Cedhal*, n. 7. São Paulo, 1999.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881), *Afro- Ásia*, n. 20/30, 2003, 79-132.

BARROS, José D’ Assunção. *O campo da História: especificidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História)São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. Pescadores e baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos, Itaparica: 1860-1888. *Afro-Ásia*. n.º33, 2005, p. 133-168.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro. *Rosa dos Tempos*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos das sobrevivências: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Universidade do Estado da Bahia, 2009.

COSTA, Emília Viottida. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH- Revista de História*. Nº 1, Departamento de história/ UFOP, 1990.

CÔRREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n.37, 1981, pp.5-16.

CUNHA, Maísa Faleiros. Criando gado, plantando roças: trajetórias familiares e escravidão além das fronteiras de Minas Gerais. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: brasiliense, 1987.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia da São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil 1675-1835. In: *História General da América Latina*, UNESCO, vol.3, cap. 14, no prelo.

_____. “Escravas, resistir e sobreviver”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.360-3.

DUQUE, Paulo Henrique. *Cidade e Memória: Dimensões da vida urbana, Caetité 1940-1960*. Dissertação (Mestrado em História) UNIRIO, Rio de Janeiro, 2001.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2010, p.244.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

_____. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 185-218.

FIGUEREDO, Luciano; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Quitadeiras e quitutes; um estudo sobre a rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 54, p. 50-61, 1985.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONER, Eric. _____. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 16, março/agosta, 1988.

FRAGA FILHO, Valter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, São Paulo, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

GENOVESE, Eugene. D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica do estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das letras, 1989. p.143-179.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUDEMAN, Stephen. SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Porto Feliz / SP, 1798-1843). In: PAIVA, Eduardo França (org.); IVO, Isnara Pereira (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

_____. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2008.

_____. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador. N.35, (jan.jun.2007).

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n.2, (maio-ago. 1987), p.297-314.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

IVO, Isnara. P. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados, São Luís- Século XIX*. São Luís: EDUFNA, 2008.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: História do ensaio de sedição de 1789*. São Paulo: HUCITEC: Salvador: EDFA, 1996.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Blowin'inthewind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, nº 12, out. 1995, p. 43-56.

_____. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo de escravos. In: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Ed, UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d' El Rei em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 17, n. 1-2, jan./dez.2000.

LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A. V. A distante voz do dono: A família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Ásia*, 31 (2004), p.127-162.

LUNA, Francisco Vital e COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos, 1727-1826. *África*. Revista do centro de estudos africanos. São Paulo: USP, n.4, p.105-109, 1981.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, mar.88/ago.88, p 143-160.

MARTINS, Taiane Dantas. *Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo suldo império do Brasil*. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unisinos, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História*. Ensaios de teorias e Metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

_____. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16 (mar-ago.1988).

MOTT, Luís. “As alternativas eróticas dos africanos e seus descendentes do Brasil escravista”. *LPH: Revista de História*, v. 3, n.1(1992), p.176-214.

MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____;NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das; VENÂNCIO, Renata Pinto. A escravidão e a criança negra. Centro de estudos de demografia histórica da América Latina, USP. *Suplemento*, v.8, n.48, (nov. 1988), p.21.

MOTTA, José Flávio. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *Historia: Questões de Debates*, Curitiba, 9 (16), pp.104-159, 1988.

_____. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999.

NASCIMENTO, Washington Santos. Família escrava, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). *Afro-Ásia*, n.35, 2007, p.143-162.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

_____. *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

_____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p.97-128.

_____. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, Editora, 2012.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)—Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; Brasília-DF: CNPQ, 1988.

_____. Viver e Morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo (28), pp.174-197, dez-fev, 1995/1996.

_____. Quem eram os “Negros da Guiné”: A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19-20, Salvador, 1997.

PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/ USP, 25 (2), (maio/ago 1995), pp.203-223.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*. USP São Paulo, n. 133 pp. 49-57, 1995.

PÁRES, Luis Nicolau. “O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”. *Afro-Ásia*, nº 87 (2005), p. 87-132.

PERROT, Michelle. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escrava na cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro-Ásia*, 32 (2005), p. 159-183.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia(1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

_____. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. “Histórias das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marco César (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha: Matrimônio e Família entre Escravos e Forros*. Termo de Barbacena – 1781-1821. Dissertação(Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2005.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX. Salvador: *Centro de Estudos Baianos*, 2001.

_____. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23 (2000), 29-48.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, 24 (2000), 192-242.

_____. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro, Bahia – 1806. In: REIS, João José e GOMES, Flávio (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: REIS, João e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2a ed., 2003.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Domingos Sodré – um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: REIS, João e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. Os traficantes de africanos e seu “infame comércio” (1827-1860). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15. N. 29, pp.139-155.1995.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. *Gênero em Debate: Trajetórias e Perspectivas da Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Curralinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. Várias Histórias*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, jul./dez 2008.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed. 2005.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____; “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 13:1 (jan./abril 1983).

_____; Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997.

SOARES, Cecília Moreira. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador do século XIX*. *Afro-Ásia*, n° 17, pp. 57-8, 1996.

SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, Dissertação (Mestrado, Departamento de História) 1994.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 57, p. 281-300, 2007.

SOUSA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A guerra da Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caeté)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. A Bahia na crise política do Antigo Regime (1808-1815). Departamento de História da USP, *Revista de História*, n 159 (2008), pp.135-166.

PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros no Alto Sertão da Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

TAVARES, Luis Henrique Dias. *Comércio proibido de Escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (3 vols.).

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VASCONCELOS, Maria Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, n.28, 2002, p.147-178.

VERGER, Pierre. *Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: corrupio, 1992.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (BAHIA) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.